CPL
Fls. 01

PROCESSO N.º 1221/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2025- PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Pium – TO, 29 de maio de 2025.

CPL
Fls. 02

PROTOCOLO	Número: 1221/2025	Data: 29/05/2025
Interessado: **********		
Origem: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROTOCOLO		
Assunto: LICITAÇÕES		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO DE PESSOAL, 246		

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

AUTUAÇÃO PROCESSO

Ao Departamento de Compras e Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL de Pium – TO, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **autua** o presente processo de Licitação da seguinte forma:

Processo Administrativo.....	*1221/2025*
INEXIGIBILIDADE Nº.....	*012/2025*
Objeto.....	***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASUNTOS LIGADOS AO DEPRTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS(Esocial, EFD-REIF,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.***
Solicitante.....	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Responsável	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Data	*29/05/2025*

O processo de licitação será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender a Lei federal nº 14.133/2021.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário de administração

CPL
Fls. 04

CPL
Fls. 05

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- DFD		
ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração		
UNIDADE REQUISITANTE: Secretário de Administração	**CARGO** Secretário Municipal	**NOME** EDVAN GOMES DE OLIVEIRA

OBJETO DA DEMANDA:	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASUNTOS LIGADOS AO DEPRTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS(Esocial, EFD-REIF,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.	
NATUREZA DO OBJETO A SER CONTRATADO:	( ) Serviço não continuado (X) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Material de consumo ( ) Material Permanente/equipamento ( ) Obras e outros investimentos

JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, voltados à consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamento Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal, se faz necessária diante da crescente complexidade e constante evolução da legislação trabalhista, previdenciária e tributária brasileira.

Em especial, destaca-se a necessidade de orientação e suporte técnico qualificado na composição e no tratamento das informações que são enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias, tais como o eSocial, a EFD-Reinf e o SICAP-AP. Esses sistemas integram dados fiscais, previdenciários e trabalhistas,

CPL
Fls. 06

exigindo precisão, consistência e atualização contínua para garantir o cumprimento rigoroso das exigências legais impostas pela Receita Federal do Brasil.

A atuação da empresa especializada permitirá assegurar:

- **A legalidade** dos procedimentos adotados pelo órgão público, evitando autuações, multas e outras penalidades decorrentes de erros ou omissões;
- **A integridade** dos dados transmitidos, promovendo a padronização e a correção das informações prestadas;
- **A conformidade** com as normas vigentes, reduzindo riscos jurídicos e garantindo o alinhamento com as boas práticas de gestão pública e compliance.

Ressalta-se ainda que o corpo técnico interno não dispõe, no momento, de equipe especializada com conhecimento atualizado e aprofundado nas referidas obrigações acessórias, o que reforça a necessidade da contratação para garantir a eficiência, a segurança e a regularidade dos processos administrativos.

Dessa forma, a contratação em questão é medida indispensável para o adequado funcionamento da administração pública, refletindo-se diretamente na qualidade, na transparência e na responsabilidade da gestão fiscal e trabalhista do órgão.

PREVISÃO DA DATA, E LOCAL PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão prestados no município de Pium, sempre que quando solicitado pela secretaria de municipal de Administração;

DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Informações complementares sobre a contratação estarão disponíveis no Termo de Referência e edital.

Pium-TO , 29 DE MAIO DE 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário de administração

Fls. 08

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, DCTF, DCTF-WEB, SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil. Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria também atuarão na avalição da composição financeira dos tributos incidentes sobre a remuneração dos servidores (INSS e IRRF); na orientação, na implementação e adequação técnica de processos internos, com base na interpretação da legislação pertinente, para a correta tributação previdenciária e de imposto de renda de pessoas jurídicas, bem como no treinamento e capacitação de todo pessoal envolvido no processo de tributação; elaboração pareceres técnicos opinativos e documentos técnicos em conformidade com a legislação tributária pertinente; consultoria e assessoria previdenciária geral no parcelamento de débitos e demais atos administrativos junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e; ainda, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoal, com transferência de conhecimento sobre temas específicos concernentes ao presente objeto, visando atender as necessidades do município.

1.2.- Atos de Pessoal em Folha de Pagamento

1.2.1 - Análise Tributária (IRRF / INSS / RPPS / FGTS); Análise Rotinas e Auditáveis; Sistemas em cumprimento as obrigações fiscais Acessórias; SST - Impacto Administrativo e Fiscal.

1.3 - Ações Técnicas

1.3.1 - Atuações jurídicas opinativas; Atuações administrativas opinativas;

1.4 - Capacitações

1.4.1 - Capacitações Tributárias (IRRF / INSS / FGTS) – Aplicado a Pessoas Físicas; Capacitações Tributárias (IRRF / INSS) Aplicado a Pessoas Jurídicas; Reunião administrativas no município; Reunião periódicas de aprimoramento e atualização (on-line regionaliada);

1.5 - Fisco Federal

1.5.1 - Parcelamentos (Previdenciários – RGPS e demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil); Monitoramento em tempo real da legalidade do município; Acompanhamento e orientações sistemas de obrigações acessórias; Fiscalizações; Defesas Admiistrativas; Análise e constituição de créditos; Convênio junto ao Fisco Federal.7

1.6.- Tribunais

1.6.1 - .Processos diligenciais previdenciários e tributários.

2.0. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1. Os serviços serão prestados na sede da Prefeitura, bem como na sede da empresa e via através de teleconferência.

2.2. As informações mensais referentes às prestações de contas para os órgãos fiscalizadores, deverão ser realizadas e conferidas na sede do município.

3.0. DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. **Do cumprimento das exigências do art. 74, inciso III da lei nº 14.133/21.**

3.1.1. Trata-se o presente de Termo de Referência para a contratação da empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 42.909.792/0001/61, com sede na Quadra ACNO 1 Rua NO 1, nº SN, Conj 01 Lote 03-A Loja 35, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, CEP: 77.0010-16, fica demonstrado através da documentação analisada e anexada a este processo, inquestionável capacidade administrativa e intelectual para o desenvolvimento dos serviços aqui tratadas.

3.1.2. Os serviços ora demandados, ante as abordagens aqui declinadas, seguramente nos levam a concebe-los como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização.

3.1.3. Admitindo-se, pois essas características específicas atinentes a estes serviços e aos seus efetivos operadores, estamos diante do um quadro que remete a administração a

condição de valer-se da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para atendimento dos objetivos pretendidos, razão de indiscutível interesse público.

3.1.4. A propósito, transcrevemos abaixo, o embasamento legal que bem e fielmente fundamenta a decisão adotada pela Administração, no caso o art. 74, Inciso III e §3°da Lei Federal n° 14.133/2021:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> III - **contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
>
> **c) Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;**
>
> § 3° Para fins do **disposto no inciso III do** caput **deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades**, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato. *(Grifo nosso)*

3.1.5. Com base nos dispositivos da Lei n°. 14.133/21, evidencia-se que a hipótese de contratação se configura como inexigibilidade de licitação, assim que os requisitos de notória especialização da empresa a ser contratada e eficiência dos serviços a serem prestados, bem como da incapacidade de absorção dos serviços pelo corpo técnico da Prefeitura Municipal de Pium - TO, forem evidenciados.

3.1.6. Os serviços a serem desenvolvidos pela empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, versam sobre informações

junto ao fisco federal, com vistas a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pium - TO.

3.1.7. Finalmente, por tudo aqui expendido, entendemos restar devidamente justificada e amparada a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos moldes então definidos.

3.1.8. Ainda com relação à forma de inexigibilidade, como a mais adequada à administração pública, firma-se estudo de Lúcia Valle Figueiredo que: "Se há dois ou mais, altamente capacitados, mas com qualidades peculiares, lícito é, à Administração, exercer seu critério discricionário para realizar a escolha mais compatível com seus desideratos".

3.1.9. Nesse sentido, convém salientar o ensinamento de Marçal Justen Filho que assevera que:

> "Há serviços que exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacitação intelectual e material. Não é qualquer ser humano quem poderá satisfazer tais exigências. Em tais hipóteses, verifica-se que a variação no desenvolvimento do serviço individualiza e peculiariza de tal forma a situação que exclui a comparações ou competições - isso, quando os profissionais habilitados disponham-se a competir entre si'.

3.1.10. No caso em tela, é exatamente o que ocorre, visto que a variação e desenvolvimento do serviço o individualizará, excluindo-se a possibilidade de comparações ou competições.

4.0. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

4.1. A empresa apresenta qualificação técnica conforme o seguinte:

4.1.1. Atestados de Capacidade Técnica emitidos por entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta ou empresa privada de execução de serviços com características e condições semelhantes ao objeto que comprovem:

a. Acompanhamento de legalidade junto ao fisco federal;

CPL
fls. 12

4.1.2. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente (necessário apresentar cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou cópia do contrato social da licitante (para sócios), ou cópia do contrato de prestação de serviço, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do (s) atestado (s) apresentado (s), acompanhados da anuência deste), na data prevista para a assinatura do contrato:

a. Consultor jurídico, devidamente habilitado e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

b. Auditor Contábil Independente, com comprovação de registro em entidade nacional.

5.0. DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 72 DA LEI Nº 14.133/21.

5.1. Da Necessidade do Serviço

5.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em consultoria junto ao FISCO FEDERAL e DEPARTAMENTO DE PESSOAL ora pretendida, se justifica em razão da necessidade da manutenção da legalidade tributária junto ao fisco federal, auxiliando a Administração Pública no efetivo cumprimento das normas previdenciárias, tributárias e administrativas, sem se abster do resguardo dos direitos fundamentais de seus servidores e prestadores de serviços.

6.0. ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS:

6.1. As despesas globais e mensais, correção pela seguinte unidade orçamentária:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	ÓRGÃO	FONTE	DC
03.0002.04.122.0003.2006	3.3.90.39	Secretaria de administração	1.500.0000	39

CPL
Fls. 13

7.0. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

7.1. Do município:

7.1.1. Aplicar a contratada as penalidades, quando for o caso;

7.1.2. Prestar a toda e qualquer informação para a empresa, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

7.1.3. Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal dos serviços prestados, com o devido atesto do setor de fiscalização, na tesouraria;

7.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.1.7. Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto.

8.0. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Manter sempre atualizado os seus dados junto ao Setor competente;

8.2. Realizar os serviços mantendo sempre a qualidade dos mesmos,

8.3. Deverá executar os serviços no prazo estipulado pela administração de acordo com o que foi requisitado e no local em que foi determinado;

8.4. Manter relatórios individualizados por tipo de serviços realizados que permitam o acompanhamento, supervisão e controle dos serviços;

8.5. Retificar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer trabalhos que, por motivos inimputáveis aos beneficiários e seus dependentes, mereçam reparação;

8.6. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;

8.7. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente instrumento, em especial, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, entre outros;

8.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

8.9. Permitir e facilitar a Fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados, por escrito;

8.10. Responsabilizar-se, tecnicamente, na realização do serviço;

8.11. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução incorreta;

8.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução dos serviços, na forma do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021;

8.13. Os serviços deverão ser realizados nos locais indicados pela Prefeitura Municipal de Pium - TO;

8.14. Os serviços complementares deverão ser solicitados e serão avaliados previamente para posterior autorização;

8.15. Realizar os procedimentos, dentro dos critérios de qualidade preconizado pelos órgãos competentes;

8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.17. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.0. DO VALOR DOS SERVIÇOS:

O custo da contratação é no valor global de ***R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)***, que serão pagos mensalmente, em parcelas mensais e iguais de ***R$ 7.000,00 (sete mil reais).***

11.0. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será realizado até o 30 (trigésimo) dia subsequente ao mês da execução do serviço, após o "ateste" do satisfatório atendimento do especificado.

11.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar a nota fiscal do serviço prestado de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Pium - TO, e conter o número do empenho correspondente;

11.3. Além da nota fiscal do (s) serviço (s) executado (s), a (s) empresa (s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

11.4. Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade; **(exclusivo para pessoa jurídica)**

11.5. Certidão Negativa relativo a débitos Trabalhistas (CNDT);

11.6. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral);

11.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

11.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

12.0. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses, prorrogável na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

12.0. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo Fiscal de Contrato nos atos de sua fiscalização, mediante documentação hábil que comprove o atendimento das exigências dispostas nesse **Termo de Referência** e no **Instrumento de Contrato**.

12.2. Definitivamente, pelo Gestor de Contato, mediante documentação hábil que comprove o atendimento das exigências dispostas nesse Termo de Referência e no **Instrumento de Contrato**.

12.3. O objeto poderá ser **rejeitado no todo ou em parte** quando estiver em desacordo como as especificações apresentadas, neste Termo de Referência, devendo, atender as condições de quantidade e qualidade solicitadas, que serão analisados tanto pelo **CONTRATADO** quanto pelo responsável recebedor, que deverão verificar todas as características dos serviços, observada a correspondência com o **Termo de Referência** e a **proposta apresentada**.

12.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13.0. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. O representante da Prefeitura Municipal de Pium - TO, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que

for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. O contratado deverá colaborar e permitir qualquer tipo de fiscalização, acerca da quantidade e qualidade dos serviços, observadas as prerrogativas da administração dispostas no art. 104, III, da Lei n.° 14.133/21, que será exercida pelo Fiscal de Contratação e/ou Gestor de Contratação devidamente nomeados

10. DAS SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa a inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa a inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Considerar comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

11.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos deste certame;

11.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013;

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subintes anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência (que será aplicada exclusivamente pela infração administrativa do subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave);

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2; 11.1.3; 11.1.4; 11.1.6; 11.1.7, deste Termo de Referência Contratação Direta quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstancias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além de perda desse valor a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, afastará a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indício de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo a administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.0. CONDIÇÕES GERAIS:

12.1. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura Municipal de Pium - TO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer.

Pium - TO, 29 de maio de 2025.

CPL
Fls. 20

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Fls. 21

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR INEXIGIBILIDADE

PROCESSO 1221

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, , SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil. Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria também atuarão na avalição da composição financeira dos tributos incidentes sobre a remuneração dos servidores (INSS e IRRF); na orientação, na implementação e adequação técnica de processos internos, com base na interpretação da legislação pertinente, para a correta tributação previdenciária e de imposto de renda de pessoas jurídicas, bem como no treinamento e capacitação de todo pessoal envolvido no processo de tributação; elaboração pareceres técnicos opinativos e documentos técnicos em conformidade com a legislação tributária pertinente; consultoria e assessoria previdenciária geral no parcelamento de débitos e demais atos administrativos junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e; ainda, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoal, com transferência de conhecimento sobre temas específicos concernentes ao presente objeto, visando atender as necessidades do município".

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços, se justifica em razão da necessidade da manutenção da legalidade junto ao fisco federal, auxiliando no efetivo cumprimento das normas previdenciárias, tributárias e administrativas, sem se abster do resguardo dos direitos fundamentais de seus servidores e prestadores de serviços.

2.- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Pium- TO, não possui PCA vigente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Levando em consideração a quantidade e os serviços a serem realizados, a prestação deverá ser executada observando o detalhamento o conforme seguinte:

3.1 - Atos de Pessoal em Folha de Pagamento

3.1. - Análise Tributária (IRRF / INSS / RPPS / FGTS); Análise Rotinas e Auditáveis; Sistemas em cumprimento as obrigações fiscais Acessórias; SST - Impacto Administrativo e Fiscal.

3.2 - Ações Técnicas

3.2.1 - Atuações jurídicas opinativas; Atuações administrativas opinativas;

3.3 - Capacitações

3.3.1 - Capacitações Tributárias (IRRF / INSS / FGTS) – Aplicado a Pessoas Físicas; Capacitações Tributárias (IRRF / INSS) Aplicado a Pessoas Jurídicas; Reunião administrativas no município; Reunião periódicas de aprimoramento e atualização (on-line regionaliada);

3.4 - Fisco Federal

3.4.1 - Parcelamentos (Previdenciários – RGPS e demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil); Monitoramento em tempo real da legalidade do município; Acompanhamento e orientações sistemas de obrigações acessórias; Fiscalizações; Defesas Admiistrativas; Análise e constituição de créditos; Convênio junto ao Fisco Federal.7

3.5 - Tribunais

3.5.1 - Processos diligenciais previdenciários e tributários.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

CPL Fls. 23

O serviço deverá ser prestado pelo período de 09(nove) meses;

Foi realizado levantamento de preços junto à empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 42.909.792/0001-61., de serviços iguais ou semelhantes prestados anteriormente conforme o quadro abaixo:

OBJETO	*CONTRATANTE*	*VALOR*	*EMPENHO, NF OU CONTRATO*
Prestação de serviço de consultoria, assessoria e capacitação na área de recursos humanos, sendo: prestação de serviços técnicos administrativos visando o acompanhamento e manutenção da legalidade do município junto ao fisco federal, e consultoria junto ao departamento de contabilidade, jurídico, tesouraria e recursos humanos, quanto as normas tributárias e administrativas em cumprimento as novas prerrogativas do ESOCIAL, EFD-REINF/DCTFWEB e SICAP-AP de pessoal e treinamento de pessoal administrativo, de acordo com as necessidades da administração, conforme especificações contidas no mesmo Edital e seus anexos e no contrato original, conforme justificativa e Solicitação de Aditivo de Contrato pela CONTRATANTE e autorização concedida pelas autoridades competentes.	*Prefeitura Municipal de Paraíso – TO*	*R$ 16.793,98*	*Contrato nº 32/2022*
Prestação de serviços especializados junto ao Departamento de Recursos Humanos, na orientação da	*Prefeitura Municipal de Guaraí - TO*	*R$ 7.087,69*	*Contrato nº52/2022*

elaboração e transcrição dos dados do E-SOCIAL, RAIS. DIRF. PASEP, SEFIP, SICAP-AP. DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federal (Receita Federal) folha de pagamento, e consultoria previdenciária, no parcelamento de dívidas e demais atos.			
Contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria (técnica e jurídica) em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal e Recursos Humanos e ao Fisco Federal, com foco na orientação, na composição, no tratamento e na transmissão de informações aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, DCTF, DCTF-WEB, SICAP-AP) para atender a demanda do município de Cristalândia – TO.	*Prefeitura Municipal de Cristalândia*	*R$ 7.513,04*	*Contrato nº 017/2025*

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Em levantamento junto aos quadros municipais foi contatado que não há servidores públicos disponíveis e com expertise técnica necessária para obter os resultados desejados, já que os serviços técnicos ora propostos são específicos e demandam conhecimento e experiência.

Não foi encontrada outra alternativa possível para solucionar a demanda, que não seja a contratação ora pretendida.

Além disso a empresa apresenta **Atestados de Capacidade Técnica de execução de serviços com características e condições semelhantes ao objeto que comprovando:**

- ✓ Acompanhamento de legalidade junto ao fisco federal;

Comprovação de que a empresa possui em seu técnico:

Consultor jurídico, devidamente habilitado e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, SENHOR GLAYZER ANTÔNIO GOMES DA SILVA, inscrito na OAB-GO, sob o nº 28.315, Dra. ROBERTA FERREIRA DA SILVA,

CPL
Fls. 25

inscrita na OAB-GO sob o nº 58.238 e Dr. RODRIGO MENDONÇA DE MORAES, inscrito na OAB-PR sob o nº 110734.

Auditor Contábil Independente, com comprovação de registro em entidade nacional SENHOR VALDIR LEMES DA FRANÇA, inscrito no CRC-GO sob o nº 010967/O-0

Foi realizada negociação com a empresa para garantir maior economicidade, sendo contatado o melhor custo-benefício.

Justifica-se a contratação da empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 42.909.792/0001-61, visto a apresentação de qualificação técnica exigida e no fato de que devido à natureza do objeto se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e pela empresa possuir notória especialização, conforme toda documentação anexada o procedimento encontra respaldo legal nas alíneas c e f, do inciso III e § 3º, do art. 74 da lei nº 14.133/2021

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

O valor da contratação é de ***R$ 7.000,00 (sete mil reais),*** totalizando o valor de ***R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais),*** não havendo necessidade de manter o orçamento sigiloso devido à natureza da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

A solução do problema levantado exige que seja realizado um acompanhamento mensal. Assim, é necessário que a prestação de serviços seja realizada por detentor de quadro técnico condizente com as especificações dos trabalhos.

8 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

O serviço deverá ser parcelado visto a necessidade de acompanhamento mensal no órgão.

CPL
Fls. 26

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

Com a efetivação da contratação a Administração pretende manter a regularidade junto ao fisco.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Levantamento de toda legislação municipal referente aos cargos, funções e organização a serem reestruturados.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não existe pessoal tecnicamente qualificado nos quadros para realização do serviço e os contratos de consultorias e assessorias vigentes, não são correlatas ou interdependentes com a atual pretensão de contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:

Devido à natureza do objeto ser serviço intelectual, não se aplica, já que não gera impacto ambiental.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

O posicionamento é pela viabilidade de contratação da empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 42.909.792/0001-61, que possui qualificação técnica, e notória especialização que foi aferida através de serviços iguais ou semelhantes, anteriormente, prestados

CPL
Fls. 27

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

para o Setor Público, exigindo-se corpo técnico qualificado do interessado, já que o Município não dispõe de servidores em seus quadros com a expertise necessária para a realização do serviço ou terceirizados contratados que supram a necessidade.

Pium- TO, 30 de maio de 2025.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Fls. 28

ANEXO I

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL .**

1- FINALIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL .**

1.2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 Da necessidade da aquisição

a) Complexidade da Legislação e das Obrigações Acessórias

As obrigações acessórias como **eSocial**, **EFD-Reinf** e **SICAP-AP** exigem o envio de informações técnicas, detalhadas e constantemente atualizadas. Esses sistemas envolvem normas complexas das áreas **trabalhista, previdenciária, tributária e contábil**, com prazos rigorosos e penalidades severas em caso de erros, omissões ou atrasos.

b) Garantia da Conformidade Legal

A contratação visa garantir que **todas as informações prestadas ao Fisco Federal estejam em conformidade com a legislação vigente**, evitando autuações, multas e responsabilizações dos gestores públicos por eventuais inconsistências nos dados enviados.

c) Suporte Técnico Especializado

O serviço exige **conhecimento técnico altamente especializado**, o que demanda profissionais com experiência comprovada em Departamento Pessoal, Recursos Humanos, normas fiscais e trabalhistas, além de domínio dos sistemas informatizados mencionados. O corpo técnico

Fls. 29

interno da administração pública, muitas vezes, não possui capacitação suficiente ou disponibilidade para atender a essas exigências com a precisão e a rapidez necessárias.

d) Redução de Riscos e Responsabilidade Administrativa

A contratação reduz o risco de **responsabilidade administrativa, civil e penal** dos gestores públicos por eventuais falhas na prestação de informações ao governo federal. Contar com uma assessoria qualificada minimiza a chance de equívocos e reforça as práticas de governança e compliance.

e) Eficiência e Otimização dos Processos

O suporte técnico permitirá maior **eficiência nos processos internos**, liberando os servidores para outras atividades estratégicas e garantindo que o envio de informações ocorra de forma segura, precisa e dentro dos prazos legais.

Portanto, a **necessidade da contratação** é justificada pela busca de **legalidade, segurança jurídica, eficiência administrativa e mitigação de riscos fiscais e trabalhistas**, alinhando-se aos princípios da administração pública, como legalidade, eficiência e responsabilidade.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 30

DESPACHO

Encaminhe-se o processo à comissão de licitação para análise da possibilidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL .**

Pium- TO,30 de maio de 2025.

Edvan Gomes de Oliveira
Secretário de Administração

ConPrev
ASSESSORIA MUNICIPAL

Fls. 31

PROPOSTA COMERCIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

A
Prefeitura Municipal de Pium - TO
Comissão Permanente de Licitação

Apresentamos nossa proposta comercial, para a "*Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil. Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria também atuarão na avalição da composição financeira dos tributos incidentes sobre a remuneração dos servidores (INSS e IRRF); na orientação, na implementação e adequação técnica de processos internos, com base na interpretação da legislação pertinente, para a correta tributação previdenciária e de imposto de renda de pessoas jurídicas, bem como no treinamento e capacitação de todo pessoal envolvido no processo de tributação; elaboração pareceres técnicos opinativos e documentos técnicos em conformidade com a legislação tributária pertinente; consultoria e assessoria previdenciária geral no parcelamento de débitos e demais atos administrativos junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e; ainda, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoal, com transferência de conhecimento sobre temas específicos concernentes ao presente objeto, visando atender as necessidades do município.*

MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

CNPJ n. 42.909.792/0001/61.
Endereço: Quadra ACNO 1 Rua NO 1, nº SN, Conj 01 Lote 03-A Loja 35, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, CEP: 77001016
Fone: (63) 3142-0280
Endereço eletrônico: conprevtocantins@gmail.com ou glayzer@conprev.com.br

DADOS BANCÁRIOS:
Conta Corrente: 66.941-1
Agência: 0911
Sicredi
MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

CPL
Fls. 32

Representante legal: GLAYZER ANTÔNIO GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/GO n. 28.315, portador do CPF sob o n. 804.653.071-91, residente e domiciliado na cidade de Goiânia - GO, na Av. PL3, n. 205, Residencial Europark, Parque Lozandes, CEP: 74.884-115;
Cargo: Sócio Administrador.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	*"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil. Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria também atuarão na avalição da composição financeira dos tributos incidentes sobre a remuneração dos servidores (INSS e IRRF); na orientação, na implementação e adequação técnica de processos internos, com base na interpretação da legislação pertinente, para a correta tributação previdenciária e de imposto de renda de pessoas jurídicas, bem como no treinamento e capacitação de todo pessoal envolvido no processo de tributação; elaboração pareceres técnicos opinativos e documentos técnicos em conformidade com a legislação tributária pertinente; consultoria e assessoria previdenciária geral no parcelamento de débitos e demais atos administrativos junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e; ainda, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoal, com transferência de conhecimento sobre temas específicos concernentes ao presente objeto, visando atender as necessidades do município.*	9	R$ 7.000,00	R$ 63.000,00

Fls. 33

EQUIPE TÉCNICA

RUBENS PIRES MALAQUIAS:

Empresário, Proprietário da PIRES MALAQUIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL LTDA; Graduado em Marketing de Relacionamento; Graduando em Gestão Pública; Graduando em Direito; Experiência referente na área fiscal junto a Receita Federal; Experiência gestão pública desde 2001; Professor especializado em Departamento Pessoal e Recursos Humanos; Palestrante em eventos relevantes na área de RH e Departamento Pessoal.

DR. GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA:

Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (2007). Pós-graduação latu sensu em Direito Público - Constitucional e Administrativo pela Uni-Anhanguera - Centro Universitário de Goiás (2009). Atuou por 12 anos na docência universitária, como Professor no curso de Direito da Unievangélica - Universidade Evangélica de Goiás. Advogado, inscrito na OAB/GO n. 28.315, militante nas áreas Administrativa e Tributária, com vasta experiência na Administração Pública. Atualmente sócio da empresa ConPrev Assessoria Municipal, com atuação nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Tocantins.

DRA. ROBERTA FERREIRA DA SILVA:

Advogada, inscrita na OAB/GO n. 58.238; Bacharel em Ciências Contábeis; Graduanda em Direito Previdenciário; 14 (quatorze) anos de experiência na Administração Pública; 8 (oito) anos de experiência no Setor Privado na área de Recursos Humanos; Experiência como Diretora de Recursos Humanos em dois municípios; Experiência como Diretora Administrativa e Financeira.

DR. RODRIGO MENDONÇA DE MORAES

Advogado, graduado em Direito pela PUC-PR; Pós-Graduado em: Direito e Processo do Trabalho, Compliance, LGPD e Práticas Trabalhistas; Pós-Graduando em: MBA Recuperação de Créditos Tributários e Previdenciários; Professor em varias instituições pelo Brasil; Experiência de 7(sete) anos como Gerente de Controladoria; Especialista em Encargos e Obrigações Acessórias da Folha de Pagamento; Especialista em Esocial na área Pública e Privada.

CPL
Fls. 34

VALDIR LEMES DA FRANÇA:

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Goiás; Pós-graduação latu sensu em Auditoria e Perícia Contábil pela Evangélica Faculdades Integradas de Anápolis; Pós-graduação latu sensu em Auditoria e Gestão Governamental pela Universidade Católica de Goiás; Pós-graduação latu sensu em Perícia Forense pelo IPOG; Contador, inscrito no CRC/GO nº 010967/O-0; Auditor, inscrito no CRA/GO nº 17044; Vasta experiência na atuação em área Pública; Assessor Contábil em diversos Municípios e Câmaras no Estado de Goiás.

EMERSON SANTANA ALVES

Empresário, sócio Proprietário da MALAQUIAS GOMES E ASANTANA ASSESSORIAMUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA; Graduado em Tecnologia em Gestão de Sistema de informação pela UNICEUG Centro Universitário de Goiânia; Curso de liderança de equipes na fundação Getúlio Vargas; Experiência de 20(vinte) anos em treinamento e assessoramento a órgãos públicos em contabilidade, recursos humanos, coletoria municipal, compras, licitações e ampla experiência no eSocial na área pública.

DECLARAÇÕES:

I Declaramos que esta empresa se compromete a prestar os serviços, conforme as especificações e exigências contidas na proposta.

II Declaramos que o valor mensal para execução dos serviços acima discriminados, para atendimento do Município é de ***R$ 7.000,00 (sete mil reais)***, e o valor global é de ***R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)***, conforme planilha supra.

III Declaramos que o prazo de validade desta proposta e de 60 (sessenta) dias corridos.

IV Declaramos que nos valores propostos, já se encontram embutidas todas as despesas com insumos, mão-de-obra, transportes, controle de qualidade, encargos sociais e trabalhistas, tributos, bem como demais despesas inerentes à prestação do serviço.

CPL
Fls. 35

V Condições de pagamento: Até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços.

Na certeza do pronto atendimento à solicitação, apresentamos proposta de valores para a execução dos serviços mencionados, para a apreciação deste Órgão.

Palmas - TO, aos 19 dias do mês de março de 2025.

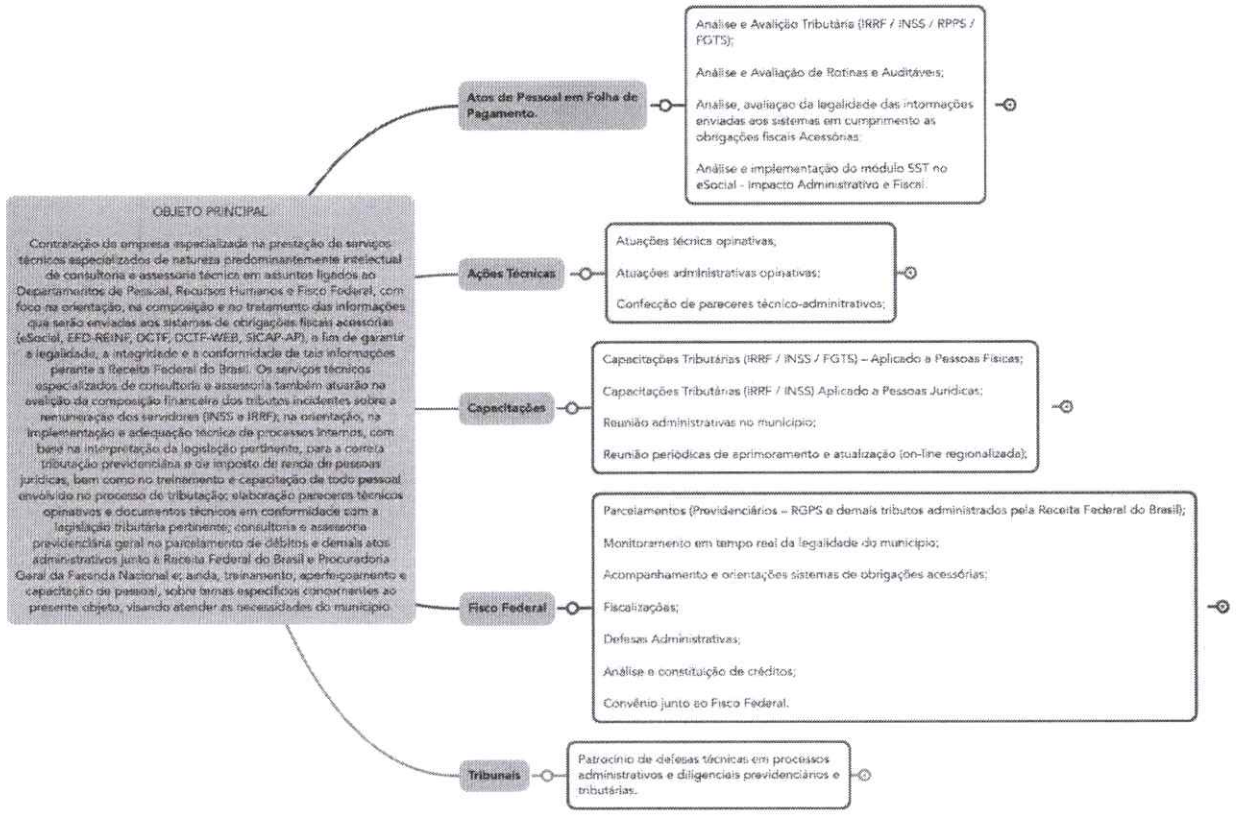
MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

CONPREV ASSESSORIA MUNICIPAL - TOCANTINS
CNPJ n. 42.909.792/0001/61
Glayzer Antônio Gomes da Silva
Sócio Administrador

CPL
Fls. 36

ANEXO I



CPL
Fls. 37

DELIMITAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

1 Atos de Pessoal em Folha de Pagamento

1.1 Análise Tributária (IRRF / INSS / RPPS / FGTS); Análise Rotinas e Auditáveis; Sistemas em cumprimento as obrigações fiscais Acessórias; SST - Impacto Administrativo e Fiscal.

2. Ações Técnicas

2.1. Atuações jurídicas opinativas; Atuações administrativas opinativas;

3 Capacitações

3.1 Capacitações Tributárias (IRRF / INSS / FGTS) – Aplicado a Pessoas Físicas; Capacitações Tributárias (IRRF / INSS) Aplicado a Pessoas Jurídicas; Reunião administrativas no município; Reunião periódicas de aprimoramento e atualização (on-line regionaliada);

4 Fisco Federal

4.1Parcelamentos (Previdenciários – RGPS e demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil); Monitoramento em tempo real da legalidade do município; Acompanhamento e orientações sistemas de obrigações acessórias; Fiscalizações; Defesas Admiistrativas; Análise e constituição de créditos; Convênio junto ao Fisco Federal.7

5 Tribunais

5.1Processos diligenciais previdenciários e tributários.

CPL
Fls 38

Atos de Pessoal em Folha de Pagamento

Análise e Avaliação Tributária (IRRF / INSS / RPPS / FGTS); Análise e Avaliação de Rotinas Auditáveis; Análise e Avaliação das informações e atos em cumprimento as obrigações fisc acessórias; Análise, Avaliação e Implantação do módulo SST - Impacto Administrativo e Fisc em cumprimento as regras relacionadas ao eSocial.

ANÁLISE TRIBUTÁRIA Servidores (Empregados: Efetivo, Comissão e Processo Seletivo) de acordo com a tabela progressiva. Vinculados ao RPPS, verifica-se a alíquota aplicada está correta a todos. Contribuintes Individuais (Credenciados, MEI - atividades consideradas; PF – Conselheiros Tutelares, outros serviços que não possuem vínculos) incidência direta conforme a norma; FGTS dos servidores vinculados ao CLT – análise da contribuição (orientações e acompanhamento de declarações); Verbas indenizatórias; CNAE Preponderante (Contagem dos servidores no exercício das funções e cadastro de CBO); ANÁLISE ROTINAS AUDITÁVEIS - Rotinas de Admissões e Exonerações; Incidência obrigatórias das verbas; Bases de cálculos de acordo com a data de admissão; Valores acima do limite legal (chefe do poder executivo); Salário Família de acordo com as verbas mensais (aplicabilidade e incidência); Anuênios / Biênios / Quinquênio; LC 173/2020 (concessões utilizando a contagem de tempo) exceção as prevista na LC 191/2022; Horas Extras (limite legal, aplicação a servidores ativos); Insalubridade e Periculosidade (compatível com a função e bases legais); Valores remuneratórios abaixo do mínimo; Complementos salarias de acordo com a norma; Adicional Noturno (cálculo e aplicabilidade); Horas trabalhadas concurso e horas complementares (profissionais da educação); Análise de substituições (valores e aplicabilidade); Salário Maternidade (Aplicação normal e prorrogações); Abono Permanência (Aplicabilidade); Verbas acima do valor salário base – análise e base legal; Agentes políticos – verbas aplicáveis e valores; Cessão e Permutas de servidores (rotinas nos sistemas e análises tributárias); 13º salário (rotinas de adiantamento e folha anual); Férias (anual, antecipação, conversão em pecúnia e rescisórias); Benefícios (Vale Transporte e Alimentação);Múltiplos vínculos (Tributação previdenciárias / IRRF / carga horária compatível / salário família); Análise de bases de cálculos com incidência de "faltas".

SETORES ENVOLVIDOS: Recursos Humanos Departamento Contábil Fundos Públicos Administração Controle Interno

CPL
Fls. 39

Ações Técnicas

Análise, avaliação, e produção de pareceres técnicos opinativas; Análise, avaliação e cons técnica-administrativas;

ATUAÇÕES TÉCNICAS OPINATIVAS; Confecção e disponibilização de modelos de projeto d ei / decretos / normatizações Prev e Tributária (IR) (opinativo); Pareceres técnicos administrativos tributários (INSS e IRRF) - Servidores / Contratos temporários / Pessoas Jurídicas. (opinativo), (Repercussão geral); Abonos e Pecúnia (aplicabilidade, cálculo e regulamentações); Documentações obrigatórias: Decretos, contratos, declarações e posse (admissões e rotinas mensais), (modelo opinativos); Modelo sugestivo para alterações de normas para atendimento a SST – Segurança e Saúde do Trabalho; Defesa de malha fina (Obrigações acessórias ligadas ao termo contratual); PJ – Modelo de cláusulas contratuais para o cumprimento das conformidades tributárias (IRRF-PJ / INSS-PJ / CNO / Exceções / Simples Nacional / MEI); Análise Técnica de informações transitadas e julgadas (Reclamatórias Trabalhistas / Tributação de precatórios, visando o cump. previdenciário e tributário IR); ATUAÇÕES ADMINISTRATIVAS OPINATIVAS Pareceres administrativos de repercussão geral (opinativo); Impacto financeiro, assunto relacionados ao termo contratual (folha de pagamento, fiscal e financeiro); Rotinas de lançamentos e gestão (13º salário, incentivos, férias, pecúnias.); Afastamentos de servidores (Incapacidade, Interesse particular, prêmio, coletivo e outras previstas em estatuto); Observâncias, implantação e adequações de acordo com NORMAS e REGRAS dos sistemas de gestões (Folha e Contábeis), no que refere-se a rotinas administrativas previdenciárias e tributárias; Análise de créditos (CNAE Preponderante, Salário Maternidade, Declarações Indevidas, Lei de Anistia); Análise e avaliação de CNIS / DIRF; PASEP – direitos devidos aos servidores (análise inclusive de créditos não aplicados); Saldos de Dívidas tributárias para balanço (Receita Federal e Procuradoria); Análise, Avaliação e Implantação da Alíquota FAP (Fator Acidentário Previdenciário) – Impacto / Contestação / Adequação em Sistemas; Revisões de dívidas junto a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nocional, sempre que couber, conforme abrangência contratual; Análise, avaliação e orientação para apresentação de Planta de valores – ITR;

SETORES ENVOLVIDOS: Recursos Humanos Departamento Contábil Fundos Públicos Administração Controle Interno Jurídico

CPL
Fls. 40

Capacitações

Capacitações Tributárias (IRRF / INSS / FGTS) – Aplicado a Pessoas Físicas; Capacitações Tributárias (IRRF / INSS) Aplicado a Pessoas Jurídicas; Reunião administrativas no município; Reunião periódicas de aprimoramento e atualização (on-line regionalizada);

CAPACITAÇÕES TRIBUTÁRIAS (IRRF / INSS / FGTS) – APLICADO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RH – Tributária (INSS/FGTS/IRRF), ações administrativas, conformidades; Compras e Contratos – Informações e orientações de conformidades tributárias (pessoas físicas – contribuintes individuais e pessoas jurídicas), ações de administrativas de conformidades de retenção de IRRF PJ / INSS PJ / Exceções de tributações / CNO obrigatório; Finanças – Correta tributação na fonte IRRF PJ / INSS PJ / Exceções tributárias; Gestores – Ações de conformidades administrativas e fiscais; Contábil – Orientações de conformidade para atendimento das declarações obrigatórias ao Fisco Federal; Atendimento obrigatório do envio do Alvarás (SISOBRAPREWEB). REUNIÃO ADMINISTRATIVAS NO MUNICÍPIO - Rotinas administrativas / atualizações de normas e atendimento de conformidades com sistemas – Todos os assuntos ligados as conformidades tributárias apresentadas ao contrato; REUNIÃO PERIÓDICAS DE APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÃO (ON-LINE REGIONALIZADA); Rotinas administrativas /atualizações de normas e atendimento de conformidades com sistemas – Todos os assuntos ligados as conformidades tributárias apresentadas ao contrato;

SETORES ENVOLVIDOS Recursos Humanos Departamento Contábil Fundos Públicos Administração Controle Interno Arrecadação Finanças

Fisco Federal

Análise, Avaliação e Implementação de Parcelamentos (Previdenciários – RGPS e demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil); Monitoramento em tempo real da legalidade do município; Análise, Avaliação e orientações para a manutenção da legalidade dos atos e informações que irão alimentar os sistemas de obrigações acessórias; Fiscalizações; Defesas

Técnica-Administrativas; Análise, Avaliação e constituição de créditos; Convênio junto ao Fisco Federal.

PARCELAMENTOS (PREVIDENCIÁRIOS – RGPS E DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL), Renegociação de débitos; Juntada obrigatória da RCL (Receita Corrente Líquida); Negociação de débitos; Parcelamentos em atrasos; Parcelamentos não consolidados; Parcelamentos em contestações; Envio de Parcelas mensais para pagamento (Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional). MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DA LEGALIDADE DO MUNICÍPIO. Sistema de monitoramento de intimações, processos em andamento, parcelamentos em atraso, restrições, regularidade de certidões, bloqueio de FPM, ausência de declarações e outras ações vinculadas ao eCAC; ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES SISTEMA DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, DIRF / Retroativos (orientações) o (Servidores (Empregados: Efetivo, Comissão e Processo Seletivo) de acordo com a tabela progressiva); o Contribuintes Individuais (Credenciados, MEI - atividades consideradas PF – Conselheiros Tutelares, outros serviços que não possuem vínculos); o Pessoas Jurídicas (TEMA 1130 - STF); o DBE (alterações cadastrais das inscrições junto ao fisco federal); o SISTAD – Ajuste de DARF/GPS pagas as declarações processadas; o RE-DARF/GFPS – Alterações de informações Indevidas; o ITR - Informações do VTN (Valores de Terra Nua), Em vigência o Declarações mensais obrigatórias (eSocial e EFD-Reinf); o Emissão de DARF's para recolhimentos (eSocial e EFD-Reinf); o Emissão de DARF's por órgãos / unidade / gestão (eSocial e EFD-Reinf); SEFIP / GFIP / Retroativos (orientações) o Conferência / Retificações; o Emissão de GPS para o FGTS (servidores CLT); FGTS DIGITAL / Em vigência (orientações) o Acompanhamento das declarações; EFD-Reinf / Em vigência (orientações) o Classificação das informações de acordo com os Empenhos; o Conferência das informações declaradas via sistema EFD-Reinf. SISOBRAPREFWeb o Acompanhamento de declarações. FISCALIZAÇÕES, Atendimento (Intimação / Envio de Informações / Acompanhamento / Esclarecimentos e Termo de Encerramento Fiscal); Auxílio na geração de informações no padrão MANAD; Atendimento ao processo e acompanhamento; Defesas/Contestação (1º e 2º Estância Administrativas); DEFESAS ADMINISTRATIVAS; Impugnação de imputação de multas e sanções administrativas; ANÁLISE E CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITOS. Análise de processos prescritos; Análise de lançamento com anistia; Alíquotas indevidas (RAT / FAP); Deduções legais (salário família e maternidade); CNAE – Fiscal de acordo com as funções; CONVÊNIOS JUNTO AO FISCO FEDERAL, ITR – Formalização de convênio, deferimentos, defesas administrativas e acompanhamento do processo durante a

CPL
Fls. 42

vigência; NOTA FISCAL DIGITAL – Formalização de convênio, deferimentos, dessas administrativas e acompanhamento do processo durante a vigência.

SETORES ENVOLVIDOS: Recursos Humanos Departamento Contábil Fundos Públicos Administração Controle Interno Arrecadação

Tribunais

Patrocínio de defesas técnicas em Processos Administrativos e diligenciais previdenciários e tributários.

PROCESSOS DILIGENCIAIS PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS. Patrocinio de defesas técnicas em processos administrative e atos e diligências envolvendo informações de RH no que se refere a contribuições previdenciárias (INSS).

SETORES ENVOLVIDOS Recursos Humanos Departamento Contábil Fundos Públicos Administração Controle Interno Arrecadação

PREFEITURA DE Gestão 2025/2028
Cristalândia
TERRA DE GENTE QUE BRILHA
Secretaria de Administração

43

180
FLS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 017/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 046/2025

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE CRISTALÂNDIA - TO, E A EMPRESA MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF 42.909.792/0001-61, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E ASSESSORIA (TÉCNICA E JURÍDICA) EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTOS DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS E AO FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO, NO TRATAMENTO E NA TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSÓRIAS (ESOCIAL, EFD-REINF, DCTF, DCTF-WEB, SICAP-AP) PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA – TO, CONFORME TERMO DE REFENCIA.

O MUNICIPIO DE CRISTALÂNDIA - TO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.067.156/0001-52, com sede na Av Pedro Bras nº 01 Centro, Cristalândia – TO, CEP: 77.490-000; aqui denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Srº, Wilson Junior Carvalho de Oliveira, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do R.G – 422.718 2º via SSP-TO, e CPF n.º 413.883.561-04, domiciliado e residente na nesta Cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 42.909.792/0001-61, estabelecida na Quadra ACNO 1 Rua NO 1, nº SN, Conj 01 Lote 03-A Loja 35, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, CEP: 77001016, neste ato representado por seu sócia/administrador senhor Glayzer Antonio Gomes da Silva, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/GO n. 28.315, portador do CPF sob o n. 804.653.071-91, residente e domiciliado na cidade de Goiânia - GO, na Av. PL3, n. 205, Residencial Europark, Parque Lozandes, CEP: 74.884-115, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), elaborado de acordo com a minuta examinada pela PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, fundamentado no Art. 74, inciso III, letra "c", da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, observadas as disposições da Lei Complementar nº123, de 14.12.2006, estando sujeito demais normas pertinentes e respectivas atualizações, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Pelo presente visa a **Contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria (técnica e jurídica) em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal e Recursos Humanos e ao Fisco Federal, com foco na orientação, na composição, no tratamento e na transmissão de informações aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, DCTF, DCTF-WEB, SICAP-AP) para atender a demanda do município de Cristalândia – TO, conforme termo de referência, concernentes a:**

CPL 44
181 FLS

1. **ATOS DE PESSOAL EM FOLHA DE PAGAMENTO:**

1.1. Análise Tributária (IRRF / INSS / RPPS / FGTS); Análise Rotinas e Auditáveis; Sistemas em cumprimento as obrigações fiscais acessórias; SST - Impacto Administrativo e Fiscal.

1.1.1. ANÁLISE TRIBUTÁRIA Servidores (Empregados: Efetivo, Comissão e Processo Seletivo) de acordo com a tabela progressiva. Vinculados ao RPPS, verifica-se a alíquota aplicada está correta a todos. Contribuintes Individuais (Credenciados, MEI - atividades consideradas; PF – Conselheiros Tutelares, outros serviços que não possuem vínculos) incidência direta conforme a norma;

1.1.2. FGTS dos servidores vinculados ao CLT – análise da contribuição (orientações e acompanhamento de declarações);

1.1.3. Verbas indenizatórias;

1.1.4. CNAE Preponderante (Contagem dos servidores no exercício das funções e cadastro de CBO);

1.2. ANÁLISE ROTINAS AUDITÁVEIS;

1.2.1. Rotinas de Admissões e Exonerações;

1.2.2. Incidência obrigatórias das verbas;

1.2.3. Bases de cálculos de acordo com a data de admissão;

1.2.4. Valores acima do limite legal (chefe do poder executivo);

1.2.5. Salário Família de acordo com as verbas mensais (aplicabilidade e incidência);

1.2.6. Anuênios / Biênios / Quinquênio;

1.2.7. LC 173/2020 (concessões utilizando a contagem de tempo) exceção as prevista na LC 191/2022;

1.2.8. Horas Extras (limite legal, aplicação a servidores ativos);

1.2.9. Insalubridade e Periculosidade (compatível com a função e bases legais);

1.2.10. Valores remuneratórios abaixo do mínimo;

1.2.11. Complementos salarias de acordo com a norma;

1.2.12. Adicional Noturno (cálculo e aplicabilidade);

1.2.13. Horas trabalhadas concurso e horas complementares (profissionais da educação);

1.2.14. Análise de substituições (valores e aplicabilidade);

1.2.15. Salário Maternidade (Aplicação normal e prorrogações);

1.2.16. Aborto Permanência (Aplicabilidade);

1.2.17. Verbas acima do valor salário base – análise e base legal;

1.2.18. Agentes políticos – verbas aplicáveis e valores;

1.2.19. Cessão e Permutas de servidores (rotinas nos sistemas e análises tributárias);

1.2.20. 13º salário (rotinas de adiantamento e folha anual);

1.2.21. Férias (anual, antecipação, conversão em pecúnia e rescisórias);

1.2.22. Benefícios (Vale Transporte e Alimentação);

1.2.23. Múltiplos vínculos (Tributação previdenciárias / IRRF / carga horária compatível / salário família);

1.2.24. Análise de bases de cálculos com incidência de "faltas".

2. **AÇÕES TÉCNICAS (ATUAÇÕES JURÍDICAS OPINATIVAS; ATUAÇÕES ADMINISTRATIVAS OPINATIVAS).**

2.1. ATUAÇÕES JURÍDICAS OPINATIVAS;

2.1.1. Edição modelos de projeto de lei / decretos / normatizações Prev e Tributária (IR) (opinativo);

2.1.2. Pareceres técnicos administrativos tributários (INSS e IRRF) - Servidores / Contratos temporários / Pessoas Jurídicas. (opinativo), (Repercussão geral);

182 FLS

CPL Fls. 45

2.1.3. Abonos e Pecúnia (aplicabilidade, cálculo e regulamentações);
2.1.4. Documentações obrigatórias: Decretos, contratos, declarações e posse (admissões e rotinas mensais), (modelo opinativos);
2.1.5. Modelo sugestivo para alterações de normas para atendimento a SST – Segurança e Saúde do Trabalho;
2.1.6. Defesa de malha fina (Obrigações acessórias ligadas ao termo contratual);
2.1.7. PJ – Modelo de cláusulas contratuais para o cumprimento das conformidades tributárias (IRRF-PJ / INSS-PJ / CNO / Exceções / Simples Nacional / MEI);
2.1.8. Análise jurídica de informações transitadas e julgadas (Reclamatórias Trabalhistas / Tributação de precatórios, visando o cumprimento. previdenciário e tributário IR);

2.2. ATUAÇÕES ADMINISTRATIVAS OPINATIVAS
2.2.1. Pareceres administrativos de repercussão geral (opinativo);
2.2.2. Impacto financeiro, assunto relacionados ao termo contratual (folha de pagamento, fiscal e financeiro);
2.2.3. Rotinas de lançamentos e gestão (13º salário, incentivos, férias, pecúnias.);
2.2.4. Afastamentos de servidores (Incapacidade, Interesse particular, prêmio, coletivo e outras previstas em estatuto);
2.2.5. Observâncias, implantação e adequações de acordo com NORMAS e REGRAS dos sistemas de gestões (Folha e Contábeis), no que refere-se a rotinas administrativas previdenciárias e tributárias;
2.2.6. Análise de créditos (CNAE Preponderante, Salário Maternidade, Declarações Indevidas, Lei de Anistia);
2.2.7. Análise de CNIS / DIRF;
2.2.8. PASEP – direitos devidos aos servidores (análise inclusive de créditos não aplicados);
2.2.9. Saldos de Dívidas tributárias para balanço (Receita Federal e Procuradoria);
2.2.10. Alíquota FAP (Fator Acidentário Previdenciário) – Impacto / Contestação / Adequação em Sistemas;
2.2.11. Revisões de dívidas junto a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nocional, sempre que couber, conforme abrangência contratual;
2.2.12. Orientação para apresentação de Planta de valores – ITR;

3. **CAPACITAÇÕES (CAPACITAÇÕES TRIBUTÁRIAS (IRRF / INSS / FGTS) – APLICADO A PESSOAS FÍSICAS; CAPACITAÇÕES TRIBUTÁRIAS (IRRF / INSS) APLICADO A PESSOAS JURÍDICAS; REUNIÃO ADMINISTRATIVAS NO MUNICÍPIO; REUNIÃO PERIÓDICAS DE APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÃO (ON-LINE REGIONALIZADA).**
3.1. CAPACITAÇÕES TRIBUTÁRIAS (IRRF / INSS / FGTS) – APLICADO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS;
3.1.1. RH – Tributária (INSS/FGTS/IRRF), ações administrativas, conformidades;
3.1.2. Compras e Contratos – Informações e orientações de conformidades tributárias (pessoas físicas – contribuintes individuais e pessoas jurídicas), ações de administrativas de conformidades de retenção de IRRF PJ / INSS PJ / Exceções de tributações / CNO obrigatório;
3.1.3. Finanças – Correta tributação na fonte IRRF PJ / INSS PJ / Exceções tributárias;
3.1.4. Gestores – Ações de conformidades administrativas e fiscais;
3.1.5. Contábil – Orientações de conformidade para atendimento das declarações obrigatórias ao Fisco Federal;

183
FLS

3.1.6. Atendimento obrigatório do envio do Alvarás (SISOBRAPREWEB). REUNIÃO ADMINISTRATIVAS NO MUNICÍPIO;
3.1.7. Rotinas administrativas / atualizações de normas e atendimento de conformidades com sistemas – Todos os assuntos ligados as conformidades tributárias apresentadas ao contrato; REUNIÃO PERIÓDICAS DE APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÃO (ON-LINE REGIONALIZADA);
3.1.8. Rotinas administrativas /atualizações de normas e atendimento de conformidades com sistemas – Todos os assuntos ligados as conformidades tributárias apresentadas ao contrato;

4. **FISCO FEDERAL (PARCELAMENTOS (PREVIDENCIÁRIOS – RGPS E DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL); MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DA LEGALIDADE DO MUNICÍPIO; ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS; FISCALIZAÇÕES; DEFESAS ADMINISTRATIVAS; ANÁLISE E CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITOS; CONVÊNIO JUNTO AO FISCO FEDERAL).**
4.1. PARCELAMENTOS (PREVIDENCIÁRIOS – RGPS E DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL):
4.1.1. Renegociação de débitos;
4.1.2. Juntada obrigatória de RCL (Receita Corrente Líquida);
4.1.3. Negociação de débitos;
4.1.4. Parcelamentos em atrasos;
4.1.5. Parcelamentos não consolidados;
4.1.6. Parcelamentos em contestações;
4.1.7. Envio de Parcelas mensais para pagamento (Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional).
4.2. MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DA LEGALIDADE DO MUNICÍPIO.
4.2.1. Sistema de monitoramento de intimações, processos em andamento, parcelamentos em atraso, restrições, regularidade de certidões, bloqueio de FPM, ausência de declarações e outras ações vinculadas ao eCAC;
4.3. ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES SISTEMA DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS;
4.3.1. DIRF / Retroativos (orientações) o (Servidores (Empregados: Efetivo, Comissão e Processo Seletivo) de acordo com a tabela progressiva); o Contribuintes Individuais (Credenciados, MEI - atividades consideradas PF – Conselheiros Tutelares, outros serviços que não possuem vínculos); o Pessoas Jurídicas (TEMA 1130 - STF);
4.3.2. DBE (alterações cadastrais das inscrições junto ao fisco federal);
4.3.3. SISTAD – Ajuste de DARF/GPS pagas as declarações processadas;
4.3.4. RE-DARF/GFPS – Alterações de informações Indevidas;
4.3.5. ITR - Informações do VTN (Valores de Terra Nua);
4.3.6. DCTFWeb / Em vigência o Declarações mensais obrigatórias (eSocial e EFD-Reinf); o Emissão de DARF's para recolhimentos (eSocial e EFD-Reinf); o Emissão de DARF's por órgãos / unidade / gestão (eSocial e EFD-Reinf);
4.3.7. SEFIP / GFIP / Retroativos (orientações) o Conferência / Retificações; o Emissão de GPS para o FGTS (servidores CLT);
4.3.8. FGTS DIGITAL / Em vigência (orientações) o Acompanhamento das declarações;
4.3.9. EFD-Reinf / Em vigência (orientações) o Classificação das informações de acordo com os Empenhos; o Conferência das informações declaradas via sistema EFD-Reinf.
4.3.10. SISOBRAPREFWeb o Acompanhamento de declarações. FISCALIZAÇÕES;

CPL 47
184 FLS

4.3.11. Atendimento (Intimação / Envio de Informações / Acompanhamento / Esclarecimentos e Termo de Encerramento Fiscal);
4.3.12. Auxílio na geração de informações no padrão MANAD;
4.3.13. Atendimento ao processo e acompanhamento;
4.3.14. Defesas/Contestação (1° e 2° Estância Administrativas);
4.4. DEFESAS ADMINISTRATIVAS;
4.4.1. Impugnação de imputação de multas e sanções administrativas;
4.5. ANÁLISE E CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITOS.
4.5.1. Análise de processos prescritos;
4.5.2. Análise de lançamento com anistia;
4.5.3. Alíquotas indevidas (RAT / FAP);
4.5.4. Deduções legais (salário família e maternidade);
4.5.5. CNAE – Fiscal de acordo com as funções;
4.6. CONVÊNIOS JUNTO AO FISCO FEDERAL
4.6.1. ITR – Formalização de convênio, deferimentos, defesas administrativas e acompanhamento do processo durante a vigência;
4.6.2. NOTA FISCAL DIGITAL – Formalização de convênio, deferimentos, dessas administrativas e acompanhamento do processo durante a vigência.

5. **TRIBUNAIS (PROCESSOS DILIGENCIAIS PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS).**
5.1. PROCESSOS DILIGENCIAIS PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS.
5.1.1. Atos diligências envolvendo informações de RH no que se refere a contribuições previdenciárias (INSS).

Auxiliar na correta composição financeira dos tributos incidentes sobre a remuneração dos servidores (INSS e IRRF); no exame das rotinas auditáveis referentes à folha de pagamentos; na orientação, na implementação e adequação técnica e jurídica de processos internos para a correta tributação previdenciária e de imposto de renda de pessoas jurídica, bem como na transmissão de informações ao EFD-REINF; elaboração de relatórios, pareceres jurídicos opinativos e documentos técnicos em conformidade com a legislação tributária pertinente; conferência de dados para o enceramento da DCTFWeb e emissão dos DARF's; assessoria previdenciária geral no parcelamento de dívidas e demais atos junto à Receita Federal do Brasil e PGFN e; ainda, capacitação sobre temas específicos concernentes ao presente objeto, visando atender as necessidades do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA, LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. DA ENTREGA:
2.1.1. Após assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho, mediante solicitação formal da secretaria solicitante, a contratada deverá iniciar os serviços objeto dessa licitação de forma imediata.

2.2 DO LOCAL:
2.2.1. Os Serviços Técnicos Especializados de apoio administrativo, com vistas a consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal e Recursos Humanos e ao Fisco Federal, destinado atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cristalândia - TO, poderão ser prestados:

CPL
Fls. 48
185
FLS

* Nas dependências do Município de Cristalândia - TO; utilizando-se de equipamento e instalações, fotocópias e material de expediente;
* De acordo com as especificações dos itens descritos;
* Em escritório próprio da empresa que detenha atestados de capacidade técnica de realização de serviços similares, compreendendo análise de processos, estabelecimento de procedimentos, desenvolvimento de normativos e capacitação de servidores.

2.3 DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:
2.3.1. Os serviços poderão ser prestados conforme especificado acima ou sempre que necessária convocação pela administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGENCIA E CONDIÇÕES DE SUBCONTRATAÇÃO
3.1 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2025, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, por se tratar de serviços contínuos na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
3.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
3.1.3. A administração mantenha interesse na realização do serviço;
3.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
3.1.5. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
3.2. Os serviços a serem contratados NÃO serão permitidos a subcontratação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO.
4.1 O valor total da contratação e de **R$ 82.643,44 (oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos)** divididos em 11 (onze) parcelas iguais de **R$ 7.513,04 (sete mil e quinhentos e treze reais e quatro centavos)**.
4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS
5.1. Será permitido o reajuste do contrato conforme Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - unilateralmente pela Administração:
a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo entre as partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

Fls. 49
186 FLS

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.
§ 2º Será aplicado o disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

5.1.1 Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes do contrato correrão por conta das dotações da Prefeitura Municipal.

DOTAÇÃO	Fonte de Recursos	Elemento(s) de Despesa
Manutenção de Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento: 10.4.4.122.7.2.007	1.500.0000.00000.	3.3.90.39

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Será designado por Nomeação de Fiscal, após a realização dos procedimentos licitatórios, um servidor da Prefeitura Municipal solicitante para gerir e fiscalizar o contrato.
7.2 A fiscalização por parte da **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme lei 14.133/2021, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço prestado, subsistirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela solidez, qualidade e segurança deste último.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

8.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, a CONTRATADA que:
a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
b) Apresentar documentação falsa;
c) Comportar-se de modo inidôneo;
d) Cometer fraude fiscal;
e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.
8.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
b) Multa de: Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias. Decorrido esse prazo, poderá ser aplicada a sanção;

CPL
Fls. 50

187
FLS

c) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem

d) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

8.3 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

8.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei nº. 9.784 de 1999.

8.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

8.7 Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Prefeitura Municipal.

8.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

CLÁUSULA NONA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.

9. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

CPL
Fls 51
183 FLS

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:
I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 desta Lei.
§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
10.1. São obrigações da CONTRATANTE:
10.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;;
10.1.2. Atestar as faturas/notas fiscais;
10.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
10.1.4. Prestar informações e esclarecimentos, que venham a ser solicitadas pela contratada;
10.1.5. Indicar o responsável pela gestão e o fiscal do contrato;
10.1.6 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10.1.7. Garantir instalações necessárias para o cumprimento integral dos serviços;
10.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.1.9. Zelar para que dure toda vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitações e qualificações exigidas na licitação;

CPL
Fls. 52

139
FLS

10.1.10. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
10.1.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratante entregar fora das especificações deste Termo de Referência.
10.1.12. Não permitir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
10.2.1. Sem prejuízos das disposições das cláusulas e em cumprimento as suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações especificas da contratada;
10.2.1.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação qualificação exigidas na licitação;
10.2.1.2. Disponibilizar os serviços imediatamente, após o recebimento da nota de empenho, nos locais e horários fixados pela contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido;
10.2.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
10.2.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao município ou a terceiros;
10.2.1.5. Relatar a administração toda e qualquer regularidade verificada no decorrer na prestação de serviços;
10.2.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
10.2.1.7. Não permitir a utilização do trabalho do menor;
10.2.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A contratada, através de seu responsável, deverá executar os serviços de forma integral, dentro do prazo de vigência. A Referida assessoria prestará os serviços contidos no objeto do presente termo de referência, em escritório próprio ou nas dependências da sede do legislativo Municipal sempre solicitado, utilizando-se de equipamento e instalações, fotocópias e material de expediente, ficando as despesas necessárias a eficaz prestação dos serviços, tais como: combustível, alimentação e hospedagem por conta do CONTRATANTE, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12. Este Contrato guarda conformidade com a Inexigibilidade 05/2025 e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo nº 46/2025 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CPL
Fls 53

190
FLS

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. - Para eficácia do presente instrumento, a CONTRATANTE providenciará sua publicação na imprensa oficial do município, em forma de extrato, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Aplicam-se todas as disposições da Lei de Licitações cabíveis ao presente contrato, fixando-se competente o Foro da comarca de Cristalândia- TO, para dirimir questões advindas da presente relação jurídicas.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da Contratante.

Cristalândia - TO, 03 de fevereiro de 2025.

Wilson Júnior Carvalho de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CRISTALÂNDIA - TO
Wilson Junior Carvalho de Oliveira
CONTRATANTE

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161
Dados: 2025.02.03 09:15:55 -03'00'

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ sob nº 42.909.792/0001-61
CONTRATADA

Testemunhas

1)_____ 2)_____
CPF CPF

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS

CONTRATO Nº 143/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Inexigibilidade Nº 010/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 941/2025

OBJETO CONTRATUAL
Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos em consultoria junto a receita federal do brasil ações junto ao RH, acompanhamento da implantação do e social e legalidade dos dados via SICAP-AP/pessoal-TCE-Tocantins da prefeitura municipal de palmeiras do Tocantins -TO.

VALOR CONTRATUAL
R$ 98.999,16 (noventa e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: 16 de Maio de 2025
FINAL: 16 de Maio de 2026

DADOS DO CONTRATANTE
Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 25.064.056/0001-30
Rua Mariano Araújo Lima, S/N, Centro, Palmeiras do Tocantins, Tocantins.
Francisco Noleto Junior, CPF nº 576.745.073-00

DADOS DO CONTRATADO
MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ nº 42.909.792/0001-61
QUADRA ACNO 1 RUA NO 1, SN, PLANO DIRETOR NORTE, Palmas, Tocantins
RUBENS@CONPREV.COM.BR, (62) 8245-0550,
GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA, CPF nº 804.653.071-91

FISCAL DO CONTRATO
Rogério Borges Pinheiro Silva

PREÂMBULO

Aos 16 de Maio de 2025, a Prefeitura Municipal de Palmeiras do Tocantins – TO, através da Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CNPJ nº 25.064.056/0001-30, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE**

CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos em consultoria junto a receita federal do brasil ações junto ao RH, acompanhamento da implantação do e social e legalidade dos dados via SICAP-AP/pessoal-TCE-Tocantins da prefeitura municipal de palmeiras do Tocantins - TO. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ R$ 98.999,16 ((noventa e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos)), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao Departamentos de Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (eSocial, EFD-REINF, DCTF, DCTF-WEB, SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil. Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria também atuarão na avalição da composição financeira dos tributos incidentes sobre a remuneração dos servidores (INSS e IRRF); na orientação, na implementação e adequação técnica de processos internos, com base na interpretação da legislação pertinente, para a correta tributação previdenciária e de imposto de renda de pessoas jurídicas, bem como no treinamento e capacitação de todo pessoal envolvido no processo de tributação; elaboração pareceres técnicos opinativos e documentos técnicos em conformidade com a legislação tributária pertinente; consultoria e assessoria previdenciária geral no parcelamento de débitos e demais atos administrativos junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e; ainda, treinamento, aperfeiçoamento e	-	Mês	12	R$ 8.249,93	R$ 98.999,16

000443

	capacitação de pessoal, com transferência de conhecimento sobre temas específicos concernentes ao presente objeto, visando atender as necessidades do município.					
					Valor Total	R$ 98.999,16

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 12/05/2025 e encerramento em 12/05/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Palmeiras do Tocantins deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 03 03 00 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO: 03.03.04.122.0014.2.005 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE: PRÓPRIO

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS

000450

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.
17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Tocantinópolis - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Palmeiras do Tocantins – TO, 16 de Maio de 2025

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Francisco Noleto Junior
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL
E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL
E:42909792000161
Dados: 2025.05.16 14:35:20 -03'00'

GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA
CPF nº 804.653.071-91

TESTEMUNHAS

NOME: Maria Eliane Mendes da Costa
926.772.001-20

NOME: Marcos Diego Gomes da Silva
041.965.848-74

FL. 479

CPL
Fls. 64

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAISO DO TOCANTINS
ESTADO DO TOCANTINS

2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 32/2022

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 32/2022, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E O MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE PARAÍSO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 17.890.763/0001-58, com sede à Avenida Transbrasiliana, n.º 335 – Paraíso do Tocantins – TO, neste ato representada pela sua titular, **INGRID LIMA REBELO**, brasileira, portadora do R. G. n.º 349.835 - SSP/TO e do CPF n.º 710.726.321-87, residente e domiciliada na Cidade de Palmas/TO na Qd 206 Sul, Alameda 4, Lt. 60, Cs 01, Plano Diretor, aqui denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado o **MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 42.909.792/0001-61, com sede à Q. Aquino 1, Rua nº 1, s/n, Conj. 01, Lt. 03-A, Palmas/TO, neste ato representada por **EMERSON SANTANA ALVES,** brasileiro, portador do CPF nº 003.846.561-29, residente e domiciliado na cidade de Palmas/TO, neste ato denominados simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente 2º Termo Aditivo de Contrato, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 32/2022, assinado a 08 de dezembro de 2022, advindo do processo licitatório Edital Pregão Presencial (SRP) nº 005/2022, cujo objeto foi adjudicado à CONTRATADA, tem como **fundamento legal o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, com previsão nas Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato original; Justificativa da CONTRATANTE e Solicitação de 1º Termo Aditivo, devidamente autorizado pelas autoridades competentes, e Proposta original da CONTRATADA, partes integrantes deste Aditivo de Contrato, independentemente de transcrição, aos quais ficam vinculadas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 O presente 2º Termo Aditivo tem como objeto a **prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 32/2022**, assinado a 08 de dezembro de 2022, **por mais 12 (doze) meses**, com fundamento legal nos incisos I e II do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e previsão na Cláusula Sexta do Contrato original e Edital Pregão Presencial (SRP) nº 005/2022, para que a CONTRATADA possa dar continuidade na execução dos serviços de natureza contínua de prestação de serviço de consultoria, assessoria e capacitação na área de recursos humanos, sendo: prestação de serviços técnicos administrativos visando o acompanhamento e manutenção da legalidade do município junto ao fisco federal, e consultoria junto ao departamento de contabilidade, jurídico, tesouraria e recursos humanos, quanto as normas tributárias e administrativas em cumprimento as novas prerrogativas do ESOCIAL, EFD-REINF/DCTFWEB e SICAP-AP de pessoal e treinamento de pessoal administrativo, de acordo com as necessidades da administração, conforme especificações contidas no mesmo Edital e seus anexos e no contrato original, conforme justificativa e Solicitação de Aditivo de Contrato pela CONTRATANTE e autorização concedida pelas autoridades competentes, anexos ao Processo 566/2022, partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição.

2.2 Também constitui o objeto do presente aditivo o reajuste contratual na importância de 4,49% sobre o valor total do contrato original. Reajuste esse solicitado pela empresa e deferido pela ordenadora de despesa conforme justificativa e Solicitação de Aditivo de Contrato pela CONTRATANTE, tendo como fundamento legal na Cláusula Quinta do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161
Dados: 2024.11.21 11:15:02 -03'00'

FL. 480

FL. 65

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAISO DO TOCANTINS
ESTADO DO TOCANTINS

3.1 Com o presente 2º Termo Aditivo a vigência do contrato original fica prorrogada pelo prazo de mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Em decorrência da renovação da vigência contratual, bem como do reajuste contratual deferido pela ordenadora de despesa, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor constante total de R$ 201.527,82 (duzentos e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), sendo o valor mensal R$ 16.793,98 (dezesseis mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos) nas condições estabelecidas pela Cláusula Quinta do contrato original.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO E RECURSOS

5.1 Para pagamento das despesas decorrentes do presente Aditivo de Contrato serão utilizados recursos orçamentários da CONTRATANTE, na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO: 04.123.0033.2109 NATUREZA DA DESPESA: 33.90.35 FONTE: 15000000

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

6.1 As demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento contratual original permanecem inalteradas e válidas para todos os fins de direito.

Paraíso do Tocantins – TO, 21 de novembro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INGRID LIMA REBELO
CONTRATANTE

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161
Dados: 2024.11.21 11:15:17 -03'00'

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ Nº 42.909.792/0001-61
CONTRATADA

Testemunhas:

1. João Augusto da S. Gomes
042.073.391-40

2. Lívia Bianca M. da Silva
004.499.551-38

FL. 781

FL. 66

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAISO DO TOCANTINS
ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

ESPÉCIE: 2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 32/2022

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATADA: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ Nº 42.909.792/0001-61

OBJETO: O presente 2º Termo Aditivo tem como objeto **a prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 32/2022**, assinado a 08 de dezembro de 2022, **por mais 12 (doze) meses**, com fundamento legal nos incisos I e II do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e previsão na Cláusula Sexta do Contrato original e Edital Pregão Presencial (SRP) nº 005/2022, para que a CONTRATADA possa dar continuidade na execução dos serviços de natureza contínua de prestação de serviço de consultoria, assessoria e capacitação na área de recursos humanos, sendo: prestação de serviços técnicos administrativos visando o acompanhamento e manutenção da legalidade do município junto ao fisco federal, e consultoria junto ao departamento de contabilidade, jurídico, tesouraria e recursos humanos, quanto as normas tributárias e administrativas em cumprimento as novas prerrogativas do ESOCIAL, EFD-REINF/DCTFWEB e SICAP-AP de pessoal e treinamento de pessoal administrativo, de acordo com as necessidades da administração, conforme especificações contidas no mesmo Edital e seus anexos e no contrato original, conforme justificativa e Solicitação de Aditivo de Contrato pela CONTRATANTE e autorização concedida pelas autoridades competentes, anexos ao Processo 566/2022, partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição. Também constitui o objeto do presente aditivo o reajuste contratual na importância de 4,49% sobre o valor total do contrato original. Reajuste esse solicitado pela empresa e deferido pela ordenadora de despesa conforme justificativa e Solicitação de Aditivo de Contrato pela CONTRATANTE, tendo como fundamento legal na Cláusula Quinta do contrato original.

VIGÊNCIA: Com o presente 2º Termo Aditivo a vigência do contrato original fica prorrogada pelo prazo de mais 12 (doze) meses.

VALOR: Em decorrência da renovação da vigência contratual, bem como do reajuste contratual deferido pela ordenadora de despesa, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor constante total de R$ 201.527,82 (duzentos e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), sendo o valor mensal R$ 16.793,98 (dezesseis mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos) nas condições estabelecidas pela Cláusula Quinta do contrato original.

BASE LEGAL: O presente 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 32/2022, assinado a 08 de dezembro de 2022, advindo do processo licitatório Edital Pregão Presencial (SRP) nº 005/2022, cujo objeto foi adjudicado à CONTRATADA, tem como **fundamento legal o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, com previsão nas Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato original; Justificativa da CONTRATANTE e Solicitação de 1º Termo Aditivo, devidamente autorizado pelas autoridades competentes, e Proposta original da CONTRATADA, partes integrantes deste Aditivo de Contrato, independentemente de transcrição, aos quais ficam vinculadas as partes.

PROCESSO: 566/2022

DOTAÇÃO: 04.123.0033.2109 NATUREZA DA DESPESA: 33.90.35 FONTE: 15000000

67

CURRICULUM VITAE

VALDIR LEMES DA FRANÇA

GOIÂNIA - GOIÁS

UFL
Fls. 68

SUMÁRIO

01 - DADOS PESSOAIS

02 - HISTÓRICO ESCOLAR

03 - ATIVIDADES PROFISSIONAIS

DADOS PESSOAIS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME: Valdir Lemes da França

FILIAÇÃO: Antônio Luiz da França
Ermínia Lemes da França

NACIONALIDADE: Brasileira

NATURALIDADE: Goiânia - Goiás

DATA DE NASCIMENTO: 23 de maio de 1.968

ESTADO CIVIL: Divorciado

PROFISSÃO: Contador

REGISTRO GERAL: Cédula de Identidade nº 1.487.012, expedida pela SSP-Go.

CADASTRO GERAL DE PESSOA FÍSICA: Inscrição nº 454.598.941-15

DOCUMENTO MILITAR: Nº 643373-G-, Expedido pelo Ministério do Exército

TÍTULO ELEITORAL: Inscrição nº 18.069.210-07 na 53a Zona, Seção 89, expedido pelo TRE-Go.

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL: Nº do Registro expedida pelo CRC-Go 010967 Categoria Contador

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO: Nº 040122997, nº do registro 11.651.115-0, expedida pelo DETRAN-GO.

ENDEREÇO COMERCIAL: Rua 1134 nº 64 – St. Marista – CEP: 74.180-130 - Goiânia - Goiás

TELEFONE PARA CONTATO: TELEFAX - (062)3086-1721

E-mail: Valdir@lemesdafranca.com.br
www.lemesdafranca.com.br

HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO DE 3º GRAU:

Bacharelado em Ciências Contábeis, pela Universidade Católica de Goiás, tendo sido concluído no 2o semestre de 1994 e diplomação em 28-04-95

PÓS-GRADUAÇÃO:

Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil, Evangélica Faculdades Integradas – Anápolis – GO.

Pós-Graduação em Auditoria e Gestão Governamental – Universidade Católica de Goiás – GO.

Pós-Graduação em Perícia Forense – Instituto de Pós-Graduação e Graduação – IPOG– Goiânia – GO.

CPL
Fls. 71

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

01 - CONTABILIDADE:

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL - Atuação como Auxiliar Contábil, consultor de execução Orçamentária e financeira, para empresa - JURISPLAM - ASSESSORIA MUNICIPAL LTDA, para diversos municípios goianos.

Atuação como Supervisor Contábil para empresa Organização, Planejamento e Assessoria Municipal Ltda - ORPLAM, atuando na execução Orçamentária e controle interno, para diversos municípios goianos.

Atuação como prestador de serviços autônomos na elaboração de peças contábeis, orientador de controle interno e execução orçamentária para empresa COTEPLAN - Consultoria Técnica e Planejamento Ltda, em Palmas – To, para diversos municípios tocantinenses.

Atuação como prestador de serviços avulsos na interposição de recursos em Balanço Geral para o Município de Jataí.

Atuação como contador autônomo para o Município de CACHOEIRA DE GOIÁS, executando serviços de assessoramento e consultoria em execução orçamentária e controle interno.

Atuação na Gerência de Produção para empresa CONTEC Escritório Técnico Contábil Ltda - Porangatu - Go.

Sócio Diretor da Empresa: SISTEMA - Assessoria e Consultoria Governamental Ltda - Goiânia - Goiás, prestando serviços na assessoria, consultoria, orientação de controle e execução orçamentária, financeira e patrimonial e controle interno e planejamento a diversos municípios do estado de Goiás e Tocantins.

Diretor Executivo da empresa: Lemes da França & Associados.

Fls. 72

02 - AUDITORIA

Prestação de Serviços na Auditoria Financeira Interna Operacional ao Município de ITABERAÍ.

Prestação de Serviços de Auditoria Financeira Interna Operacional para o Município de CACHOEIRA DE GOIÁS.

Auditoria Operacional na Prefeitura Municipal de Rio Verde.

Auditoria Prefeitura Municipal de Cristalina

Auditoria Operacional no Município de Caldas Novas

Auditoria Operacional para Câmara Municipal de Pontalina.

Auditoria Operacional no Município de Gurupi - To

03 - PERÍCIA CONTÁBIL

Perícia contábil em Processo de Impugnação de Mandato Eletivo na Comarca de Nazário.

Perito da Delegacia Estadual de Crimes Contra a Fazenda Pública - Go.

CPL
Fls. 73

04 – ATIVIDADE DOCENTE

Professor da Disciplina de Contabilidade Pública - Curso de Ciências Contábeis na Associação Educativa Evangélica - Colégios e Faculdades.

Professor da Disciplina de Contabilidade Pública e Orçamento na Faculdade Aphonsiano.

Professor da Disciplina de Contabilidade Pública na FANAP.

Professor no Curso de Pós-Graduação em Auditoria e Gestão Governamental, promovido pela Universidade Católica de Goiás em convênio com o IPECON, módulos: Lei de Responsabilidade Fiscal; Tópicos Avançados de Contabilidade Governamental.

Professor no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Planejamento Fiscal, promovido pelo CESUT – Centro de Ensino Superior de Jataí, módulo: Contabilidade Pública.

Professor no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Contabilidade Pública, promovido pela Uni-Anhanguera – Centro Universitário de Goiás, módulo: Planejamento, Controle e Orçamento Público 2008/01

Professor no Curso de Ciências Contábeis – Uninhanguera – Disciplina: Contabilidade Pública e Orçamento.

Professor no Curso de MBA Auditoria e Gestão Governamental – PUC-GO – IPECON: Módulos: Lei de Responsabilidade Fiscal, Tópicos Avançados de Contabilidade Governamental.

05– OUTROS

Participação em diversos Seminário, Encontros, Simpósios, Palestras sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/00.

Elaboração de Projetos de Lei de orçamento-programa para diversos municípios goianos, em vários exercícios.

Elaboração de Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para diversos municípios goianos, em vários exercícios.

Elaboração de Projetos de Lei de Plano Plurianual de Investimentos – PPA para diversos municípios goianos, para o quadriênio 1998/2001, 2002/2005, 2006/2009, 2010/2013.

Curso de Oratória – Universidade Católica de Goiás – Coordenação Geral de Estágio e Extensão.

Curso Como Falar em Público – Promoção SEBRAE - Go.

Participação no III SEMINÁRIO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA FENASTC.

Participação no Seminário Responsabilidade Fiscal Aplicada aos Municípios – Belo Horizonte/MG.

Participação no Treinamento para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no Centro de Capacitação da Associação Matogrossense dos Municípios – Cuiabá – MT.

Participação no Curso sobre as Novas Regras – Legislação Previdênciária, realizado pela Floresta Auditores & Consultores S/C.

Participação no I, II e III Seminário de Atualização de Práticas Docentes da Evangélica Faculdades Integradas.

Participação no XXVII Congresso Nacional de Técnicos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo – Garaguatuba-SP.

Fls. 75

Palestrante no Programa de Educação Tributária – SEFAZ-GO do módulo Gestão Democrática dos Recursos Públicos.

Premiação com Certificado Gestão Fiscal Responsável, promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sendo que com o município de Rianápolis ficou em 2° lugar e São Luís de Montes Belos 6° classificado entre os dez escolhidos no Brasil, lembrando ainda que em Goiás só foram 4 municípios premiados.

Realização de diversas palestras sobre temas relacionados com a administração pública e responsabilidade fiscal.

Palestrante no curso promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade de Goiás – Planejamento e Orçamento Público, 20 E 21 de outubro de 2003.

Palestrante no I Simpósio de Como Vencer as Eleições 2004, abordando assuntos relacionados com Prestação de Contas Eleitoral realizado no dia 21 de abril de 2004.

Professor no Curso de Extensão em Contabilidade Pública, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, nos dias 18, 19, 20 e 21 de julho de 2005.

Conferencista na 1ª Conferência da Cidade Jaraguá, dia 06 de setembro de 2005, com o tema: Questão Federativa.

Ex-Presidente da ASPECON – Associação dos Peritos Contadores do Estado de Goiás, gestão 2005/2006 e 2007/2008.

Diretor Técnico da UNADICON – União de Advogados e Contadores Públicos do Estado de Goiás.

Autor de vários artigos relacionados com a Administração Pública, dentre eles: Aspectos Gerais Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, publicado na Revista Científica TECER; Priorização de Programas: a eficácia da administração pública municipal, aprovado e publicado no 17° Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado em Santos – SP 2004; entre outros.

Autor do livro " GMB – Gestão Municipal Brasileira, editado por DEESCUBRA – Goiânia-Goiás, 2006.

Conferencista na CONFERÊNCIA DAS CIDADES ETAPA MUNICIPAL – MUNICÍPIO DE JARAGUA, com o tema: A Capacidade e Forma de Gestão das Cidades; I - Sub-tema: Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional e II - Sub-tema: Receitas Municipais e Ampliação de Receitas Próprias, realizada no dia 05 de julho de 2007.

Palestrante no I FÓRUM AVANÇADO SOBRE PLANEJAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL – Caldas Novas – GO – agosto de 2007.

Participação no I Seminário Internacional de Contabilidade Pública – Brasília – DF – 2008.

Palestrante no Ciclo de Palestras de Ciências Contábeis, na FESURV – Rio Verde – Junho de 2008, com o tema: Finanças, Planejamento Municipal e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conferencista na I Conferência Sobre Planejamento Público de Gurupi – To – julho - 2008.

Coordenador do Comitê de Estudos de Contabilidade Pública do CRC-GO.

Instrutor no Curso: Orçamento e Contabilidade Pública, ministrado para Prefeitura Municipal de Goiânia – AMTEC – Agência Municipal de Tecnologia e Inovação – 2011.

Instrutor no Curso: Planejamento e Gestão Pública Municipal, promovido pelo Instituto Humanize – fevereiro de 2012, com a participação de servidores de diversos municípios goianos e tocantinense.

Palestrante no I Congresso Brasileiro de Contabilidade e Finanças Públicas, apresentando o Tema: Gestão e Controle dos Bens Públicos, promovido pela Associação Brasileira de Municípios – AMB, no dia 21 de março de 2012.

77

Instrutor no Curso aberto : Planejamento e Gestão Pública Municipal, promovido pelo Instituto Humanize – maio de 2012, com a participação de servidores de diversos municípios da região sudoeste do Estado de Goiás.

Participação no III Seminário Internacional de Contabilidade Pública – Belo Horizonte – MG – novembro de 2012.

Palestrante no I Congresso Goiano de Município, apresentando o Tema: O Papel do Contador na Gestão Pública, promovido pela Associação Goiana de Municípios – AGM, no dia 12 de dezembro de 2012.

Palestrante no Encontro de Secretários Municipais de Jataí – Go., apresentando o Tema: Integração das Áreas do Ciclo de Gestão, promovido pela Prefeitura Municipal de Jataí, no dia 19 de dezembro de 2012.

Declaro que todas as informações contidas neste documento são verídicas e de minha inteira responsabilidade.

Valdir Lemes da França

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

O REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO PRESENTE O TERMO DE COLAÇÃO DE GRAU DE BACHAREL CONFERIDO EM 28 DE ABRIL 1995 A VALDIR LEMES DA FRANÇA NATURAL DE GOIÂNIA — ESTADO DE GOIÁS — BRASIL — C.I. Nº 1.487.012 — S S P / GO NASCIDO A 23 DE MAIO DE 1968, POR TER CONCLUÍDO O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS — RECONHECIDO PELO DECRETO Nº 38.044 DE 10 / 10 / 1955 EXPEDE-LHE O PRESENTE DIPLOMA PARA QUE POSSA GOZAR DE TODAS AS PRERROGATIVAS E DIREITOS CONCEDIDOS A ESTE TÍTULO PELAS LEIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

VERITAS

IN SCIENTIA ET FIDE

Adélia B. A. Maravenia
REITOR

GOIÂNIA, 15 DE MAIO DE 1995

VICE-REITOR P/ ASSUNTOS ACADÊMICOS

DIPLOMADO

28

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

DIPLOMA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão do
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública *em 31/01/2025*
e colação de grau em 31/01/2025, confere o título de Tecnólogo a

Rubens Pires Malaquias

De nacionalidade Brasileira, natural da Cidade de IPORÁ, nascido a 30/05/1979, portador do documento nº 3697905 DGPC/GO, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 02 de abril de 2025.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Rubens Pires Malaquias
Diplomado

Faculdade Unypublica
Credenciamento EAD: Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicada no D.O.U. de 11/08/2021.
Mantenedora: UNYEDUCACAO ENSINO PROFISSIONAL LTDA
CNPJ: 45.597.714/0001-67.

https://unyboss.com.br/validador-documentos

Código de Validação: 22660.423.a03db5b8a299

Representação Visual de Diploma Digital, conforme Instrução Normativa nº 1, de 15 de dezembro de 2020

Curso Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Reconhecimento pela Portaria DOU Nº 23, de 21 de dezembro de 2017

Diploma registrado sob o nº 55 no Livro UNYPUBLICA-2, em 01 de abril de 2025 por delegação de competência do Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Assinatura realizada por meio de certificado ICP-Brasil

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2601033757

2 e 1 NOME E SOBRENOME
GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA

3ª HABILITAÇÃO
12/08/1997

2 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
17/09/1977, CERES, GO

4a DATA EMISSÃO
04/05/2023

4b VALIDADE
24/04/2033

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
3623004 DGPC GO

4d CPF
804.653.071-91

5 Nº REGISTRO
01541256965

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
GLAYRSTONE ANTONIO GOMES DA SILVA

ARLENE MARTINS GOMES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		24/04/2033	
A1			
B		24/04/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
GOIANIA, GO

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
69831418084
GO165378328

2601033757

GOIÁS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Emisora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA015412569<650<<<<<<<<<<<<
7709173M3304248BRA<<<<<<<<<<<2
GLAYZER<<ANTONI<GOMES<DA<SILVA

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Fls. 81



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2667212525

2 e 1 NOME E SOBRENOME: EMERSON SANTANA ALVES

4a DATA EMISSÃO: 21/11/2023

4b VALIDADE: 16/10/2033

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 4049329 DGPC GO

4d CPF: 003.846.561-29

5 Nº REGISTRO: 03252688541

9 CAT HAB: AB

1ª HABILITAÇÃO: 14/04/2004

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 11/11/1983, ITAHUNA, BA

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: AGUINALDO SANTANA ALVES

MARIA HELIA MENDES SANTANA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		16/10/2033	
A1			
B		16/10/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: PALMAS, TO

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
58650814947
TO032274223

2667212525

TOCANTINS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Orgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permiso de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA032526885<414<<<<<<<<<<<<
8311117M3310160BRA<<<<<<<<<<<6
EMERSON<<SANTANA<ALVES<<<<<<<<

QR-CODE

CPL 82

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Fls. 83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2744460382

1 e 2 NOME E SOBRENOME
RUBENS PIRES MALAQUIAS

1ª HABILITAÇÃO
12/06/2000

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
30/05/1979, IPORA, GO

4a DATA EMISSÃO
22/02/2024

4b VALIDADE
22/02/2034

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
3697905 DGPC GO

4d CPF
826.143.261-00

5 Nº REGISTRO
01301999506

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
BENEDITO PIRES MALAQUIAS

MARIA DIVINA PIRES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		22/02/1034	
A1			
B		22/02/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
76680618960
GO372356059

LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

2744460382

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Sexo e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC / 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro do CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA013019995<061<<<<<<<<<<<<
7905300M3402225BRA<<<<<<<<<<<2
RUBENS<<PIRES<MALAQUIAS<<<<<<<

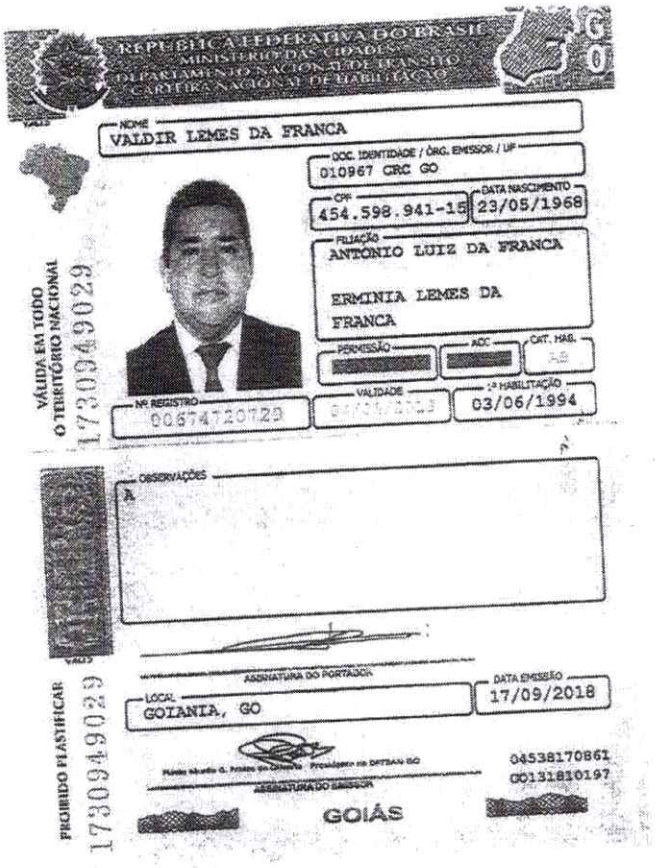
QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CPL
Fls. 84



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

GO

NOME
VALDIR LEMES DA FRANCA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
010967 CRC GO

CPF
454.598.941-15

DATA NASCIMENTO
23/05/1968

FILIAÇÃO
ANTONIO LUIZ DA FRANCA
ERMINIA LEMES DA FRANCA

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
00674720720

VALIDADE

1ª HABILITAÇÃO
03/06/1994

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
17309490 29

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

PROIBIDO PLASTIFICAR
17309490 29

LOCAL
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO
17/09/2018

Flávio Ribeiro G. Pinto de Oliveira - Presidente do DETRAN GO
ASSINATURA DO EMISSOR

04538170861
00131810197

GOIÁS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE GOIÁS

CATEGORIA
CONTADOR

Nº DO REGISTRO
GO-010967/O-0

NOME
VALDIR LEMES DA FRANÇA

FILIAÇÃO
ANTÔNIO LUIZ DA FRANÇA
ERMINIA LEMES DA FRANÇA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



NASCIMENTO
23/05/1968

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

NATURALIDADE
GOIANIA - GO

DIPLOMAÇÃO
26/04/1995

CPF
454.598.941-15

RG
1457012 SSP-GO

TÍTULO
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS-UCG

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

DATA DE EXPEDIÇÃO
20/12/2007

Edson Cândido Pinto
PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

85

2 e 1 NOME E SOBRENOME
VALDIR LEMES DA FRANCA

1ª HABILITAÇÃO
03/06/1994

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
23/05/1968 GOIANIA/GO



4a DATA EMISSÃO
04/09/2024

4b VALIDADE
03/09/2029

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
010967 CRC GO

4d CPF
454.598.941-15

5 Nº REGISTRO
00674720729

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ANTONIO LUIZ DA FRANCA

ERMINIA LEMES DA FRANCA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

28471200046

9	10	11	12
ACC			
A		03/09/2029	
A1			
B		03/09/2029	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
X

Delegado Waldir
PRESIDENTE DETRAN-GO

ASSINATURA DO EMISSOR

02566108561
GO176786902

LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

PROIBIDO PLASTIFICAR

28471200046

Digitalizado com CamScanner

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Regionais	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2426923	ALVARÁ Nº 2025002482

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

86

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CONTRIBUINTE: **MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CCP 421695**
CONPREV ASSESSORIA MUNICIPAL - TOCANTINS

CPF/CNPJ: **42.909.792/0001-61**

ENDEREÇO: **ACNO I, RUA NO 01, CJ.01, 03-A, LOJA 35 - PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO**
103 N - I, RUA NO 01, Nº S/N, LOJA 35 - PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO

II - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EXERCÍCIO: **2025** DATA EMISSÃO: **05/02/2025** VALIDADE: **31/01/2026** Nº PROCESSO: **2024005316**

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: **GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA**

ÁREA DO ESTABELECIMENTO: **48.00 m2**

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: **COMERCIAL**

III - ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE-FISCAL)	Licen.Sanitária	Licen.Ambiental	Ativ.Endereço
8211300 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO - PRINCIPAL	**Não**	**Não**	**Não**
8291100 - ATIVIDADES DE COBRANÇAS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS	**Não**	**Não**	**Não**
7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA	**Não**	**Não**	**Não**
8299799 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	**Não**	**Não**	**Não**
8219999 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	**Não**	**Não**	**Não**
6209100 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**Não**	**Não**	**Não**

Expedido pela Internet em 5 de Fevereiro de 2025 às 16:13	Em conformidade com o *Art.7º do Decreto Nº 353/2005.* A validade/autenticidade deste pode ser verificado no site **http://alvara.palmas.to.gov.br/autenticidade/** ou utilizando seu smartphone/tablet para fazer a leitura do **QRCODE(imagem)** ao lado. Codigo de Validação: **2f049.11f0c-484139**	



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº **42.909.792/0001-61**, sediada à Q ACNO 1 RUA NO 01, SN, CONJ. 01, LOTE, 03-A, LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO, CEP: 77.001-01, neste ato representada pelos Sócios: **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, CPF: 826.143.261-00, **EMERSON SANTANA ALVES,** CPF: 003.846.561-29, **e GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA, CPF: 804.653.071-91**, presta, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS VISANDO O ACOMPANHAMENTO E MANUNTENTÇÃO DA LEGALIDADE DO MUNICÍPIO JUNTO AO FISCO FEDERAL E CONSULTORIA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, JURÍDICO, TESOURARIA E RECURSOS HUMANOS QUANTO AS NORMAS TRIBUTÁRIAS E ADMINISTRATIVAS EM CUMPRIMENTO AS NOVAS PRERROGATIVAS DO E-SOCIAL, EFD-REINF/DCTFWEB E COLARE DE PESSOAL, E TREINAMENTO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO, Conforme contrato nº 043/2021 com vigência pelo período de 4 meses COM INÍCIO EM 22/09/2021 E FIM 22/01/2022, e conforme contrato n° 011/2022 com vigência de 11 meses COM INÍCIO EM 17/01/2022 e fim em 31/12/2022 firmado entre as partes.

Atestamos, ainda, que os serviços acima descritos são conduzidos e executados sob a coordenação dos sócios da empresa contratada.

Recomendamos a contratação desta empresa para contratos similares, por seus serviços técnicos e notória especialidade, executando com lisura e idoneidade, proporcionando excelente satisfação nos serviços contratados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVANÓPOLIS - TO, DIA 31, do mês de Dezembro de 2022.

GERNIVON ADAO PEREIRA ROSA:78336325115

Assinado de forma digital por GERNIVON ADAO PEREIRA ROSA:78336325115
Dados: 2023.01.18 14:40:52 -03'00'

88

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº **42.909.792/0001-61**, sediada à Q ACNO 1 RUA NO 01, SN, CONJ. 01, LOTE, 03-A, LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO, CEP: 77.001-01, neste ato representada pelos Sócios: **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, CPF: 826.143.261-00, **EMERSON SANTANA ALVES,** CPF: 003.846.561-29, **e GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA, CPF: 804.653.071-91**, presta PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA, JUNTO AO DEPARTAMENTO PESSOAL, SICAP-AP, IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL E PARECERES TÉCNICOS OPINATIVOS. , conforme contrato nº 065/2021, Com vigência pelo período de 3 meses com início 22/10/2021 e fim 22/01/2022 e conforme contrato 018/2022 com vigência de 7 meses iniciando em 12/01/2022 e finalizando em 12/08/2022 e conforme contrato 078/2022 com vigência pelo período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Atestamos, ainda, que os serviços acima descritos são conduzidos e executados sob a coordenação dos sócios da empresa contratada.

Recomendamos a contratação desta empresa para contratos similares, por seus serviços técnicos e notória especialidade, executando com lisura e idoneidade, proporcionando excelente satisfação nos serviços contratados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA, aos 31 dias, do mês de Dezembro de 2022.

MARILEIDE SALES:52789128120

Assinado de forma digital por MARILEIDE SALES:52789128120
Dados: 2023.01.17 15:18:53 -03'00'

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº **42.909.792/0001-61**, sediada à Q ACNO 1 RUA NO 01, SN, CONJ. 01, LOTE, 03-A, LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO, CEP: 77.001-01, neste ato representada pelos Sócios: **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, CPF: 826.143.261-00, **EMERSON SANTANA ALVES,** CPF: 003.846.561-29**, e GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA, CPF: 804.653.071-91**, presta, CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS EM CONSULTORIA JUNTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RGP, ACOMPANHAMENTO AO DEPARTAMENTO PESSOAL (e-SOCIAL, SICAP-AP E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS OPINATIVOS), VISANDO TENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BABAÇULÂNDIA. Conforme contrato nº 041/2022 com vigência pelo período de 4 meses COM INÍCIO EM 24/03/2022 E FIM 24/07/2022 e Contrato n° 110/2022 com início em 01/11/2022 e fim em 01/05/2023 firmado entre as partes.

Atestamos, ainda, que os serviços acima descritos são conduzidos e executados sob a coordenação dos sócios da empresa contratada.

Recomendamos a contratação desta empresa para contratos similares, por seus serviços técnicos e notória especialidade, executando com lisura e idoneidade, proporcionando excelente satisfação nos serviços contratados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BABAÇULÂNDIA - TO, DIA 31, do mês de Dezembro de 2022.

FRANCIEL DE BRITO GOMES:75915545149

Assinado de forma digital por FRANCIEL DE BRITO GOMES:75915545149
Dados: 2023.03.09 12:50:28 -03'00'

CPL
90

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº **42.909.792/0001-61**, sediada à Q ACNO 1 RUA NO 01, SN, CONJ. 01, LOTE, 03-A, LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO, CEP: 77.001-01, neste ato representada pelos Sócios: **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, CPF: 826.143.261-00, **EMERSON SANTANA ALVES,** CPF: 003.846.561-29**, e GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA, CPF: 804.653.071-91**, presta, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE BARRA DO OURO, NA ORIENTAÇÃO DA ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS DADOS DO E-SOCIAL, RAIS, DIRF, PASEP, SEFIP, SICAP-AP, DCTF-DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS (RECEITA FEDERAL), FOLHA DE PAGAMENTO, E CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA GERAL NO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS E DEMAIS ATOS JUNTO À RECEITA FEDERAL DO BRASIL E PGFN. Conforme contrato nº 040/2021 com início no dia 24/11/2021 e fim 24/02/2022 e Contrato n° 031/2022 com início dia 19/05/2022 e fim 19/01/2023, firmado entre as partes.

Atestamos, ainda, que os serviços acima descritos são conduzidos e executados sob a coordenação dos sócios da empresa contratada.

Recomendamos a contratação desta empresa para contratos similares, por seus serviços técnicos e notória especialidade, executando com lisura e idoneidade, proporcionando excelente satisfação nos serviços contratados.

PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO OURO - TO, aos 31 dias, do mês de dezembro de 2022.

NELIDA VASCONCELOS MIRANDA CAVALCANTE:86482254187

Assinado de forma digital por NELIDA VASCONCELOS MIRANDA CAVALCANTE:86482254187
Dados: 2023.03.10 11:30:20 -03'00'

Fls. 91

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº **42.909.792/0001-61**, sediada à Q ACNO 1 RUA NO 01, SN, CONJ. 01, LOTE, 03-A, LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO, CEP: 77.001-01, neste ato representada pelos Sócios: **RUBENS PIRES MALAQUIAS,** CPF: 826.143.261-00, **EMERSON SANTANA ALVES,** CPF: 003.846.561-29, **e GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA, CPF: 804.653.071-91**, presta, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CONSULTORIA ESPECIALIZADA JUNTO Á RECEITA FEDERAL DO BRASIL, AÇÕES JUNTO AO RH, ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO eSOCIAL E SICAP-AP TCE TOCANTINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO. Conforme contrato nº 083/2021 com vigência pelo período de 4 Meses com início no dia 03/09/2021 e fim 03/01/2022 e contrato n° 036/2022 com início 18/03/2022 e fim 31/12/2022, Firmado entre as partes.

Atestamos, ainda, que os serviços acima descritos são conduzidos e executados sob a coordenação dos sócios da empresa contratada.

Recomendamos a contratação desta empresa para contratos similares, por seus serviços técnicos e notória especialidade, executando com lisura e idoneidade, proporcionando excelente satisfação nos serviços contratados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS - TO, aos 31 dias, do mês de Dezembro de 2022.

JOSÉ MARIO ZAMBON TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Prev
ASSESSORIA MUNICIPAL

Avenida Olinda, Qd. 04, Lt. 253,
Edifício Lozandes Business Tower
I.Sala 1706B, Parque Lozandes,
Goiânia-Goiás
CEP 74.884-120

Prev
ASSESSORIA MUNICIPAL

Q ACNO 1 Rua NO 1, S/N, CONJ 1,
Lote 01 a 03, Galeria dos Buritis,
Sala 35, Plano Diretor Norte,
Palmas-Tocantins

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

CONTRATANTE: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIAL MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.909.792/0001-61, sediada à Q ACNO 1 RUA NO 01, SN, CONJ. 01, LOTE, 03-A, LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO, CEP: 77.001-016, neste ato representado pelo Sr. **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, inscrito no RG: 3697905 e no CPF: 826.143.261-00.

CONTRATADO: VALDIR LEMES DA FRANÇA, brasileiro, CRC nº 010967/O-0, residente e domiciliado na Avenida 136, nº 797, ed. New York Square, sala 1004-A, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP: 74.093-250.

Pelo presente termo de contrato, as partes acima, devidamente qualificadas, na melhor forma de direito, ajustam a contratação de serviços profissionais contábeis e de auditoria segundo as cláusulas e condições adiante arroladas.

CLÁUSULA 1ª – Caberá ao Contratado desenvolver atividades como Responsável Técnico, conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetos sociais da empresa, conforme descrito no CRC de cargo ou função, para atender as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 2º - A vigência do presente contrato será de 04(quatro) anos, a contar da data de assinatura.

2.1 – A vigência deste contrato poderá ser prorrogada de acordo com a vontade das partes.

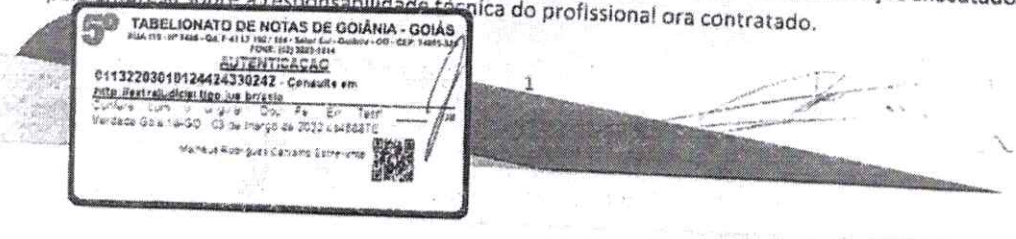
CLÁUSULA 3º - O Contratado terá carga horária de: 04(quatro) horas diárias, desenvolvidas por quaisquer meios de comunicação, videoconferência, email, wathsApp e outros disponíveis.

CLÁUSULA 4º - O Contratante assegura ao Contratado, absoluta independência técnica.

CLÁUSULA 5º - Os honorários profissionais do Contratado será de 04(quatro) salários mínimos mensais, conforme legislação e resoluções do Conselho Regional de Contabilidade.

CLÁUSULA 6º - Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, por qualquer motivo, mediante aviso prévio de 30(trinta) dias e baixa dos serviços que estiverem sob a responsabilidade técnica do profissional, e a transferência para outro profissional, quando o serviço ultrapassar a 30(trinta) dias.

CLÁUSULA 7º -Toda e qualquer taxa, imposto e encargos que incidirem sobre este contrato será de responsabilidade da Contratante, inclusive o recolhimento das taxas de CRC dos serviços executados pela empresa sobre a responsabilidade técnica do profissional ora contratado.



PreV ASSESSORIA MUNICIPAL
Avenida Olinda, Qd H4, Lt. 253,
Edifício Lozandes Business Tower
I.Sala 17068, Parque Lozandes,
Goiânia-Goias.
CEP 74 884-120

PreV ASSESSORIA MUNICIPAL
Q ACNO 1 Rua NO 1, S/N, CONJ 1,
Lote 01 a 03, Galeria dos Buritis,
Sala 35, Plano Diretor Norte,
Palmas-Tocantins.

CLÁUSULA 8º - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Palmas-Tocantins.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03(três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas, 02 de agosto de 2021.

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIAL MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CONTRATANTE

VALDIR LEMES DA FRANÇA
CONTRATADO

Testemunha 1:

Nome:_____

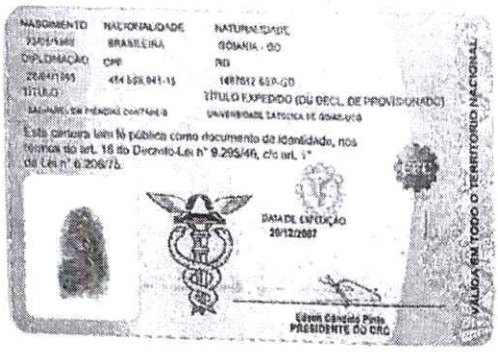
CPF:_____

Testemunha 2:

Nome:_____

CPF:_____

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS
AUTENTICAÇÃO
01132203010124424310241 - Consulte em


NASCIMENTO 25/01/1969 | NACIONALIDADE BRASILEIRA | NATURALIDADE GOIANIA - GO
DIPLOMAÇÃO 20/04/1995 | CPF 454.528.941-15 | RG 1497812 SSP-GO
TÍTULO | TÍTULO EXPEDIDO (OU REGL. DE PROVISIONADO) | UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS/GO
Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 16 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.
DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/2007
Edson Cândido Pinto
PRESIDENTE DO CRC
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE GOIÁS
CATEGORIA CONTADOR
Nº DO REGISTRO GO-016967/O-8
NOME VALDIR LEMES DA FRANÇA
FILIAÇÃO ANTÔNIO LUIZ DA FRANÇA
ERMINIA LEMES DA FRANÇA
CRC
ASSINATURA DO PROFISSIONAL

SITE: www.ibracon.com.br

SÃO PAULO, 25/09/2018
LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO


IBRACON
4ª SEÇÃO REGIONAL
ASSOCIADO
VALDIR LEMES DA FRANÇA
REGISTRO Nº: 5299
CATEGORIA: MEMBRO
CÂMARA: CONTADORES
CRC Nº: 1GO010967
ADMISSÃO: 25/09/2018

AcuProx PIM
A 00004511001849
S 010CE06CF9
W 224,27897


6º CARTÓRIO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GO
01E720021289540891112. Consulte https://portal.extrajudicial.tjgo.jus.br
AUTENTICAÇÃO. Confere com o Original.
Goiânia-GO, 13 de fevereiro de 2020
Marcos Deicon Oliveira dos Santos - Escrevente
VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

ConPrev
ASSESSORIA MUNICIPAL

Fls. 95

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

CONTRATANTE: MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.909.792/0001/61, sediada à Quadra ACNO 1 Rua NO 1, nº SN, Conj 01 Lote 03-A Loja 35, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, CEP: 77001016, neste ato representado pelo Sr. **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, inscrito no RG: 3697905 e no CPF nº 826.143.261-00.

CONTRATADO: LUDIMILA PERCÍLIA SILVA, brasileira, CRA-GO nº 17044, residente e domiciliada na Avenida PL-3, Qd. H-5, Lt. 01/12, nº 205, Apto. 704, Bloco B-2, Condomínio Residencial Euro Park – Parque da Tijuca, Parque Lozandes, Goiânia – GO.

Pelo presente termo de contrato, as partes acima, devidamente qualificadas, na melhor forma de direito, ajustam a contratação serviços de Profissional Autônomo de Administração de Empresas, segundo as cláusulas e condições adiante arroladas.

CLÁUSULA 1ª – Caberá ao CONTRATADO desenvolver atividade como Responsável Técnico, conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetos sociais da empresa, conforme descrito no CRA, para atender as necessidades da CONTRTANTE.

CLÁUSULA 2ª – A vigência do presente contrato será de 04(quatro) anos, a contar da data de sua assinatura.

2.1 – A vigência deste contrato poderá ser prorrogada de acordo com a vontade das partes.

CLÁUSULA 3ª – O CONTRATADO terá carga horaria de: 04(quatro) horas diárias, desenvolvidas por quaisquer meios de comunicação, videoconferência, email, WhatsApp e outros disponíveis.

CLÁUSULA 4ª – O CONTRATANTE assegura ao CONTRATADO, absoluta independência técnica.

CLÁUSULA 5ª – Os honorários profissionais do CONTRATADO será de 04(quatro) salários-mínimos mensais, conforme legislação e resoluções do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA 6ª – Este contrato poderá ser rescindido por quaisquer das partes, por qualquer motivo, mediante aviso prévio de 30(trinta) dias e baixa dos serviços que estiverem sob a responsabilidade técnica do profissional, e a transferência para outro profissional, quando o serviço ultrapassar 30(trinta) dias.

96

CLÁUSULA 7ª – Toda e qualquer taxa, imposto e encargos que incidirem sobre este contrato será de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive o recolhimento das taxas de CRC dos serviços executados pela empresa sobre a responsabilidade técnica do profissional ora contratado.

CLÁUSULA 8ª – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Goiânia - Goiás.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03(três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo.

Goiânia, 02 de janeiro de 2025.

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161
Dados: 2025.01.02 09:52:25 -03'00'

MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ nº 42.909.792/0001/61
CONTRATANTE

LUDIMILA PERCÍLIA SILVA
CRA-GO nº 17044
CONTRATADA

97

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 42.909.792/0001-61
Certidão nº: 22439939/2025
Expedição: 23/04/2025, às 10:36:38
Validade: 20/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **42.909.792/0001-61, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ: **42.909.792/0001-61**

Contribuinte: **MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA** Inscrição: **2426923**

Endereço oficial: **ACNO I, RUA NO 01, CJ.01, LOTE 03-A, LOJA 35 - PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **103 N - I, RUA NO 01, Nº S/N, LOJA 35 - PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS-TO**

Finalidade: **INFORME REGULARIDADE**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do numero identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **42.909.792/0001-61**
Código de validação: **5157b.3e64f.a577d-1214725**

Palmas, 23 de Abril de 2025 às 10:31.

Certidão válida até 22 de Junho de 2025

Prefeitura Municipal de Palmas

CPL
Fls. 99

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 42.909.792/0001-61
Razão Social: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUN
Endereço: Q ACNO 1 RUA NO 1 SN CONJ 1 LT 3 A LOJA 35 / PLANO DIRETOR NORTE / PALMAS / TO / 77001-016

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/04/2025 a 23/05/2025

Certificação Número: 2025042403075648120981

Informação obtida em 06/05/2025 09:18:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 100

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 42.909.792/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:37:38 do dia 23/04/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/10/2025.
Código de controle da certidão: **600D.26E6.CA80.A787**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6595000

Validador
69450650888486660698567589888570

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E S

CNPJ : 42.909.792/0001-61 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO: ACNO 1 RUA NO 1 0 CONJ 01 LOTE 03 A L, PLANO DIRETOR NORTE

MUNICÍPIO: PALMAS - TO

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quarta-feira, 23 de Abril de 2025 - 10h 32m 45s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

FL 102

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
42.909.792/0001-61 **MATRIZ**		**29/07/2021**

NOME EMPRESARIAL
MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONPREV ASSESSORIA MUNICIPAL - TOCANTINS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q ACNO 1 RUA NO 1	**SN**	**CONJ 01 LOTE 03 -A LOJA 35**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.001-016	**PLANO DIRETOR NORTE**	**PALMAS**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RUBENS@CONPREV.COM.BR	**(62) 8245-0550**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**29/07/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/04/2025** às **10:33:28** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Fls. 103

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00384656129	EMERSON SANTANA ALVES
80465307191	GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA
82614326100	RUBENS PIRES MALAQUIAS

JUCETINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/07/2021 09:38 SOB Nº 17200670691.
PROTOCOLO: 210362464 DE 26/07/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12105480272. CNPJ DA SEDE: 42909792000161.
NIRE: 17200670691. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/07/2021.
MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

ERLAN SOUZA NILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA , BRASILEIRO , CASADO(A), Comunhão Parcial, advogado, nascido em 17/09/1977, n° do CPF 804.653.071-91, residente e domiciliado na cidade de Ceres - GO, na RUA JOAO ALVES DOS REIS, nº SN, QUADRA04 LOTE 21, BOUGANVILLE, CEP: 76300-000;

RUBENS PIRES MALAQUIAS, BRASILEIRO , DIVORCIADO(A), empresario, nascido em 30/05/1979, n° do CPF 826.143.261-00, residente e domiciliado na cidade de Aparecida de Goiânia - GO, na AVENIDA W 6, nº SN, LOTE 253 QUADRAE CASA 56 COND PORTO SEGURO ITAPUA, CHACARAS SAO PEDRO, CEP: 74923-225;

EMERSON SANTANA ALVES , BRASILEIRO , CASADO(A), Comunhão Parcial, empresario, nascido em 11/11/1983, n° do CPF 003.846.561-29, residente e domiciliado na cidade de Palmas - TO, na RUA JACI ARAUJO MORAES, nº SN, QUADRA50 LOTE 01 CASA 1C, LOTEAMENTO BERTAVILLE, CEP: 77059-040;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA** , e usará a expressão CONPREV ASSESSORIA MUNICIPAL - TOCANTINS como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: QUADRA ACNO 1 RUA NO 1, nº SN, CONJ 01 LOTE 03-A LOJA 35, PLANO DIRETOR NORTE, Palmas - TO, CEP: 77001016.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: PRESTAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS E GERAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL, ACOMPANHAMENTO E EMISSÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS - CND, JUNTO AOS ÓRGÃOS E AUTARQUIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, DIAGNÓSTICO E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA EMPRESAS PÚBLICAS, PRIVADAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS, ANÁLISE DE DEMONSTRATIVO PREVIDENCIÁRIOS, RETIFICAÇÃO DE GFIP E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO A CONDOMÍNIOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, PROCESSAMENTO E DIGITALIZAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, PROJETOS E PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, FATURAMENTO HOSPITALAR, PROCESSAMENTO DE DADOS, ASSESSORIA EM PROJETOS DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, FINANCEIRAS E PRIVADAS, BEM COMO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, IMPLANTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, VIABILIZAÇÃO DE CONVÊNIOS, EXECUÇÃO E ASSESSORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, ASSESSORIA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ASSESSORIA NAS ATIVIDADES E MEIOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTATAIS, EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA E AUTARQUIAS, ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS EMPRESARIAIS, ASSESSORIA AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA GERAL, PRÓPRIA E PRIVADA, ESTUDO IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFORMATIZAÇÃO, PROCESSAMENTOS DE DADOS DE SÍTIOS, VENDA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES FÍSICAS, LOCAIS E INTERNET, ATIVIDADE DE COBRANÇA AMIGÁVEL E DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de PRESTAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS E GERAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL, ACOMPANHAMENTO E EMISSÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS - CND, JUNTO AOS ÓRGÃOS E AUTARQUIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, DIAGNÓSTICO E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA EMPRESAS PÚBLICAS, PRIVADAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS, ANÁLISE DE DEMONSTRATIVO PREVIDENCIÁRIOS, RETIFICAÇÃO DE GFIP E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO A CONDOMÍNIOS

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

E ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, PROCESSAMENTO E DIGITALIZAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, PROJETOS E PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, FATURAMENTO HOSPITALAR, PROCESSAMENTO DE DADOS, ASSESSORIA EM PROJETOS DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, FINANCEIRAS E PRIVADAS, BEM COMO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, IMPLANTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, VIABILIZAÇÃO DE CONVÊNIOS, EXECUÇÃO E ASSESSORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, ASSESSORIA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ASSESSORIA NAS ATIVIDADES E MEIOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTATAIS, EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA E AUTARQUIAS, ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS EMPRESARIAIS, ASSESSORIA AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA GERAL, PRÓPRIA E PRIVADA, ESTUDO IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFORMATIZAÇÃO, PROCESSAMENTOS DE DADOS DE SÍTIOS, VENDA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES FÍSICAS, LOCAIS E INTERNET, ATIVIDADE DE COBRANÇA AMIGÁVEL E DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
CNAE Nº 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
CNAE Nº 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais
CNAE Nº 8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
CNAE Nº 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
CNAE Nº 6209-1/00 – Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Tocantins e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 110.001,00 (cento e dez mil e um real), dividido em 110001 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 110.001,00 (cento e dez mil e um real) em moeda corrente no Pais.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA	36667	36.667,00	33,33
RUBENS PIRES MALAQUIAS	36667	36.667,00	33,33
EMERSON SANTANA ALVES	36667	36.667,00	33,33
TOTAL:	110001	110.001,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelos sócios **GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA** , **RUBENS PIRES MALAQUIAS**, **EMERSON SANTANA ALVES** que representarão legalmente a sociedade ISOLADAMENTE e/ou CONJUNTAMENTE e poderão praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MALAQUIAS, GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

CNPJ Fls. 106

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL

Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 12 de julho de 2021

GLAYZER ANTONIO GOMES DA SILVA
Sócio/Administrador

RUBENS PIRES MALAQUIAS
Sócio/Administrador

EMERSON SANTANA ALVES
Sócio/Administrador

107

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 42.909.792/0001-61
Razão Social: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUN
Endereço: Q ACNO 1 RUA NO 1 SN CONJ 1 LT 3 A LOJA 35 / PLANO DIRETOR NORTE / PALMAS / TO / 77001-016

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/04/2025 a 04/05/2025

Certificação Número: 2025040503175648120927

Informação obtida em 23/04/2025 10:34:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

GRUPO II – CLASSE VII – Plenário
TC 039.061/2023-0.
Natureza: Denúncia.
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: Julio de Souza Comparini (OAB/SP 297.284) e Gabriel Costa Pinheiro Chagas (OAB/SP 305.149).

DENÚNCIA. ADOÇÃO DE MENOR PREÇO PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAIS. IMPOSITIVIDADE DA REGRA ESTABELECIDA NO ART. 37, §2º, DA LEI 14.133/2021. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

RELATÓRIO

Adoto, como relatório, excerto da instrução elaborada por Auditor lotado na AudContratações (peça 49), anuída pelos dirigentes da unidade (peças 50-51):

"**INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2023, sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com valor estimado de R$ 2.029.421,11 (peça 9, p. 1), cujo objeto é a contratação de serviço especial de engenharia prestado por empresa com fins de promover a realização de planejamento, levantamentos, ensaios e a elaboração dos projetos executivos de engenharia, de arquitetura e documentações legais referentes a construção do campus definitivo da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos (peça 9, p. 1).

2. A concorrência em análise é regida pela Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e a plataforma eletrônica utilizada para a seleção do contratado foi o Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

3. Seguem abaixo informações adicionais sobre a Concorrência 1/2023:

a) Situação: julgado e licitante habilitado (peça 45, p. 2).

b) A licitação em tela não envolve registro de preço.

c) Ainda não houve assinatura do contrato decorrente da licitação.

d) Houve pedido de impugnação do edital (peça 5).

HISTÓRICO

4. O denunciante alegou, em suma, a ocorrência das seguintes irregularidades:

a) o "serviço especial de engenharia" a ser contratado mediante a Concorrência 1/2023 seria objeto que se amolda à definição de "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual" relacionado a trabalhos relativos a "estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos", listados na alínea "a" do inc. XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

b) nesse contexto, o critério de julgamento pelo "menor preço", previsto no edital da citada concorrência, contraria o art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, haja vista que "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual" (estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos) devem ter como critério de julgamento: "melhor técnica" ou "técnica e preço", considerando ainda que o valor estimado da contratação supera R$ 300 mil;

c) a UFRPE entende indevidamente que somente pelo fato de realizar licitação nos moldes de concorrência não haveria óbice para definir o "menor preço" como critério de julgamento de propostas de licitantes, nos termos do art. 6º, inc. XXXVIII, alínea "a", da Lei 14.133/2021; e

d) em face da aludida determinação legal (art. 6º, inc. XVIII, alínea "a" c/c art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021), sustenta que não há margem de discricionariedade ao gestor para que justifique a escolha pelo critério de julgamento de proposta de licitante pelo "menor preço".

5. A instrução prévia do Sr. Auditor (peça 27) confirmou a necessidade de aplicação do critério de "melhor técnica" ou "técnica e preço" na Concorrência 1/2023. Nesse contexto, reafirmou a proposta da instrução inicial (peça 15-17) pelo deferimento do pedido de medida cautelar, propôs a oitiva da UFRPE para esclarecer o estabelecimento do critério de julgamento "menor preço", ao considerar que o serviço se classificava como "serviços técnico de natureza predominantemente intelectual", apesar de também se caracterizar como "serviço especial de engenharia", o que demandaria a adoção do critério de julgamento "melhor técnica" ou "técnica e preço", conforme estabelece o art. 37, § 2º, inc. II, da Lei 14.133/2021, e propôs também ouvir os gestores em sede de construção participativa das deliberações do Tribunal.

6. Em seu pronunciamento, o titular da segunda diretoria da AudContratações (peça 28) defendeu que os serviços elencados no inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 não são classificados automaticamente como de predominância intelectual. Dessa forma, considerou que os serviços supracitados podem ou não ser considerados de natureza predominantemente intelectual e que essa característica deve ser analisada levando em consideração o caso concreto. Em análise do caso, afirmou que o serviço a ser contratado pela UFRPE aparenta ser complexo e heterogêneo, já que envolve várias atividades complexas. Todavia, por se tratar de uma futura obra de construção de edificações, não se observava, em princípio, haver predominância intelectual. Além disso, destacou que a entidade promotora da licitação é quem melhor conhece as peculiaridades do objeto licitado, não havendo, nos autos, elementos que justifiquem desconsiderar a classificação da UFRPE do objeto licitado como um serviço especial de engenharia sem natureza predominantemente intelectual. Sendo assim, em dissonância com o Sr. Auditor, afastou a plausibilidade jurídica das alegações do denunciante e avaliou quanto ao mérito como improcedente a representação.

7. O Ministro Relator, em seu despacho inicial (peça 30), considerando que o tema envolvia dispositivos inovadores da nova lei de licitações e contratos, sem jurisprudência relevante firmada, bem assim a criticidade da questão discutida nos autos, em razão do impacto da análise para futuras contratações, encaminhou os autos para colheita do pronunciamento do MP/TCU.

8. O parecer do MP junto ao TCU (peça 31) reafirmou a compreensão do titular da segunda diretoria da AudContratações, no sentido de que os serviços previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021 não são classificados automaticamente como sendo de natureza predominantemente intelectual e que a análise deve ser feita de acordo com o caso concreto.

9. Em forma de exemplos, o MP/TCU citou unidades jurisdicionadas que elaboram ou contratam a elaboração de projetos básicos e executivos que não exigem planejamentos e orçamentos complexos, sendo possível verificar a inexistência de predominância intelectual em seu processo de elaboração. Diante disso, não seria possível afirmar que qualquer estudo técnico, planejamento, projeto básico ou projeto executivo venha a exigir atuação com predominância

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

intelectual.

10. No entanto, para o caso em análise, o parecer ministerial destacou que a contratação envolverá elaboração de estudos multidisciplinares, que envolvem desde aspectos geológicos até a elaboração de planilhas orçamentárias. Neste ponto, manifestou concordância quanto ao entendimento do auditor instrutor à peça 27, no sentido de que não estava devidamente esclarecida a complexidade do objeto, que poderia exigir atuação predominantemente intelectual dos responsáveis pela execução.

11. Sendo assim, compreendeu que caberia à UFRPE justificar, de forma conclusiva, o motivo pelo qual não classificou o objeto da Concorrência 1/2023 como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e porque resolveu adotar o critério "menor preço" para o certame. Afirmou, também, considerando as disposições da Lei 14.133/2021, em especial o § 2º de seu art. 37, ser fundamental que os órgãos incluam nos termos de referência tais justificativas e que, no caso em análise, tal exposição já deveria constar dos documentos preparatórios da licitação. Sendo assim, manifestou concordância com a suspensão cautelar do certame até que a UFRPE justificasse o motivo pelo qual o serviço a ser contratado não deveria ser classificado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

12. No despacho subsequente (peça 32), o Ministro Relator acolheu a proposta de deferimento do pedido de concessão de medida cautelar formulada à peça 27, determinou a oitiva da UFRPE para obter esclarecimentos sobre o estabelecimento da concorrência para contratar "serviço especial de engenharia" sem justificar o tipo "menor preço" adotado, em atenção ao disposto no § 2º do art. 37 e no caput do art. 5º da Lei 14.133/2021, e solicitou comentários do gestor no âmbito da construção participativa das deliberações. Posteriormente, a medida cautelar foi referendada por meio do Acórdão 1217/2024-TCU-Plenário (peça 37).

13. Promovida a oitiva quanto às alegações do denunciante e demais questões levantadas por esta Unidade Técnica, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.

EXAME TÉCNICO

I.1. Exame da oitiva realizada:

14. Foram encaminhados em 13/6/2024 ofícios de oitiva e solicitação de comentários do gestor à Unidade Jurisdicionada acerca dos indícios de irregularidades apontados nesta representação e para a obtenção de informações adicionais àquelas já existentes nestes autos (peças 33 e 34). Em resposta, a Unidade Jurisdicionada apresentou os documentos acostados às peças 44 e 45. Segue a análise dos pontos questionados.

Item 19.2 "a": estabelecer concorrência para contratar "serviço especial de engenharia" sem justificar, de forma conclusiva, em atenção ao disposto no § 2º do art. 37 e no caput do art. 5º da Lei 14.133/2021, o tipo "menor preço" adotado.

Fundamento legal ou jurisprudencial: arts. 5º e 37, § 2º, da Lei 14.133/2021.

Manifestação da Unidade Jurisdicionada sobre o indício de irregularidade (peça 45):

15. Quanto ao questionamento objeto da oitiva, anexamos aos autos decisão judicial, referente à denúncia semelhante ao caso concreto sob exame do TCU, que indeferiu liminar por reconhecer não haver ilegalidade no edital da Concorrência 1/2023 pela escolha do critério "menor preço".

Análise:

16. Em sua resposta a oitiva (peça 45), a UFRPE limitou-se a transcrever parte de uma discussão no âmbito do Poder Judiciário onde foi objeto de decisão o caso concreto em análise no âmbito desta Corte de Contas. Destaca-se que o TCU exerce sua jurisdição independentemente das

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

demais instâncias, com competências próprias estabelecidas pela Constituição Federal e pela sua Lei Orgânica, não havendo litispendência entre processos do TCU e processos judiciais que versam sobre a mesma matéria.

17. Ao analisar a resposta da UFRPE, é possível perceber que a UJ não apresentou argumentos suficientes para justificar sua decisão pela opção do critério "menor preço". No entanto, a análise detalhada do caso da Concorrência 1/2023 da UFRPE exige uma consideração cuidadosa do contexto legal e operacional dos serviços a serem contratados.

18. A controvérsia central gira em torno da classificação dos serviços como "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", conforme definido pela Lei 14.133/2021. Essa classificação implica diretamente nos critérios de julgamento a serem utilizados: "melhor técnica" ou "técnica e preço", conforme disposto no art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, que são apropriados para serviços de maior complexidade técnica e intelectual.

19. A posição inicial do Auditor (peça 27), que defendeu a necessidade de alteração do critério de julgamento foi baseada na interpretação literal da legislação. No entanto, a subunidade da AudContratações (peça 28) argumentou que os serviços listados na alínea "a", "d" e "h" do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 não devem ser, direta e automaticamente, classificados como predominantemente intelectuais. Essa posição sugere que a classificação dos serviços deve ser analisada caso a caso, considerando a complexidade real e as características específicas do projeto.

20. Adotando uma análise sob o prisma do princípio da razoabilidade, é fundamental reconhecer que a aplicação das normas jurídicas deve ser feita de maneira que reflete a realidade prática dos serviços contratados. Revendo o posicionamento afirmado à peça 27, a classificação automática pode não ser a mais adequada, especialmente em casos em que os serviços envolvem menos complexidade técnica ou intelectual.

21. Dessa forma, levando em consideração também a manifestação do MP junto ao TCU (peça 31), seria razoável esperar que a UFRPE apresentasse uma justificativa técnica detalhada para a escolha do critério de "menor preço", caso decidisse manter essa abordagem. O que não foi constatado na resposta a oitiva.

22. Essa justificativa deveria incluir uma análise clara das características dos serviços contratados, explicando por que esses serviços não se enquadram como predominantemente intelectuais e, portanto, por que não se aplicaria a exigência de "melhor técnica" ou "técnica e preço" prevista no art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021. Essa abordagem não apenas garante conformidade com a Lei 14.133/2021, mas também assegura que a seleção de propostas seja feita de maneira transparente e alinhada aos princípios de eficiência e economicidade na Administração pública.

23. Apesar de a UFRPE não ter obtido êxito quanto à justificativa, reconhece-se a dificuldade do gestor da UJ em justificar a escolha pelo critério "menor preço", especialmente em um contexto em que a Lei 14.133/2021 trouxe uma inovação e que não há jurisprudência consolidada do TCU sobre o tema.

24. Conforme a LINDB, é importante considerar as circunstâncias práticas que possam ter limitado ou condicionado as decisões do gestor. Essa abordagem permite uma avaliação mais equilibrada e justa da situação, reconhecendo as limitações práticas enfrentadas na gestão pública.

25. Embora a falta de justificativa adequada indique uma possível irregularidade, a anulação do certame não se mostra a medida mais razoável. A análise das propostas na Concorrência 1/2023 evidencia que houve ampla competitividade, com 36 propostas apresentadas, indicando que o critério "menor preço" não afetou negativamente a competição.

26. Portanto, com base na revisão do posicionamento à peça 27, levando em consideração os

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

argumentos do titular da segunda diretoria da AudContratações (peça 28) e da manifestação do MP junto ao TCU (peça 31), entende-se que os serviços dispostos no inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 não devem ser direta e automaticamente classificados como de natureza predominantemente intelectual.

27. Quando houver indícios de tal predominância, é essencial que os órgãos justifiquem claramente a opção pelo critério "menor preço" para contratações acima de R$ 359.436,08 (valor atualizado pelo Decreto 11.871/2023) de objetos previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, quando, em regra, deveriam ser contratados por "melhor técnica" ou "técnica e preço", conforme art. 37, § 2º, da mesma lei.

28. Sendo assim, entende-se como parcialmente procedentes as alegações do representante, pois não necessariamente o objeto deveria ser julgado por "melhor técnica" ou "técnica e preço", sendo possível o critério de "menor preço" ser aplicado no certame, caso houvesse justificativa de que os serviços a serem contratados não seriam de "natureza predominantemente intelectual". Todavia, ante o contexto fático do caso descrito no tópico a seguir, deve-se dar apenas **ciência** à Universidade Federal Rural do Pernambuco sobre a irregularidade em questão.

29. Além disso, entende-se que cabe **revogar** a medida cautelar adotada pelo Relator (peça 32) e referenda por meio do Acórdão 1217/2024-TCU-Plenário (peça 37), de modo a permitir a continuidade do certame.

I.2. Manifestação da Unidade Jurisdicionada sobre a construção participativa de deliberações:

30. A UFRPE, em resposta à proposta de construção participativa do TCU, defendeu que o processo licitatório seguiu adequadamente as normas, sem apresentar irregularidades. Contudo, reconheceu que, caso o TCU determine a mudança do critério de "menor preço" para "técnica e preço", será necessário anular a licitação atual e revisar o edital, o que resultaria em atrasos significativos no projeto.

31. Além disso, afirmou que os atrasos podem comprometer a obtenção de financiamento do Novo PAC, crucial para a construção do novo campus da Unidade Acadêmica de Belo Jardim. A UFRPE enfatizou a urgência na construção da nova infraestrutura devido à escassez de recursos e ao impacto negativo sobre o orçamento de custeio, agravado pelo uso atual de um imóvel alugado.

Análise:

32. No primeiro item, quanto às possíveis ações corretivas a serem tomadas para prevenir ou corrigir os indícios de irregularidades, a UFRPE compreendeu que não houve irregularidade pela utilização do critério "menor preço".

33. Já no segundo item, quanto a possíveis impactos decorrentes de eventual decisão do Tribunal que possa resultar em anulação do certame, a UFRPE destaca os impactos negativos da anulação da concorrência, como a possibilidade de perda orçamentária que ocasionaria a inviabilização da futura obra. A Universidade ressalta, ainda, que o local onde funcionam as atividades que serão supridas pela nova construção, funciona em imóvel alugado, o que pressiona ainda mais o orçamento.

34. Sendo assim, mesmo em razão da procedência parcial das alegações do denunciante, é razoável que não se vislumbre determinação pela anulação do certame por parte desta Corte de Contas. Adicionalmente, é preciso ressaltar as questões analisadas em sede de oitiva, que possivelmente resultaram na dificuldade de obtenção de justificativa por parte da Universidade. Além disso, deve ser levada em consideração a possibilidade de perda orçamentária pelo atraso na conclusão do procedimento de contratação, o que ocasionaria um impacto ainda maior na Unidade Jurisdicionada.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

CONCLUSÃO

35. Diante do exposto, propõe-se o **conhecimento** da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.

36. Quanto aos indícios de irregularidades, os elementos constantes dos autos permitem, desde já, a avaliação quanto ao **mérito** da presente denúncia como **parcialmente procedente, motivo pelo qual será proposto a ciência à UFRPE da irregularidade verificada e a revogação da cautelar concedida.**

37. Por fim, diante dos encaminhamentos propostos, entende-se que não haverá impacto relevante na unidade jurisdicionada e/ou na sociedade.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

38. Não houve pedido de ingresso aos autos.

39. Não houve pedido de vista e/ou cópia.

40. Não houve pedido de sustentação oral.

41. Verificam-se os seguintes processos conexos a estes autos:

NÚMERO DO TC	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ESTADO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL
040.457/2023-0	Representação referente à Concorrência 1/2023 da UFRPE	Encerrado	ARQUIVADO

42. Não há processos apensos.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

43. Em virtude do exposto, propõe-se:

43.1. **conhecer** da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

43.2. no **mérito**, considerar a presente denúncia **parcialmente procedente**;

43.3. **revogar** a medida cautelar referendada por meio do Acórdão 1217/2024-TCU-Plenário, de modo a permitir a continuidade da Concorrência 1/2023;

43.4. dar **ciência** à Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada na Concorrência 1/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) utilização do critério de julgamento "menor preço" para contratação de serviços técnicos especializados contemplados nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, com valor superior a R$ 359.436,08 (valor atualizado pelo Decreto 11.871/2023), sem a devida justificativa técnica de que esses serviços, no caso concreto, não possuem natureza predominantemente intelectual, contrariando o art. 37, § 2º, da mesma lei e o princípio da motivação dos atos administrativos (art. 2º, parágrafo único, inciso VII e art. 50, inciso I, da Lei 9.784/1999);

43.5. **informar** à Universidade Federal Rural de Pernambuco e ao denunciante do acórdão que vier a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

encaminhada, caso existentes, podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

43.6. **levantar o sigilo** que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução - TCU 259/2014; e

43.7. **arquivar** os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno/TCU."

É o relatório.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534894.

VOTO

Em exame Denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2023 (regida pela Lei 14.133/2021), sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com valor estimado de R$ 2.029.421,11 (peça 9, p. 1), tendo por objeto a contratação de serviço especial de engenharia prestado por empresa com fins de promover a realização de planejamento, levantamentos, ensaios e a elaboração dos projetos executivos de engenharia, de arquitetura e documentações legais referentes a construção do Campus definitivo da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos (peça 9, p. 1).

2. O denunciante alega, em síntese, que (peça 1):

a) o "serviço especial de engenharia" a ser contratado mediante a Concorrência 1/2023 seria objeto que se amolda à definição de "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual" relacionado a trabalhos relativos a "estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos", listados na alínea "a" do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021;

b) nesse contexto, o critério de julgamento pelo "menor preço", previsto no edital da citada concorrência, supostamente contraria o art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, haja vista que "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual" (estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos) devem ter como critério de julgamento "melhor técnica" ou "técnica e preço", considerando ainda que o valor estimado da contratação supera R$ 300 mil;

c) a UFRPE entende indevidamente que somente pelo fato de realizar licitação nos moldes de concorrência não haveria óbice para definir o "menor preço" como critério de julgamento de propostas de licitantes, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea "a", da Lei 14.133/2021; e

d) em face da aludida determinação legal (art. 6º, inciso XVIII, alínea "a", c/c art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021), sustenta que não há margem de discricionariedade ao gestor para que justifique a escolha pelo critério de julgamento de proposta de licitante pelo "menor preço".

3. Ao empreender o exame perfunctório de peça 15, a AudContratações havia proposto, em pareceres uniformes, conhecer do presente como Denúncia e a concessão de medida cautelar *inaudita altera pars*, por entender presentes os pressupostos ensejadores previstos no art. 276 do Regimento Interno/TCU.

4. Por meio do Despacho de peça 18, no entanto, divergi daquela proposta, entendendo ser necessária a realização de oitiva prévia da entidade promotora da licitação, a fim de auxiliar na elucidação da natureza do objeto licitado, permitindo, assim, a devida análise quanto aos critérios de julgamento aplicáveis.

5. Após realização da oitiva prévia e análise dos elementos recebidos (peças 22-23), o Auditor-instrutor da AudContratações havia proposto a concessão de medida cautelar, assim como a realização de oitiva para futura deliberação meritória (peça 27). Em síntese, entendeu o Auditor que não restou afastada a aplicação obrigatória dos critérios de julgamento "técnica e preço" ou "melhor técnica", considerando o escopo do trabalho descrito no Termo de Referência da Concorrência 1/2023.

6. A seu turno, o Diretor – que supervisionou a instrução – divergiu da análise oferecida pelo Auditor e, após aprofundamento da questão jurídica em tela, propôs considerar a denúncia improcedente, com seu consequente arquivamento (peça 28), no que contou com a anuência do titular da AudContratações (peça 29).

7. Por meio do Despacho de peça 30, todavia, submeti o feito ao MP/TCU, a fim de se perquirir a precisa interpretação das normas jurídicas aplicáveis, considerando a inexistência de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

jurisprudência relevante a este respeito e até mesmo o impacto desta análise para futuras contratações do Poder Público, em âmbito nacional.

8. Mediante Parecer de peça 31, o MP/TCU, na pessoa do e. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, pontuou que "não será de forma automática que os serviços ali listados [no inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021] serão classificados como 'serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual'". Por outro lado, ante a ausência de contornos precisos para o objeto licitado e diante da ausência de informações aprofundadas na resposta à oitiva prévia por parte da UFRPE, o MP/TCU sugeriu "suspender cautelarmente o andamento da Concorrência 1/2023 até que haja o encaminhamento pela UFRPE da justificativa pela qual não deve o serviço da contratação ora em análise ser classificado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual".

9. Por meio do Despacho de peça 32, então, acolhi a proposta ministerial, determinando-se a suspensão cautelar do certame, medida que foi referendada por meio do Acórdão 1.217/2024-Plenário (peça 37). Lembro ainda que, na ocasião, o e. Ministro Benjamin Zymler, embora tenha acompanhado a proposição do referendo, manifestou seu interesse em discutir com maior profundidade a interpretação da regra insculpida no art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021 (peça 38).

10. Após examinar nova manifestação da UFRPE (peças 44-45), a unidade instrutiva propõe – em pareceres uníssonos (peças 49-51) –, em síntese, considerar a presente denúncia parcialmente procedente, revogar a medida cautelar em tela e expedir "ciência" à entidade de que:

> "a) utilização do critério de julgamento 'menor preço' para contratação de serviços técnicos especializados contemplados nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, com valor superior a R$ 359.436,08 (valor atualizado pelo Decreto 11.871/2023), **sem a devida justificativa técnica de que esses serviços, no caso concreto, não possuem natureza predominantemente intelectual**, contrariando o art. 37, § 2º, da mesma lei e o princípio da motivação dos atos administrativos (art. 2º, parágrafo único, inciso VII e art. 50, inciso I, da Lei 9.784/1999)".

11. Brevemente historiado e a despeito do habitual zelo da AudContratações, entendo que o caso requer desfecho diverso.

12. Antes de debruçar-me sobre o caso concreto, considero necessário tecer considerações adicionais acerca da matéria, sobretudo quanto à interpretação conferida ao § 2º do art. 37 c/c art. 6º, inciso XVIII, da Lei 14.133/2021, dado o ineditismo do cerne da questão discutida nos presentes autos e a possibilidade de se tornar precedente paradigma desta Corte a respeito do tema.

13. Aproveito para registrar notícia trazida aos autos pela UFRPE quanto à impetração de Mandado de Segurança Coletivo pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), junto à 5ª Vara Federal de Pernambuco (TRF 5ª Região), tendo por objeto o certame em epígrafe (peça 45, p. 7), em que foi indeferida medida liminar requerida pelo Sindicato.

II – Da intepretação do inciso XVIII do *caput* do art. 6º

14. A respeito dos "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", o legislador recorreu à técnica da enumeração, definindo-os da seguinte forma no âmbito da Lei 14.133/2021:

> "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> (...)
>
> XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:
>
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
>
> b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
>
> c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso".

15. Avalio que a utilização da enumeração, no entanto, não deve conduzir à conclusão de que estes serviços arrolados deverão ser, automaticamente, enquadrados como "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual". Nem toda elaboração de projetos básico ou executivo (alínea 'a') ou controle de qualidade (alínea 'h'), por exemplo, podem, a meu ver, de fato ser considerada serviço especializado de natureza predominantemente intelectual.

16. Tal classificação não diz respeito a qualquer serviço que possua atributos intelectuais ou cujo profissional possua especialização.

17. Considerando o posicionamento doutrinário majoritário[1] de que se trata de rol exaustivo (assim como o rol do inciso III do art. 74 da Lei 14.133/2021), entendo que o inciso XVIII do art. 6º da multicitada Lei teve o condão de **restringir os serviços técnicos especializados passíveis de serem classificados como de natureza predominantemente intelectual** e não de estipular em caráter peremptório que os serviços listados, *de per si*, possuirão tal natureza.

18. De modo análogo ao que restou consignado no Relatório do Acórdão 1.092/2014-Plenário, o enquadramento de determinado serviço especializado como predominantemente intelectual ou não, para fins da definição do tipo de licitação a ser adotado, deve ser realizado não simplesmente em função do rótulo dado ao serviço, mas a partir de um exame fático das suas características e daquilo que o serviço efetivamente representa no caso concreto.

19. A natureza intelectual predominante é, consoante disposto no item 9.2.3 do emblemático Acórdão 2.471/2008-Plenário, "típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para sua execução satisfatória", não dizendo respeito a "tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos".

20. Embora tal precedente (Acórdão 2.471/2008-Plenário) tenha sido prolatado considerando-se as regras licitatórias vigentes à época, referida consideração é plenamente aplicável ao atual contexto normativo, tendo em vista decorrer de conclusão relativa à natureza intrínseca dos objetos contratuais.

21. No universo de contratações públicas, vislumbro que pouquíssimos casos poderão ser enquadrados como "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual". Isto porque, além de se exigir diferenciada qualificação técnica por parte do prestador, tal classificação é restrita aos serviços técnicos especializados nos quais a intelectualidade prepondere, consoante já adiantado no Pronunciamento de subunidade de peça 28.

22. Praticamente toda prestação de serviços nas áreas de arquitetura e engenharia demandará elementos de intelectualidade, afinal são serviços privativos das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados (art. 6º, XXI), as quais requerem formações específicas em nível superior. Tais serviços, no entanto, não serão automaticamente enquadrados no inciso XVIII do *caput*

[1] A exemplo do que defende Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 976); Juliano Heinen (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, Ed. JusPodivm, 5ª ed., p. 628); Augusto Neves Dal Pozzo *et al.* (Lei de Licitações e Contratos administrativos comentada, Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 61); Matheus Carvalho *et al.* (Nova Lei de Licitações Comentada, Ed. JusPodivm, p. 282) e Wanderley José Federighi (Lei de Licitações e Contratos Comentada, Ed. Quartier Latin, Volume II, p. 342).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

do art. 6º, mas somente aqueles que não possam ser prestados segundo normas técnicas, métodos, protocolos e técnicas pré-estabelecidas, em que **a arte e a racionalidade humanas sejam essenciais para sua execução satisfatória**.

23. Além disso, não se pode desconsiderar o caráter evolutivo de muitos serviços de natureza intelectual que com o tempo tornaram-se padronizáveis ou até mesmo produtos de prateleira, com o avanço da tecnologia e dos métodos de trabalho de modo geral. Especialmente nos últimos anos, tal dinâmica parece estar sendo acelerada com a evolução da inteligência artificial (IA), inclusive ferramentas de IA para elaboração de projetos arquitetônicos, a qual – quer gostemos ou não – provavelmente irá gerar – ou já estaria gerando – reflexos na essencialidade da intelectualidade humana para diversos serviços contratados pelo Poder Público. Assim sendo, nesta atividade interpretativa que cabe a esta Casa, é forçoso reconhecer o caráter evolutivo do rol em epígrafe, sob pena de a atuação logística do Poder Público, ao fim e ao cabo, se desconectar da realidade fática da prestação destes serviços e, assim, permitir situações absurdas, como continuar enquadrando-se como predominantemente intelectuais serviços prestados de modo automatizado.

24. No âmbito dos presentes autos, resgato percuciente ponderação do MP/TCU a respeito deste inciso XVIII do *caput* do art. 6º, da lavra do e. Subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado (peça 31, p. 2):

> "Ao se debruçar sobre tais dispositivos, de pronto nota-se que **não será de forma automática que os serviços ali listados** [art. 6º, XVIII] **serão classificados como 'serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual'**. Na alínea 'h' é possível observar que é necessário o enquadramento de um serviço de engenharia 'na definição deste inciso' para que este seja de fato considerado como 'serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual'.
>
> Tomando-se como exemplo a elaboração de projetos básicos e projetos executivos, mencionados na alínea 'a' do excerto normativo reproduzido acima, visualiza-se que nem sempre será possível classificar tal serviço como 'técnico especializado de natureza predominantemente intelectual'. **São inúmeras as fiscalizações desta Corte nas quais foram analisados projetos básicos e projetos executivos de jurisdicionados para intervenções e obras de baixa complexidade**.
>
> Na seara dos jurisdicionados que elaboram ou que contratam a elaboração de projetos básicos e projetos executivos **já existe, inclusive, a automação de procedimentos para elaboração célere de projetos em intervenções que não exijam planejamentos e orçamentos complexos**. Ao se observar projetos elaborados ou contratados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em licitações de obras rodoviárias ou até mesmo por agências reguladoras, como pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no âmbito de intervenções por concessionárias em ferrovias ou pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no âmbito dos arrendamentos de terminais portuários, **verifica-se a existência de projetos de baixa complexidade em que não há predominância de trabalho intelectual em seu processo de elaboração.**
>
> Em meu entendimento, **não é possível aferir que a elaboração de qualquer estudo técnico, planejamento, projeto básico ou projeto executivo por uma empresa venha a exigir sua atuação de forma predominantemente intelectual.** Conforme assevero acima, é de conhecimento desta Corte a existência de inúmeros estudos e projetos com especificações e definições simples, sem que necessariamente tenha havido a atuação predominantemente intelectual de um especialista.
>
> Assim, entendo, de forma similar ao delimitado pelo titular da segunda diretoria da AudContratações, que **é no caso concreto que se verifica a natureza predominantemente intelectual de um serviço técnico especializado, não cabendo a interpretação automática de que a elaboração de qualquer estudo técnico, planejamento, projeto básico ou projeto executivo deva ser assim classificada"** – g.n.

25. A propósito, lembro que o enquadramento do serviço neste inciso XVIII do *caput* do art. 6º tem, como consequência, a impossibilidade de adoção do pregão, ante a previsão contida no parágrafo único do art. 29 da Lei 14.133/2021. Enfim, no universo dos serviços listados no art. 6º, XVIII, e considerando a enorme gama de serviços contratados pelo Poder Público em que há elementos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

intelectuais, não se afigura razoável impor a todas estas contratações o enquadramento – e por conseguinte o **regime diferenciado**[2] **de contratação** destes serviços – como serviços especializados em que predomine o caráter intelectual.

26. O enquadramento dos serviços técnicos especializados como de natureza predominantemente intelectual passa pela evidenciação, durante a fase preparatória do certame, da correspondente complexidade, significativo esforço intelectual, falta de normas técnicas, protocolos, métodos e técnicas para sua prestação e o contexto da prestação dos serviços, entre outros aspectos. À luz do princípio da motivação (Lei 14.133/2021, art. 5º), entendo que tal circunstância deve estar explicitada nos autos do procedimento licitatório.

27. Assim sendo, resta evidente que nem toda contratação da prestação de serviços de (i) elaboração de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos, (ii) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços e (iii) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia poderá ser enquadrada como de natureza predominantemente intelectual, de forma a atrair a aplicação do disposto no o art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021 (examinada no próximo tópico desta Proposta de Deliberação), para fins de adoção dos tipos de "melhor técnica" ou "técnica e preço".

28. Aproveito para explicitar que, considerando a identidade[3] do rol do inciso XVIII do art. 6º com o do inciso III do art. 74 da Lei 14.133/2021 (que lista hipóteses de contratação de serviços técnicos especializados mediante inexigibilidade de licitação), este mesmo raciocínio permite chegar à conclusão de que, obviamente, nem sempre os serviços enumerados no inciso XVIII do art. 6º serão passíveis de contratação mediante inexigibilidade de licitação, ainda que atendido o requisito de notória especialização mencionado no inciso III do art. 74 da Lei 14.133/2021. A inexigibilidade de licitação somente será possível nos casos em que, além dos demais requisitos para contratação direta, restar efetivamente evidenciada a natureza predominantemente intelectual destes serviços.

III – Da interpretação do art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021

29. Assim prevê a regra da Lei 14.133/2021:

> "Art. 37, § 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, **na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** previstos nas alíneas "a" [estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos], "d" [fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços] e "h" [controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso] do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)[4], o **julgamento será por**:
>
> I - **melhor técnica**; ou
>
> II - **técnica e preço**, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica" – g.n.

30. Observa-se, portanto, que o § 2º do art. 37 da Lei 14.133/2021 aparentemente **elimina a possibilidade de adoção** do "menor preço" para serviços técnicos especializados de elaboração de

---

[2] Consoante aponta Sidney Bittencourt (Nova lei de licitações passo a passo. Ed. Fórum. 3ª ed., p. 147), Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 976) e Augusto Neves Dal Pozzo et al. (Lei de Licitações e Contratos administrativos comentada, Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 61).

[3] As diferenças limitam-se aos conectivos 'e' e 'ou' utilizados.

[4] Limite atualmente majorado para R$ 359.436,08, por força do Decreto 11.871/2023.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos, fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços e controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso, que superem R$ 300 mil.

31. A redação do dispositivo parece impor ao gestor público a obrigatoriedade de adoção da "melhor técnica" ou da "técnica e preço", sendo que, neste último caso, excepcionalmente o **legislador fixou em 70% a valoração da proposta técnica**, diferentemente da regra geral do art. 36, §2º, em que o percentual de 70% é um limite máximo para a nota técnica.

32. Este dispositivo havia inicialmente sido objeto de Veto Presidencial, tendo o Congresso Nacional o rejeitado, restaurando a vigência do dispositivo. A par da mencionada superação do Veto e no intuito de elucidar a precisa interpretação do mencionado dispositivo, considero oportuno registrar as razões do Veto, expressas na Mensagem 118, de 1º/4/2021:

> "A propositura legislativa prevê a obrigatoriedade de julgamento por melhor técnica e técnica e preço nos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do *caput* do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
>
> Entretanto, e embora a boa intenção do legislador, a medida contraria o interesse público, já que cabe ao gestor, analisando caso a caso, vocacionado no poder discricionário e com base na Lei, decidir, a depender do objeto a adoção do critério de julgamento.
>
> Ademais, esta imposição, vinculada - critério de julgamento com base na melhor técnica ou técnica e preço -, não se mostra a mais adequada e fere o interesse público, tendo em vista que não se opera para todos os casos possíveis de contratação, ao contrário, poderá haver um descompasso entre a complexidade/rigor da forma de julgamento *versus* objeto de pouca complexidade que prescindem de valoração por técnica e preço".

33. A propósito, segundo noticia Irene Nohara[5], o veto teria sido derrubado sob o "argumento de que a 'tirania do menor preço' nem sempre significa contratações melhores neste caso". Sidney Bittencourt ainda acrescenta que[6]:

> "Registre-se que, após o veto presidencial, as principais entidades do setor de arquitetura e engenharia nacionais realizaram um amplo trabalho de esclarecimento junto aos parlamentares, sustentando a defesa da contratação com base preponderante na qualidade, na garantia da disponibilidade do recurso financeiro para o início das obras e no licenciamento ambiental prévio para publicação do edital de obras".

34. Resta evidente[7], portanto, que – a despeito da preocupação externada na Mensagem de Veto – ao final a Lei presume a importância da **dimensão técnica** para certas espécies do gênero "serviços técnicos de natureza intelectual", aparentemente impondo a adoção dos critérios de julgamento de "melhor técnica ou conteúdo artístico" e "técnica e preço".

35. No plano doutrinário, após ampla pesquisa realizada por minha assessoria, foram identificados, principalmente, dois posicionamentos doutrinários distintos.

36. Alinhando-se a ponderações do Veto Presidencial, Joel Menezes Nieburh (*in* Licitação Pública e Contrato Administrativo, ed. Fórum, 7ª ed., p. 765-766) leciona que:

> **"O §2º do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021 não tem qualquer plausibilidade, lógica ou sentido, parece, pura e simplesmente, fruto de lobby, ainda que legítimo, do setor de engenharia consultiva.**

---

[5] Vetos da Nova Lei de Licitações que foram derrubados <https://direitoadm.com.br/vetos-da-nova-lei-de-licitacoes-que-foram-derrubados/> Acesso em 12/8/2024

[6] BITTENCOURT, Sidney. Nova Lei de Licitações passo a passo. Ed. Fórum, 2ª edição, p. 361

[7] Legislação comentada TCE-SP <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021> Acesso em 9/8/2024

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

Veja-se que para os serviços nele mencionados, desde que acima de R$300 mil, o critério de julgamento da técnica e preço ou da melhor técnica (esqueceram-se de que o critério indicado no artigo 33 da Lei nº 14.133/2021 não se chama melhor técnica e sim melhor técnica ou conteúdo artístico) é obrigatório. Ora, **nem sempre se constatam potenciais diferenciais técnicos qualitativos que superem os requisitos técnicos mínimos exigidos no edital em relação aos tais serviços de engenharia consultiva**, o que é o pressuposto lógico para a adoção do critério da técnica e preço, consoante o §1º do artigo 36 da Lei nº 14.133/2021. Também não se consegue antever explicação para distinguir os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual mencionados nas alíneas "a", "d" e "h" em detrimento dos demais. **Não há nada que justifique dar especial relevo, por exemplo, a serviço atinente a estudo técnico (alínea "a") em detrimento de serviço de consultoria técnica (alínea "c"), que acabam até mesmo se confundindo – o estudo técnico é o produto do serviço de consultoria técnica**.

Goste-se ou não, apesar de não se vaticinarem razões para o §2º do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, ele faz parte da Lei nº 14.133/2021, passou pelo processo legislativo e não contraria diretamente qualquer dispositivo constitucional. Deve-se respeitar a vontade do legislador encarnada no §2º do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, sem se valer de artimanhas e manipulações de princípios jurídicos para contorná-la" – g.n.

37. Juliano Heinen também crítica a razoabilidade do art. 37, §2º (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed, Ed. JusPodivm, p. 327-330), ponderando *in verbis*:

"(..) sem dizer mais, a referida regra elimina a possibilidade de empregar a modalidade de pregão a tais serviços intelectuais, notadamente ligados às áreas da arquitetura e engenharia, porque este procedimento não admite critério de julgamento que envolva técnica. (..)

Então, **o dispositivo em questão, fez com que se eliminasse o pregão e se tivesse de utilizar a concorrência nos serviços técnicos especializados mencionados acima**. E assim se fez empregando um critério de julgamento "melhor técnica", que é incompatível com o pregão. Com um detalhe: destoando de toda a lógica do restante da lei geral, alocou um teto para tal, ou seja, abaixo de trezentos mil reais o pregão é possível de ser empregado, porque não se precisa julgar com a presença do parâmetro "técnica". (..)

Portanto, **ao menos duas críticas que merecem ser expostas especificamente em relação ao art. 37, §2º, da Lei nº 14.133/2021**. Esta regra exclui do pregão apenas três dos oito serviços especializados listados na norma. Não há qualquer proporcionalidade que justifique que alguns serviços especializados possam ser contratados via pregão, e outros não possam. Repito: não se visualiza qualquer critério para apenas três das oito atividades tuteladas pelas alíneas do inciso XVIII do art. 6º ficarem excluídas do procedimento licitatório citado.

Segunda crítica: pelo texto do art. 37, §2º, as três atividades referenciadas são excluídas do pregão apenas se tiverem valor superior a trezentos mil reais. Se o valor for menor, poderão ser contratados por pregão, com critério de julgamento menor preço ou maior desconto. Logo, a desproporcionalidade ou incongruência é ainda maior, porque o serviço possui as mesmas características, não importando se maior ou menor que tal valor. Essa é outra previsão legal sem sentido, dado que a natureza do serviço, ou seja, sua complexidade não muda se o objeto é caro ou barato. Veja um exemplo elucidativo do que até se disse: **o mesmo serviço especializado que custa duzentos e noventa e nove mil reais poderá ser contratado pelo pregão, e outro precificado em trezentos e um mil reais não poderia. Dois mil reais de diferença de preço seria um fator coerente para eliminar o pregão? Pensamos que não**. Fora que, nesta última situação, o custo das propostas será maior, porque se estará diante de um procedimento mais complexo em termos transacionais. (..)

Em verdade, **não é salutar que os objetos citados pelo §2º do art. 37 tenham necessariamente ser licitados pelos critérios de julgamento melhor técnica ou melhor técnica e menor preço**, sendo tal obrigatoriedade atrelada ao valor do objeto. Tais parâmetros de seleção de proposta vantajosa deveriam estar concatenados à complexidade ou singularidade de um objeto. O valor não deveria pautar a vinculação proposta. Como se disse, em muitos casos, faz todo o sentido aplicar o critério menor preço e maior desconto, porque o serviço de engenharia é simples, apesar de poder ser de valor maior de trezentos mil reais. Contudo, esta é a realidade posta. E se assim o é, mostra-se salutar que este valor, com o tempo, seja atualizado" – g.n.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

38. Marçal Justen Filho, por sua vez, não tece críticas específicas ao dispositivo e defende a impossibilidade absoluta de utilização do "menor preço" ou "maior desconto", por exemplo, para a contratação de serviços técnicos especializados. Para o autor, mesmo os casos que não se amoldarem à regra do art. 37, §2º, haveria a incidência do art. 36, §1º, inciso I.

39. Para Marçal Justen Filho, portanto, as contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual listados nas demais alíneas do inciso XVIII do *caput* do art. 6º ou para aqueles das alíneas 'a', 'd' e 'h' com valores de até R$ 300 mil **não admitem a adoção de outros tipos licitatórios**, apenas a "técnica e preço". Para o autor (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2ª ed., Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 518-529):

> "Já o §2º do art. 37 dispõe sobre serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual versando sobre prestações específicas. **Em tais hipóteses, será obrigatória a adoção de soluções diferenciadas**. (...)
>
> As três alíneas ['a', 'd' e 'h'] envolvem alguns serviços de engenharia e de arquitetura. Ainda que a redação dos dispositivos possa induzir a abrangência de serviços de outra natureza, deve-se reputar que existe uma relação entre a disciplina prevista no art. 37, §2º, e determinados serviços de engenharia e de arquitetura. Não caberia adotar uma interpretação literal – tal como, por exemplo, que a referência a planejamento, constante da al. 'a', comportaria qualquer objeto contratual. Afigura-se evidente existir um vínculo entre parte inicial da al. 'a', quando se refere a estudos técnicos e planejamentos, e a parte final, que prevê projetos básicos e executivos. (...)
>
> Mas existem outras razões para fundamentar o entendimento adotado. Existem peculiaridades nos serviços técnicos referidos nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do art. 6º, inc. XVIII nos casos em que versem sobre o campo da engenharia e da arquitetura. Em tais hipóteses, a contratação e serviços de qualidade mais elevada apresenta especial relevância para a efetiva satisfação das necessidades da Administração" – g.n.

40. Registrados estes posicionamentos doutrinários e, apesar da redação impositiva do art. 37, §2º, entendo necessário explicitar o caráter excepcional da regra, a partir da interpretação sistemática dos dispositivos legais aplicáveis. Neste ponto, a despeito de concordar com as críticas de Joel Menezes Nieburh ao texto legal (item 36 supra), peço vênias por divergir de seu entendimento de que não caberia interpretação diversa ao referido dispositivo legal, ainda mais considerando a necessária análise em conjunto com o inciso XVIII do art. 6º da Lei, conforme tópico II desta proposta de deliberação, e com os demais preceitos normativos vigentes.

41. Os princípios da economicidade, da proporcionalidade, do interesse público e da motivação, em especial, além de implícitos no texto constitucional, estão expressos no art. 5º da Lei 14.133/2021, tendo o condão de influenciar a interpretação das regras legais estabelecidas para contratações públicas, inclusive com o fito de conferir unidade e harmonia ao ordenamento jurídico.

42. Por força do princípio da proporcionalidade, é cediço que o intérprete das regras jurídicas deve evitar soluções excessivamente onerosas, seja ao administrado ou ao Poder Público, avaliando-se se as restrições impostas são, de fato, necessárias e pertinentes à finalidade pretendida pela norma.

43. Por sua vez, o princípio da economicidade – cuja concretização assume especial relevo na atuação desta Corte (CF, art. 70, *caput*) – impõe, como se sabe, a adoção de soluções que considerem o custo-benefício[8] na atuação logística estatal, afastando as contratações públicas de soluções ineficientes, inclusive sob o ponto de custos financeiros ou transacionais.

44. Sob o ponto de vista da eficiência, não se pode desconsiderar a diferença, em termos de custo administrativo, financeiro e temporal, entre a realização de licitações que adotem os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço" e aquelas que adotem, por exemplo, os tipos "menor preço" ou "maior desconto". Naquelas licitações, o Poder Público precisa designar banca, com pelo menos três membros, a qual irá atribuir notas e quesitos de natureza qualitativa para cada proposta recebida (art.

[8] BUGARIN, Paulo Soares. Reflexões sobre o princípio constitucional da economicidade e o papel do TCU. *in* Revista do Tribunal de Contas da União, nº 78, out/dez 1998, p. 44

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

37, II). A diferença na realização daquelas licitações fica ainda mais evidente nas situações em que o Poder Público tiver que recorrer a profissionais externos para compor a referida banca, contratados com fundamento no art. 37, §1º, II. Outro aspecto a salientar quanto às contratações mediante "melhor técnica" ou "técnica e preço" diz respeito à restrição à subcontratação, constante do art. 38 da Lei 14.133/2021, ao exigir a participação direta e pessoal do profissional ao qual correspondeu a pontuação obtida. A verificação quanto ao cumprimento de tal regra também poderá onerar o custo administrativo da correspondente fiscalização contratual.

46. Ante a ponderação destes princípios e considerando as conclusões constantes da seção anterior desta proposta de deliberação quanto ao rol do inciso XVIII do art. 6º, entendo que a regra estabelecida no art. 37, §2º, **não terá incidência em toda contratação dos serviços** previstos nas alíneas 'a', 'd' e 'h' com valor superior a R$ 300 mil, mas **apenas nos casos em que efetivamente houver a predominância da natureza intelectual do serviço a ser contratado**.

47. Este é o entendimento perfilhado pelos Procuradores do Estado do Paraná Hamilton Bonatto e Rafael Costa[9]. Para os autores, mesmo dentre os serviços constantes das alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do artigo 6º existem aqueles que não possuem natureza preponderantemente intelectual, para os quais não haveria óbice na utilização do critério de julgamento "menor preço" ou "maior desconto". A respeito da elaboração do projeto básico, os autores reforçam que:

> "A primeira impressão que pode advir é a de que esses serviços sempre serão características de intelectualidade e se subsumiriam ao disposto nos artigos 36 e 37, de modo que, a depender do valor estimado, haveria a preferência ou obrigação de ser licitado por técnica e preço ou por melhor técnica, dentro das condições anteriormente citadas.
>
> No entanto, **é facilmente verificável que, por exemplo, nem todo projeto básico possui essa característica**.
>
> Imagine-se **um projeto básico para a construção de uma calçada, uma guarita ou, ainda um muro simples**. É evidente que, em que pese ser um serviço técnico, nesses exemplos está evidente que não predomina a natureza intelectual, portanto, não se subsumiria aos artigos 36 e 37 da Lei nº 14.133/2021. Essa conclusão está em consonância com o conceito de projeto básico apresentado no artigo 6, inciso XXV da Lei 14.133/21.
>
> O projeto básico não é um documento específico, mas sim uma coleção de documentos necessários e suficientes para definir e dimensionar a obra ou serviço, permitindo a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e prazos de execução.
>
> Assim, **esses elementos variam de acordo com o porte e a complexidade do empreendimento**. Projetos mais simples exigem elementos com menor carga intelectual, enquanto empreendimentos maiores incorporam elementos mais complexos e intelectuais.
>
> É possível que, mesmo em empreendimentos mais complexos, haja uma variedade de elementos que compõem o projeto básico, como levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, análises laboratoriais, estudos socioambientais e orçamentos detalhados do custo global da obra.
>
> Dentro desse conjunto, pode-se encontrar elementos que, individualmente, não sejam considerados de natureza predominantemente intelectual, enquanto outros sejam.
>
> Portanto, somente quando os elementos que podem integrar o conteúdo do projeto básico forem analisados isoladamente e demonstrarem uma significativa carga intelectual em suas atividades é que se torna relevante a utilização do critério de julgamento técnica e preço, ou melhor técnica, caso esses serviços tiverem um valor acima do limite previamente estabelecido". – g.n.

48. Ainda socorrendo-me do exemplo mencionado pelos autores, tomo a elaboração de **projeto básico para calçamento de diversas ruas** (alínea 'a' do inciso XVIII do art. 6º), serviço que, embora de menor complexidade, pode ter valores superiores a R$ 300 mil. Apesar de se tratar de

[9] Licitação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual <https://www.conjur.com.br/2024-mar-28/licitacao-de-servicos-tecnicos-de-natureza-predominantemente-intelectual/> Acesso em 6/9/2024

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

serviço técnico e de este encontrar-se arrolado no art. 6º, inciso XVIII, da Lei 14.133/2021, é fácil perceber que nesta prestação **não predominaria a natureza intelectual**, razão pela qual não seria razoável a aplicação do art. 37, §2º, da Lei.

49. Em relação à alínea 'd' do inciso XVIII do art. 6º, registro o exemplo de contratação de serviços técnicos em engenharia consultiva de apoio ao gerenciamento geral, fiscalização de projetos e fiscalização de obras para a reforma do edifício sede do FNDE, com valor ofertado pelo 1º colocado de R$ 1.104.080,00 (Acórdão 2804/2009 - Plenário), certame realizado na modalidade pregão, demonstrando o enquadramento como serviço comum.

50. A propósito, cumpre salientar que a jurisprudência predominante desta Casa (a exemplo do Acórdão 713/2019-Plenário) considera que em geral são considerados comuns os **serviços de engenharia consultiva** com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado, afastando-se sua natureza intelectual predominante. Neste precedente, considerou-se inexistente a predominância do caráter intelectual na contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com valor estimado de R$ 42.010.337,36.

51. Para os serviços arrolados na alínea 'h' do mesmo inciso, a exemplo do controle de qualidade de materiais de construção, ensaios de solo ou testes/ensaios de concreto ou o monitoramento de parâmetros específicos de obras, haverá situações em que, a despeito de envolver equipamentos de custo elevado (equipamentos alta precisão, sensíveis ou sensores especializados) ou com grande volume de tarefas (como medições frequentes), as tarefas a serem desempenhadas sejam revestidas de simplicidade, em que a arte e a racionalidade humana não sejam essenciais, *a priori*, afastando-se a caracterização destes serviços como de natureza predominantemente intelectual.

52. Com base na jurisprudência desta Casa ainda à luz da Lei 8.666/1993, destaco também precedentes em que se considerou indevida a adoção da "técnica e preço" (considerando-se o revogado art. 46, *caput*) pela ausência de predominância de atividade intelectual, em serviços de operação, manutenção, gerenciamento e supervisão da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações (Acórdão 653/2007 - Plenário) e no planejamento operacional, organização, execução e acompanhamento dos eventos com valor estimado de valor estimado de R$ 394.892,00 (Acórdão 327/2010 - Plenário), entre outros.

53. Estes exemplos, embora simplórios, ilustram a tese de que a aplicação irrestrita da regra do art. 37, §2º, a todo e qualquer serviço de mais de R$ 300 mil arrolado nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do art. 6º, no limite, **abriria espaço para situações absurdas**, permitindo-se aplicar o regime diferenciado de contratação dos serviços predominantemente intelectuais a atividades comezinhas, o que poderia representar indesejado risco ao erário e, portanto, seria flagrantemente contrário ao interesse público.

54. Entre os princípios básicos da hermenêutica jurídica, é cediço que nenhuma interpretação da lei pode conduzir a absurdos, devendo ser extraída do sistema normativo e da realidade dos fatos a partir de compreensões possíveis e compatíveis com o texto constitucional.

55. Assim sendo, entendo que se deve interpretar restritivamente a peremptória adoção dos tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço" ao rol de serviços do inciso XVIII do art. 6º da multicitada Lei, sob pena de o novel diploma de licitações e contratos levar a licitações de serviços técnicos especializados, com baixíssima complexidade, e utilizando-se estes tipos licitatórios, beirando ao absurdo e colocando em risco o erário.

56. Assim sendo, considero que o regime diferenciado atribuído pelo legislador aos serviços especializados de natureza intelectual efetivamente predominante – por exemplo, impedindo a adoção do pregão (art. 29, parágrafo único), fixando a valoração da proposta técnica em 70%, no caso de técnica e preço, para três das oito hipóteses (art. 37, §2º, II) e possibilitando inclusive a contratação via inexigibilidade de licitação, caso atendidos os requisitos aplicáveis (art. 74, III) – tem o condão de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

exigir a expressa indicação nos autos da justificativa quanto ao seu enquadramento como tal. Não havendo tal justificativa, deve-se presumir que os serviços não possuem o elemento intelectual como aspecto preponderante, afastando a aplicação da regra prevista no art. 37, §2º.

57. Ante o exposto, concluo que:

a) o rol exaustivo constante do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 tem o condão de restringir os serviços técnicos especializados passíveis de serem classificados como de natureza predominantemente intelectual e não de estipular em caráter peremptório que os serviços listados, *de per si*, possuirão tal natureza;

b) assim sendo, os serviços técnicos especializados arrolados no inciso XVIII do *caput* do art. 6º da Lei 14.133/2021 podem ou não ser considerados de "natureza predominantemente intelectual";

c) o excepcional enquadramento do serviço a ser contratado como "serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual" deve ser demonstrado durante o planejamento da contratação (fase preparatória) e explicitado no documento "estudo técnico preliminar" de contratação (Lei 14.133/2021, art. 5º, princípio da motivação); e

d) não se aplica a regra prevista no art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021 quando não estiver caracterizada a natureza predominantemente intelectual da maior parte do objeto que se pretende contratar.

58. A despeito do vínculo entre a regra deste art. 37, §2º, com aquela prevista no art. 36, §1º, inciso I, da mesma Lei, deixo de tecer considerações pormenorizadas a respeito deste dispositivo, tendo em vista o cerne da discussão travada nos presentes autos.

IV – Das considerações finais

59. Voltando ao caso concreto em tela, lembro que a instrução meritória concluiu no sentido de que (peça 49, p. 4):

> "23. Apesar de a UFRPE não ter obtido êxito quanto à justificativa, reconhece-se a dificuldade do gestor da UJ em justificar a escolha pelo critério 'menor preço', especialmente em um contexto em que a Lei 14.133/2021 trouxe uma inovação e que não há jurisprudência consolidada do TCU sobre o tema.
>
> 24. Conforme a LINDB, é importante considerar as circunstâncias práticas que possam ter limitado ou condicionado as decisões do gestor. Essa abordagem permite uma avaliação mais equilibrada e justa da situação, reconhecendo as limitações práticas enfrentadas na gestão pública.
>
> 25. Embora a falta de justificativa adequada indique uma possível irregularidade, a anulação do certame não se mostra a medida mais razoável. A análise das propostas na Concorrência 1/2023 evidencia que houve ampla competitividade, com 36 propostas apresentadas, indicando que o critério 'menor preço' não afetou negativamente a competição.
>
> 26. Portanto, com base na revisão do posicionamento à peça 27, levando em consideração os argumentos do titular da segunda diretoria da AudContratações (peça 28) e da manifestação do MP junto ao TCU (peça 31), entende-se que os serviços dispostos no inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 não devem ser direta e automaticamente classificados como de natureza predominantemente intelectual.
>
> 27. Quando houver indícios de tal predominância, é essencial que os órgãos justifiquem claramente a opção pelo critério 'menor preço' para contratações acima de R$ 359.436,08 (valor atualizado pelo Decreto 11.871/2023) de objetos previstos nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, quando, em regra, deveriam ser contratados por 'melhor técnica' ou 'técnica e preço', conforme art. 37, § 2º, da mesma lei".

60. Acolho a conclusão instrutória quanto à revogação da medida cautelar anteriormente expedida, ante a ausência de evidenciação clara quanto à natureza predominantemente intelectual dos serviços contratados, inobstante divirja parcialmente do raciocínio adotado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

61. Observo que o raciocínio encampado pela unidade especializada em sua derradeira instrução (peças 49-51) e suscitado pelo MP/TCU no Parecer de peça 31, pugna pela exigência de **justificativas quanto à ausência de natureza intelectual predominante** na contratação dos serviços das alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do *caput* do art. 6º da Lei 14.133/2021, o que levaria à presunção de que tais serviços seriam, *a priori*, revestidos de tal natureza.

62. Com as devidas vênias, e considerando o raciocínio adotado nesta proposta de deliberação, quanto ao **caráter diferenciado** do regime de contratação dos serviços de natureza intelectual predominante, entendo que as justificativas devem ser exigidas para que os serviços sejam classificados como de natureza intelectual predominante (e não o contrário).

63. Em síntese, para os serviços técnicos especializados serem classificados como de natureza predominantemente intelectual – viabilizando a aplicação da regra prevista nos arts. 37, §2º, e 36, §1º, I, e até mesmo do art. 74, inciso III, da Lei 14.133/2021 – o órgão público contratante deverá evidenciar o caráter prevalente da intelectualidade na prestação do serviço durante a fase preparatória do certame.

64. Diante de tais considerações, com as vênias de estilo, deixo de carrear para a minuta de acórdão as "ciências" propostas pela unidade técnica.

65. Ante o exposto, manifesto-me por que o Tribunal aprove o acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2024.

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534895.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Trata-se de denúncia decorrente de potenciais irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2023, sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), tendo por objeto a "*contratação de serviço especial de engenharia prestado por empresa com fins de promover a realização de planejamento, levantamentos, ensaios e a elaboração dos projetos executivos de engenharia, de arquitetura e documentações legais referentes a construção do Campus definitivo da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos*" (peça 9, p. 1).

2. Em essência, entendeu o Exmo. relator que a denúncia deve ser considerada improcedente, porque:

- nem todos os serviços enumerados no art. 6º, inciso, XVIII, apesar de contarem com técnicos especializados, seriam "predominantemente intelectuais". A Lei 14.133/2021 não teria estipulado, em caráter absoluto e peremptório, que aqueles serviços teriam, de per si, tal natureza.

- a natureza intelectual, tal qual decidido mediante o Acórdão 2.471/2008-Plenário, seria "*típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para sua execução satisfatória*", não dizendo respeito a "*tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos*";

- no universo de contratações públicas, vislumbrou-se que pouquíssimos casos poderiam ser enquadrados como "*serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual*", porque, além de se exigir diferenciada qualificação técnica por parte do prestador, tal classificação é restrita aos casos em que a intelectualidade prepondera;

- para o enquadramento dos serviços no inciso XVIII do **caput** do art. 6º, estes não poderiam ser prestados segundo normas técnicas, métodos, protocolos e técnicas preestabelecidas, em que a arte e a racionalidade humanas sejam essenciais para sua execução satisfatória;

- não sendo de "natureza eminentemente intelectual", não haveria a mandatória necessidade de licitação por "técnica e preço", tal qual impõe a gramática do art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, podendo, inclusive, ser utilizada a modalidade pregão;

- os princípios da economicidade, da proporcionalidade, do interesse público e da motivação, em especial os valores implícitos no texto constitucional, tornariam necessário adotar uma interpretação não literal ao art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021. Haveria de se considerar o custo-benefício da atuação logística estatal, em face do tempo e dos custos necessários à adoção da técnica e preço. Tal critério de julgamento deve ser utilizado quando, concretamente, demonstrar-se que vale a pena, ou seja, quando houver a preponderância eminentemente intelectual;

- poderia ocorrer de um objeto possuir, tecnicamente, natureza por demais simples, sem possibilidade concreta de haver diferenças relevantes de solução, mas que ultrapassasse o limite estabelecido na lei para o uso da técnica e preço, tornando não razoável o critério de julgamento para a licitação;

- a jurisprudência do TCU já firmara (a exemplo do Acórdão 713/2019-Plenário) que serviços de engenharia consultiva são taxados como comuns, sendo impositivo, nesse caso, a realização de pregão;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

- alguns serviços, inclusive, referentes a controle de qualidade de materiais de construção, ensaios de solo ou testes/ensaios de concreto ou o monitoramento de parâmetros específicos de obras são executados por meio de especificações usuais de mercado, afastando-os de uma classificação "eminentemente intelectual";

- a jurisprudência desta Corte – então respaldada na Lei 8.666/1993 – considera indevida a adoção da "técnica e preço" (considerando-se o revogado art. 46, **caput**) pela ausência de predominância de atividade intelectual, em serviços de operação, manutenção, gerenciamento e supervisão da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações (Acórdão 653/2007-Plenário) e no planejamento operacional, organização, execução e acompanhamento dos eventos com valor estimado de R$ 394.892,00 (Acórdão 327/2010-Plenário);

- alguns exemplos simples ilustrariam que a consideração literal do dispositivo questionado abriria espaço para situações absurdas, permitindo-se levar à utilização da técnica e preço intelectuais em atividades comezinhas, o que poderia representar indesejado risco ao Erário e, portanto, flagrantemente contrário ao interesse público;

3. Concluiu-se, assim, que:

1) O rol exaustivo constante do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 tem o condão de restringir os serviços técnicos especializados passíveis de serem classificados como de natureza predominantemente intelectual e não de estipular em caráter peremptório que os serviços listados, de per si, possuirão tal natureza;

2) Os serviços técnicos especializados arrolados no inciso XVIII do **caput** do art. 6º da Lei 14.133/2021 podem ou não ser considerados de "natureza predominantemente intelectual";

3) O excepcional enquadramento do serviço a ser contratado como "serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual" deve ser demonstrado durante o planejamento da contratação (fase preparatória) e explicitado no documento "estudo técnico preliminar" de contratação (Lei 14.133/2021, art. 5º, princípio da motivação); e

4) Não se aplica a regra prevista no art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021 quando não estiver caracterizada a natureza predominantemente intelectual da maior parte do objeto que se pretende contratar.

II – Razões de divergência

4. Com as devidas vênias ao eminente Min. Augusto Sherman Cavalcanti, não compartilho da tese de flexibilização do conteúdo do art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021. Confesso, antecipadamente, que se não que houvesse norma expressa literal determinando que se proceda de modo diverso, eu tenderia a concordar com a tese esposada pelo Exmo. Min. Augusto Sherman.

5. Tal qual devidamente contextualizado pelo relator, a denunciante rebela-se pela não utilização do critério de julgamento de "melhor técnica" ou "melhor técnica e preço", quando a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) assim o impõe, tendo em vista o teor do seguinte dispositivo:

"*Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:*

[...]

§2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do ***caput*** *do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais),* [valor atualizado, R$ 359.436,08] *o julgamento será por:*

I - melhor técnica; ou

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica." (grifou-se)

6. As alíneas "a", "d" e "h" mencionadas envolvem serviços de engenharia consultiva, assim discriminados na Lei 14.133/2021:

"*Art. 6º* [...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
[...]
d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
[...]
h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;" (grifou-se)

7. Na gramática da nova lei, portanto, haja vista que o valor do presente objeto foi descrito como "s*erviços de elaboração de projeto arquitetônico e complementares* [...]", o critério de julgamento do certame questionado haveria de ser a melhor técnica, ou a técnica e preço.

8. Em verdade, ao ajuizar que se faz viável licitar pelo menor preço (ou maior desconto) nessas hipóteses, há um temperamento do dispositivo, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei 14.133/2021:

"*Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.*

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado; [...]" (grifou-se)

9. Em primeira análise, julgo que a regra do art. 36, § 1º, seja uma regra geral, e a do art. 37, § 2º, uma regra específica, devendo prevalecer esta última para os objetos listados no art. 6º, inciso XVIII, em suas alíneas "a", "d" e "h", sobre a primeira, em clássica técnica interpretativa.

10. Em máxima vênia, mais que uma flexibilização hermenêutica, a tese esposada pelo eminente relator estabelece o inverso: que tal uso da melhor técnica (ou técnica e preço) somente ocorreria excepcionalmente, não apenas adotando uma lógica mais descolada para a gramática legal, mas invertendo o seu comando. Na prática, os serviços de engenharia consultiva listados nas alíneas "a", "d" e "h" do art. 6º, inciso XVIII, da NLLC só seriam, em exceção, julgados por melhor técnica ou técnica e preço.

11. Julgo que deva haver algum limite para temperar comando tão preciso e assertivo, com trâmite legislativo com pouco espaço para adoção de outro **mens legis.**

12. Como se sabe, o art. 37, § 2º, da NLLC foi vetado pelo Presidente da República. As razões para tal estão elencadas abaixo:

"*A propositura legislativa prevê a obrigatoriedade de julgamento por melhor técnica e técnica e preço nos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Entretanto, e embora a boa intenção do legislador, a medida contraria o interesse público, já que cabe ao gestor, analisando caso a caso, vocacionado no poder discricionário e com base na Lei, decidir, a depender do objeto a adoção do critério de julgamento.

Ademais, esta imposição, vinculada - critério de julgamento com base na melhor técnica ou técnica e preço -, não se mostra a mais adequada e fere o interesse público, tendo em vista que não se opera para todos os casos possíveis de contratação, ao contrário, poderá haver um descompasso entre a complexidade/rigor da forma de julgamento versus objeto de pouca complexidade que prescindem de valoração por técnica e preço" (Veto 13/2021) (grifou-se).

13. Quis o chefe do Poder Executivo que, discricionariamente, o gestor pudesse motivar, ainda que em contratações de projeto, fiscalização e ensaios técnicos (altamente especializados), o critério de julgamento que entendesse mais adequado. Existiriam casos em que a complexidade do objeto – nada obstante o seu valor – não compensaria a licitação por técnica e preço.

14. Essa visão não prevaleceu no Congresso Nacional após o trâmite final legislativo. O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional e a lei foi promulgada, reincluindo o dispositivo no texto da Lei 14.133/2021 (publicado no DOU em 2/4/2021).

15. Entendo que o espaço interpretativo ao juiz, nesse histórico, seja reduzido, em face da vontade inconteste manifestada pelo Congresso Nacional. Caso prevalecesse a visão extensiva (ou permissiva) do uso relativo da técnica, nem sequer o art. 37, § 2º, precisaria existir. Seria, em algum termo, uma letra morta na lei ou com dispositivo com eficácia praticamente nula. Bastaria justificar, em qualquer caso, se a técnica merece ser tratada.

16. Fato é que, ao testemunhar tal trâmite, o legislador – afirmativamente, em derrubada de veto – entendeu que os serviços técnicos especializados previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do art. 6º possuem, em regra e presumidamente, complexidade tal que exija a aferição da técnica, com discricionariedade restrita ao administrador público nesses casos.

17. O parlamento não entendeu conforme o poder executivo (que é, afinal, interpretação muito similar à conferida pelo relator, no corrente processo), em maioria absoluta dos seus membros. A vontade do legislador foi que em "*serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual*", em seus subtipos "*estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos*", "*fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços*" e "*controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso*" fossem licitados pela melhor técnica ou técnica e preço.

18. A lógica – em verdade, uma presunção legal, **juris et de jure** – é que, para esses serviços (eminentemente os de engenharia), quanto maior o seu valor, maior seria também a sua complexidade e o desafio intelectual necessário para adimpli-lo. Essa indução é intuitivamente correta. Projetos e obras de supervisão pequenos (em áreas menores, com obras de porte e valor menor) podem ser licitados por menor preço, porque os produtos apresentados tendem a ser semelhantes. À medida em que o porte (e obviamente o valor do empreendimento; e do seu projeto e fiscalização) cresce, é muito natural que se elevem, igualmente, as demandas de capacidade da contratada, para além de um mínimo habilitatório.

19. O raciocínio é semelhante ao defendido por Marçal Justen Filho, em excerto citado pelo relator:

"[...] *Existem peculiaridades nos serviços técnicos referidos nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do art. 6º, inc. XVIII nos casos em que versem sobre o campo da engenharia e da arquitetura. Em tais*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

hipóteses, a contratação e serviços de qualidade mais elevada apresenta especial relevância para a efetiva satisfação das necessidades da Administração".

20. Por mais que se renda crítica a essa lógica – entendendo alguns pela existência de **lobby** –, penso como o professor Joel Menezes Nieburh, citado pelo relator: "*Goste-se ou não, apesar de não se vaticinarem razões para o §2º do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, ele faz parte da Lei nº 14.133/2021, passou pelo processo legislativo e não contraria diretamente qualquer dispositivo constitucional. Deve-se respeitar a vontade do legislador encarnada no §2º do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, sem se valer de artimanhas e manipulações de princípios jurídicos para contorná-la.*" (grifou-se).

21. No presente caso, por exemplo, trata-se de valor estimado de contratação superior a R$ 2 milhões. Se tomado o percentual clássico estimado de 5% do valor do projeto, com relação ao valor total do empreendimento, está se falando de uma obra de um porte aproximado de R$ 40 milhões, ou algo em torno 8.000 m² de área. Obviamente que as normas técnicas são praticamente as mesmas de um projeto de obra menor, mas o esforço e a expertise para a integração das diversas disciplinas de projeto dessa dimensão, como a complexidade de cada subsistema em si, atraem a vantagem de valorar (no mínimo) a experiência e a equipe técnica da contratada.

22. Nessa licitação, portanto, trata-se, sim, de serviço eminentemente intelectual, apto a obedecer ao comando expresso no art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021.

23. Trazendo o raciocínio para um caso geral, intuindo os desafios dos gestores no mundo real – eminentemente em licitações para a contratação de projetos de obras civis – quando julgados com o critério de menor preço, é recorrente que se apresentem propostas com descontos relevantes, ultrapassando a linha da inexequibilidade presumida. Na realidade, esse é o grande desafio de se licitarem projetos de obras civis na administração pública.

24. Como a projetista pode, simplesmente, alegar a decisão pela redução de seus honorários e no mundo real faz-se desafiador desclassificar projetistas "temerárias", por preço muito baixo. Caso se pontuassem experiências anteriores – ou seja, com mais pontos conferidos quanto mais certidões apresentadas, dando conta da feitura de serviços semelhantes (**vide** inciso I do art. 37 da Lei 14.133/2021) –, empresas aventureiras, ao menos em tese, teriam maior dificuldade. Embora isso não seja um remédio absoluto, para projetos maiores, com maior risco de preços irresponsavelmente baixos, o prestígio da técnica, bonificando numerosas experiências, parece condizer com o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa.

25. Inexiste, nesse teor, uma interpretação desarrazoada ou que leve a contratações ineficientes e antieconômicas.

26. Por fim, sobre a consideração de os serviços técnicos especializados arrolados no inciso XVIII do **caput** do art. 6º da Lei 14.133/2021 poderem ou não ser considerados de "*natureza predominantemente intelectual*", considero tal discussão desnecessária.

27. A NLLC, em seu art. 36, § 1º, dissecou os objetos aptos a serem licitados por técnica e preço:

> "*Art. 36.* [...]
>
> *§ 1º O critério de julgamento de que trata o* ***caput*** [técnica e preço] *deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:*
>
> *I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação." (grifou-se)

28. A Lei, no caso geral, estabeleceu uma preferência para o uso da técnica e preço para serviços técnicos especializados de natureza eminentemente intelectual, mas não uma compulsoriedade.

29. Mesmo para projetos, fiscalizações e ensaios técnicos – ainda que "*de natureza intelectual*" –, se demonstrado que a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração, pode-se licitar pelo menor preço (ou maior desconto) – **vide** art. 36, §1º, da NLLC.

30. Não é necessário classificá-los como "*não intelectuais*" para viabilizar o uso do critério de julgamento pelo menor preço (à exceção da lista destacada no art. 37, § 2º, em clara exceção à regra geral). A jurisprudência – ainda pautada na Lei 8.666/1993 – já se debruçou sobre o assunto nesse mesmo sentido. Veja-se o julgado mediante o Acórdão 601/2011-Plenário, sob a relatoria do Exmo. Min. José Jorge:

"Ementa

1. O pregão não deverá ser utilizado para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, assim considerados aqueles que podem apresentar diferentes metodologias, tecnologias e níveis de desempenho e qualidade, sendo necessário avaliar as vantagens e desvantagens de cada solução.

2. Se o projeto ou estudo a ser elaborado por um profissional ou empresa for similar ao que vier a ser desenvolvido por outro(a), o serviço pode ser caracterizado como comum. Caso contrário, se a similaridade dos produtos a serem entregues não puder ser assegurada, o objeto licitado não se enquadra na categoria de comum.

3. É possível a existência de soluções distintas para o objeto licitado, mas a consequência advinda da diferença entre elas não deverá ser significativa para o ente público que adota o pregão. Se, no entanto, os serviços comportarem variações de execução relevantes, a técnica a ser empregada pelos licitantes merecerá a devida pontuação no certame." (grifou-se)

31. Parece-me, portanto, que excepcionar da tarja de "intelectual" o rol de serviços listados no art. 6º, XVIII, da Lei 14.133/2021 só serviria para não seguir a gramática expressa no art. 37, § 2º da mesma lei, o que, pelos motivos que perfilhei, não entendo adequado.

III – Da necessária consideração da LINDB no caso concreto

32. Considerado, assim, como mandatário o texto do art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021 no presente caso, caberia, desse modo, considerar a nulidade do processo.

33. Avalio, contudo, que, em se tratando de uma acomodação sobre os entendimentos jurisprudenciais sobre o assunto, e assumindo que existe um espaço novo interpretativo, julgo por prestigiar o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em seus arts. 23 e 24:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

"Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas."

34. Se, mesmo no âmbito desta Corte, o assunto rende posições opostas, o que dirá o administrador público. A anulação do certame, assim, talvez mais gere benefícios para o particular que propriamente para a Administração, no atraso de mais meses necessários à correção do edital, sua republicação (via técnica e preço) e novo procedimento licitatório.

35. Ajuízo, nessa consequência, que se possa permitir a continuidade do certame, dando ciência ao jurisdicionado da irregularidade, para que se abstenha de realizar mesmo erro em certames seguintes.

IV – Conclusão

36. Diante de todo o exposto, a representação deve ser conhecida para, no mérito, ser considerada parcialmente procedente, com fulcro no art. 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014.

37. Não obstante o reconhecimento da irregularidade, em prol dos arts. 22 a 24 do Decreto-Lei 4.657/1942 (LINDB), a denúncia deve ser considerada parcialmente procedente. Há de se revogar, ainda, a medida cautelar referendada por meio do Acórdão 1.217/2024-Plenário, de modo a permitir a continuidade da Concorrência 1/2023, mas dando ciência à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com base no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, de que a não utilização do critério de julgamento do tipo "técnica e preço" no edital de Concorrência 1/2023 atentou contra o art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, por ultrapassar o limite de R$ 300,000,00 relativo à estimativa do valor da contratação para serviços técnicos especializados de natureza eminentemente intelectual estabelecido no nominado dispositivo (atualizado para R$ R$ 343.249,93, mediante o Decreto 11.317/2022 e, posteriormente, para R$ 359.436,08, pelo Decreto 11.781/2023).

38. Finalmente, há de se levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, arquivando os presentes autos.

Ante o exposto, VOTO por que seja adotado o acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2024.

BENJAMIN ZYMLER
Ministro

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76884180.

Fls. 134

VOTO COMPLEMENTAR

Retirei o presente processo da pauta do Plenário de 16/10/2024 com a intenção de melhor refletir sobre os argumentos apresentados pelo e. Ministro Benjamin Zymler em sua Declaração de Voto.

2. Na proposta que disponibilizei ao Colegiado, considerei que deveria a denúncia ser considerada improcedente, com a revogação da medida cautelar anteriormente proferida, em suma em razão de entender que:

a) o rol exaustivo constante do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021 teria o condão de restringir os serviços técnicos especializados passíveis de serem classificados como de natureza predominantemente intelectual e não de estipular em caráter peremptório que os serviços listados, *de per si*, possuirão tal natureza;

b) os serviços técnicos especializados arrolados no inciso XVIII do *caput* do art. 6º da Lei 14.133/2021 podem ou não ser considerados de "natureza predominantemente intelectual";

c) o excepcional enquadramento do serviço a ser contratado como "serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual" deveria ser demonstrado durante o planejamento da contratação e explicitado no documento "estudo técnico preliminar" de contratação; e

d) não houve evidenciação de que o objeto da Concorrência 1/2023 seria predominantemente intelectual, não atraindo a incidência da regra impositiva do art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021.

3. Por sua vez, a Declaração de Voto emanada pelo ilustre Ministro Benjamin Zymler, embora igualmente proponha revogar a medida cautelar em questão, considera a denúncia parcialmente procedente, em virtude de entender que:

a) não haveria espaço hermenêutico para se flexibilizar o comando constante do art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021, a fim de se adotar a "técnica e preço" apenas em situações excepcionais;

b) para serviços de engenharia consultiva, quanto maior o seu valor, maior seria também a sua complexidade e o desafio intelectual necessário para adimpli-lo, o que daria azo à vantagem de se valorar a experiência e a equipe técnica da contratada mediante "técnica e preço", havendo, potencialmente, um *handcap* para mergulhos nas propostas de preços ofertadas pelos licitantes; e

c) seria desnecessário discutir se os serviços técnicos especializados arrolados no inciso XVIII do *caput* do art. 6º da Lei 14.133/2021 poderiam ou não ser efetivamente considerados de "natureza predominantemente intelectual", sendo que excepcionar da tarja de "intelectual" este rol de serviços só serviria para não seguir a gramática expressa no art. 37, §2º da mesma lei.

4. Com as ponderações que a seguir farei, adianto minha adesão ao encaminhamento proposto pelo eminente Ministro Benjamin Zymler.

5. Inicialmente, não posso deixar de reiterar o meu entendimento de que seria possível equacionar a questão com o interesse público, como colocado no Voto original, mediante a interpretação sistemática dos dispositivos legais, sobretudo a partir da consideração de que não é peremptória a enumeração do inciso XVIII do *caput* art. 6º da Lei 14.133/2021.

6. Aliás, em recentes decisões o Plenário tem decidido seguidamente nesse sentido de privilegiar, de forma muito extensiva, a integralidade da ordem jurídica em detrimento da interpretação literal. Por exemplo, a imputação de débitos diferenciados a responsáveis solidários e à relatividade dos princípios que regem a mutabilidade dos contratos de concessão.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77020213.

7. Inobstante, apesar de entender que o interesse público idealmente exigiria proposta diversa, acompanho a conclusão de que, ao que tudo indica, a intenção do legislador foi mesmo de tornar o tipo "técnica e preço" a regra geral para a contratação dos serviços das alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do *caput* art. 6º da Lei 14.133/2021 com valores superiores a R$ 300 mil (valor atualizado para R$ 359.436,08 pelo Decreto 11.871/2023), pelo que adiro à proposta apresentada pelo Ministro Benjamin Zymler.

8. A despeito de acolher o encaminhamento apresentado por S. Exa., entendo necessário deixar consignado que, a meu sentir, o estabelecimento da "técnica e preço" para tais objetos não irá levar necessariamente a melhores projetos.

9. Considero que a regra estabelecida no art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021, associada à premissa de que são, invariavelmente, predominantemente intelectuais os serviços das alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do *caput* art. 6º da Lei 14.133/2021, terá como consequência principal o aumento nos custos das contratações, sem necessariamente trazer melhor qualidade para os projetos.

10. Vislumbro que conferir caráter absoluto à multicitada regra levará a contratações por "técnica e preço" de objetos que, a rigor, não têm predominância intelectual (e que me parece ser a maior parte dos casos), situações em que não faria sentido valorar a questão "técnica" como parte do critério de julgamento das propostas. Para estes casos, a meu ver haveria um encarecimento nos projetos sem, no entanto, resultar em melhoria efetiva correspondente.

11. Em outras palavras, entendo que a aparente segurança que o tipo de licitação "técnica e preço" traria no sentido de se obterem soluções de melhor qualidade, comparativamente com outros tipos, eleva o risco de contratação por valores elevados de serviços sem predominância intelectual.

12. É possível que, no limite, esta regra eleve boa parte dos contratos de engenharia consultiva para acima do patamar de R$ 300 mil com vistas a aplicação da regra de "técnica e preço".

13. Do mesmo modo penso que o uso indiscriminado de tal regra tende a facilitar o direcionamento de contratações, mediante a utilização de critérios desproporcionais de pontuação técnica, ou mesmo pouco isonômicos.

14. A maior subjetividade da análise técnica também eleva o risco de eventuais contestações por parte dos licitantes, podendo resultar em impugnações ao certame e, por conseguinte, prejuízos à celeridade.

15. A meu sentir, as fundadas preocupações quanto à qualidade dos serviços e projetos poderiam ser endereçadas **mediante o estabelecimento de requisitos mínimos da contratação** (de caráter obrigatório), além de **exigências robustas de qualificação técnica**.

16. Recordo-me da guinada normativa e jurisprudencial que tivemos há alguns anos em relação à modalidade licitatória para contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação. O modelo então adotado na Administração Pública Federal pautava-se na adoção da modalidade concorrência, via "técnica e preço", para contratação dos serviços de TI demandados pelas organizações públicas.

17. O quadro então detectado era de que as contratações de TI via "técnica e preço" eram caras e de péssima qualidade, além de não resultarem no alcance de propostas que atendiam adequadamente a Administração.

18. Da mesma forma, entendo que o tipo "técnica e preço", ao ser adotado na contratação de serviços que, de fato, não possuem natureza predominantemente intelectual, muito provavelmente não será a solução adequada para o alcance das melhores propostas para a Administração.

19. O tempo e as futuras auditorias do TCU poderão, oportunamente, demonstrar que me engano nas previsões acima, ou não.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77020213.

20. De toda forma, a par destas ponderações, acompanho a minuta de acórdão ora submetida à apreciação deste Colegiado pelo Ministro Benjamin Zymler.

TCU, Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2024.

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77020213.

ACÓRDÃO Nº 2381/2024 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 039.061/2023-0.
2. Grupo II – Classe de Assunto: VII – Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: Julio de Souza Comparini (OAB-SP 297284) e Gabriel Costa Pinheiro Chagas (OAB-SP 305149).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2023 (regida pela Lei 14.133/2021), sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), tendo por objeto a contratação de serviço especial de engenharia prestado por empresa com fins de promover a realização de planejamento, levantamentos, ensaios e a elaboração dos projetos executivos de engenharia, de arquitetura e documentações legais referentes a construção do Campus definitivo da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a presente denúncia parcialmente procedente;

9.3. revogar a medida cautelar referendada por meio do Acórdão 1.217/2024-Plenário, de modo a permitir a continuidade da Concorrência 1/2023, com base no art. 22 a 24 do Decreto-Lei 4.657/1942;

9.4. dar ciência à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com base no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, de que a não utilização do critério de julgamento do tipo "técnica e preço" no edital de Concorrência 1/2023 atentou contra o art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021, por ultrapassar o limite de R$ 300,000,00 relativo à estimativa do valor da contratação para serviços técnicos especializados de natureza eminentemente intelectual estabelecido no nominado dispositivo (atualizado para R$ 343.249,93, mediante o Decreto 11.317/2022 e, posteriormente, para R$ 359.436,08, pelo Decreto 11.781/2023);

9.5. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução - TCU 259/2014;

9.6. informar à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e ao Denunciante o teor desta decisão;

9.7. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 45/2024 – Plenário.
11. Data da Sessão: 6/11/2024 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2381-45/24-P.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534893.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BRUNO DANTAS
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 76534893.

GRUPO II – CLASSE VII – Plenário
TC 025.579/2024-0
Natureza(s): Denúncia
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: Julio de Souza Comparini (297284/OAB-SP) e Gabriel Costa Pinheiro Chagas (305149/OAB-SP).

SUMÁRIO: DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPAR). CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFDPAR. MODALIDADE NÃO DEVERIA SER UTILIZADA PARA ESSE TIPO DE CONTRATAÇÃO. SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL CONFORME ALÍNEA "A" DO INCISO XVIII DO ART. 6º DA LEI 14.133/2021. REFERENDO DA CAUTELAR. CIÊNCIA.

RELATÓRIO

Trata-se de denúncia, com pedido de cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 90009/2024, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), com valor estimado de R$ 4.337.440,00, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, objetivando viabilizar a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

2. Reproduzo a seguir o teor principal do despacho à peça 21, em que determinei, nos termos do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico 90009/2024 até que o Tribunal delibere sobre o mérito do presente processo, *in verbis*:

> Este processo cuida de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 90009/2024, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), com valor estimado de R$ 4.337.440,00, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, objetivando viabilizar a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.
>
> 2. O denunciante alega, em suma, que o pregão eletrônico não pode ser utilizado para esse tipo de contratação. Indica que a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia se amolda à definição de "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", listados na alínea "a" do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, o que impediria a adoção do critério de julgamento pelo menor preço na referida contratação, por força do art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, que determina a adoção dos critérios de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, ou melhor técnica e preço, para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, quando seu valor estimado seja superior a R$ 300.000,00.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77307525.

3. Quanto à admissibilidade, concordo com a unidade técnica que a representação pode ser conhecida, por cumprir os requisitos normativos pertinentes.

4. No tocante ao pedido de cautelar, após a devida análise, a unidade técnica entende que estão configurados os pressupostos do *periculum in mora* pelo fato de o contrato estar na iminência de ser assinado, uma vez que o processo licitatório já superou a fase de habilitação. No que tange ao perigo da demora reverso, entende que estaria afastado o visto que o objeto da contratação não é essencial ao funcionamento das atividades da UFDPar.

5. A unidade técnica entende ainda não estar configurado o *fumus boni iuris* e propõe o indeferimento da cautelar além da realização de diligência junto a UFDPar.

6. Ressalto que, em recentes julgados, o Plenário desta Corte de Contas entendeu que os serviços listados no art. 6º, inc. XVIII, da Lei 14.133/2021, devem ser considerados serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, não cabendo ao administrador classificá-los de forma diferente (Acórdão 2.381/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman e 2.619/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Jhonatan de Jesus).

7. Sendo assim, entendo prudente suspender cautelarmente o Pregão 90009/2024 até que haja o encaminhamento pela UFDPar da justificativa pela qual não deve o serviço da contratação ora em análise ser classificado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

8. Diante do exposto, decido:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) com fulcro no art. 276 do RI/TCU, **deferir** o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo denunciante para que a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) suspenda o PE 90009/2024 até que o Tribunal delibere sobre o mérito do presente processo;

c) realizar **oitiva** da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), com fundamento no §3º do artigo 276 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos:

c.1) esclareça se o objeto do PE 90009/2024, na forma como foi definido nos itens 1 e 3, do termo de referência, pode ser considerado como "serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual", relacionado a trabalhos relativos a "estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos", nos termos do art. 6º, inc. XVIII, alínea 'a', da Lei 14.133/2021, a ponto de "técnica e preço" ser definido como critério de julgamento da licitação, com fundamento no art. 37, § 2º, inc. II, da citada Lei, considerando os requisitos da contratação e o modelo de execução do objeto previstos no ETP e no TR, ou se o objeto do certame, em que pese ser considerado "serviço técnico especializado", não tem "natureza predominantemente intelectual", o que possibilitaria a definição do critério de julgamento pelo "menor preço";

c.2) demais informações que julgar necessárias;

d) apresentar a designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

e) encaminhar cópia da instrução (peça 18) à Universidade Federal do Delta do Parnaíba a fim de subsidiar as manifestações requeridas.

É o Relatório.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77307525.

VOTO

Trata-se de denúncia, com pedido de cautelar, formulada nos termos do art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021 c/c os arts. 234, 235 e 237 do Regimento Interno do TCU, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 90009/2024, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), com valor estimado de R$ 4.337.440,00, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, objetivando viabilizar a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

2. Basicamente, o denunciante alega que o pregão eletrônico não pode ser utilizado para esse tipo de contratação. Indica que a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia se amolda à definição de "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", listados na alínea "a" do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, o que impediria a adoção do critério de julgamento pelo menor preço na referida contratação, por força do art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, que determina a adoção dos critérios de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, ou melhor técnica e preço, para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, quando seu valor estimado seja superior a R$ 300.000,00.

3. Após confirmar a presença dos requisitos de admissibilidade definidos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, e nos arts. 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, a unidade técnica indicou estar configurado o perigo da demora, mas afastou o perigo da demora reverso. A AudContratações indicou ainda não ser possível concluir a existência de plausabilidade jurídica nas irregularidades trazidas pelo denunciante. Com isso a unidade técnica propôs o indeferimento da cautelar.

4. Ponderei, contudo que, em recentes julgados, o Plenário desta Corte de Contas entendeu que os serviços listados no art. 6º, inc. XVIII, da Lei 14.133/2021, devem ser considerados serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, não cabendo ao administrador classificá-los de forma diferente (Acórdão 2.381/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman e 2.619/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Jhonatan de Jesus).

5. Com isso, mediante o despacho à peça 21, conheci da denúncia e expedi a medida cautelar que ora submeto ao referendo deste Plenário, nos termos do art. 276, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal.

6. Os fundamentos da decisão acautelatória foram devidamente transcritos no Relatório, o que dispensa aqui reprisá-los.

Ante o exposto, VOTO por que seja aprovado Acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 2025.

ANTONIO ANASTASIA
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77307526.

ACÓRDÃO Nº 75/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 025.579/2024-0.
2. Grupo II – Classe de Assunto: VII – Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Delta do Parnaíba.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: Julio de Souza Comparini (297284/OAB-SP) e Gabriel Costa Pinheiro Chagas (305149/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido cautelar, a respeito de possíveis irregularidades no Pregão 90009/2024, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, objetivando viabilizar a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, *caput* e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. referendar a medida cautelar concedida por meio da decisão monocrática à peça 21;

9.2. notificar o órgão jurisdicionado a respeito deste acórdão.

10. Ata nº 1/2025 – Plenário.
11. Data da Sessão: 22/1/2025 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0075-01/25-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANTONIO ANASTASIA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 77307527.

PARECER

JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO

COM ELEMENTOS NECESSARIOS A SUA CARACTERIZAÇAO

Com os elementos necessários à sua caracterização

Nos termos do **art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, é **inexigível a licitação** quando houver **inviabilidade de competição**, conforme previsto em seu caput, e exemplificado em seu inciso III, que dispõe:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
(...)
III – para a contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."

Dessa forma, a contratação de **empresa especializada na prestação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual**, voltados à **consultoria e assessoria técnica em Departamento Pessoal, Recursos Humanos e Fisco Federal**, configura hipótese de inexigibilidade, uma vez que envolve **conhecimento técnico específico e notória especialização**, cuja prestação exige domínio aprofundado e contínua atualização normativa, não sendo viável a competição entre prestadores genéricos.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação é a **prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria técnica** nas áreas de **Departamento Pessoal, Recursos Humanos e obrigações fiscais acessórias**, com foco na **orientação, na composição e no tratamento das informações enviadas aos sistemas eSocial, EFD-Reinf e SICAP-AP**, visando:

- Garantir a **legalidade, integridade e conformidade das informações** perante a Receita Federal do Brasil;

- Orientar quanto à **correta aplicação das normas trabalhistas, previdenciárias e tributárias**;
- Evitar autuações, penalidades e inconsistências na prestação de contas públicas.

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

A escolha da empresa se fundamenta em sua **notória especialização**, reconhecida por sua atuação técnica e experiência comprovada na **prestação de serviços consultivos e operacionais** nas áreas citadas, com ênfase no cumprimento das obrigações fiscais digitais acessórias do setor público. A empresa possui corpo técnico capacitado e domínio das plataformas exigidas pelo Governo Federal, oferecendo segurança jurídica, técnica e administrativa à contratante.

Além disso, **não há concorrentes locais ou regionais com expertise equivalente** e experiência consolidada no atendimento às exigências específicas da administração pública municipal em conformidade com os sistemas e legislações vigentes.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor proposto está em consonância com os preços praticados no mercado por serviços técnicos especializados com igual complexidade e escopo. A análise do custo-benefício justifica a contratação, considerando os **ganhos em eficiência, mitigação de riscos legais e cumprimento rigoroso das obrigações fiscais** da administração.

O pagamento será realizado conforme as cláusulas contratuais e mediante apresentação dos documentos fiscais e relatórios de execução dos serviços prestados.

CONCLUSÃO

Ficam caracterizados todos os elementos legais para a **inexigibilidade de licitação**, conforme previsto no **art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, diante da

CPL
Fls. 145

natureza intelectual e especializada dos serviços a serem contratados, da inviabilidade de competição e da notória especialização do fornecedor.

Diante do exposto, encaminha-se o presente processo à autoridade competente para **análise, ratificação e autorização da contratação direta**, nos termos legais.

Pium-TO,30 de maio de 2025

RAYLLANNE GOUVEIA ARAUJO

Presidente da CPL

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 146

DESPACHO

Após análise da conveniência e oportunidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.**

autorizam a abertura de Processo Administrativo, objetivando a prática de atos sequenciais ordenados e interdependentes exigidos na lei 14.133/21, determino, preliminarmente à autorização para a contratação pretendida, que presente processo administrativo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1. Indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa;
2. Ao exame da Assessoria Jurídica quanto à existência, ou não, dos requisitos legais exigidos para a contratação pretendida.

Ao final, estando o processo devidamente instruído, retorne-se para análise e homologação.

Pium- TO,30 de maio de 2025.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM. 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Análise Jurídica – Inexigibilidade de Licitação nº 1221/2025 – Processo Administrativo nº 012/2025.
SOLICITANTE: Prefeitura Municipal de Pium/TO
SOLICITADO: Assessoria Jurídica
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao departamento pessoal, recursos humanos e fisco federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (ESOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DA MINUTA. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

I - RELATÓRIO

Trata-se os autos administrativos de inexigibilidade de licitação para **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoria técnica em assuntos ligados ao departamento pessoal, recursos humanos e fisco federal, com foco na orientação, na composição e no tratamento das informações que serão enviadas aos sistemas de obrigações fiscais acessórias (ESOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), a fim de garantir a legalidade, a integridade e a conformidade de tais informações perante a Receita Federal do Brasil,** sob o fundamento do art. 74, inciso III da Lei 14.133/2021.

Deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, **exclusivamente, o texto da minuta de contrato**, e que, em face do que dispõe o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e art.74, inciso III da Lei 14.133/2021.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II – PRELIMINAR

De início, ressalte-se que este parecer é meramente opinativo e presta a consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito governamental, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

III – DOS FUNDAMENTOS

III – I DA INEXIBILIDADE DA LICITAÇÃO

A Constituição Federal, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
> [...]
> XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva concretização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que se permitem exceções à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração. Tais exceções encontram-se previstas atualmente nos arts. 74 e 75 da Lei n.

14.133/2021, que tratam, respectivamente, de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

A referida Lei nº 14.133/2021, excepcionou, em seu art. 74, inciso III, a regra para a presente contratação por procedimento de inexigibilidade, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, entretanto, pela particularidade do caso, o interesse público a julgaria inconveniente, como é o caso da presente inexigibilidade, tendo em vista a particularidades dos serviços almejado pela secretaria em questão, vejamos:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
> b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
> c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
> g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
> h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

É importante esclarecer que, há situações em que a Administração recebe da Lei o comando para contratação direta; há outras em que a Administração recebe da Lei autorização para deixar de licitar, se assim entender conveniente ao interesse social e sua Urgência, desde que obedecidas as normas legais; há hipóteses em que a Administração defronta-se com a inviabilidade fática para licitar, anuindo à lei em que é inexigível fazê-lo; e há um caso em que à Administração é defeso licitar, por expressa vedação da Lei.

O entendimento se amplia pelo fato da Constituição deixar

claro que pode haver casos "especificados em lei" que não obedeçam a essa norma Constitucional tais como os art. 74 e 75 da nova lei de licitação. Ilustre jurista Jessé Torres Pereira Júnior (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, 3ª Edição, pp. 172 e 173):

> "O conceito de inexigibilidade de licitação cinde os intérpretes em duas respeitáveis vertentes: (a) a lei descreve hipóteses ilustrativas e admite que de outras, não previstas, possa decorrer a inviabilidade de competição, de forma a configurar a inexigibilidade; mas as hipóteses relacionadas na lei, pelo só fato de constarem da lei, caracterizam a inexigibilidade sempre que ocorrerem, independentemente de, no caso concreto, ser ou não viável a competição; (b) a lei descreve hipóteses que, além de ilustrativas, somente caracterizam a inexigibilidade se, no caso concreto, a competição for inviável; sendo viável, a licitação é de rigor, posto que o traço distintivo entre a exigibilidade e a inexigibilidade é a viabilidade de estabelecer-se, ou não, a disputa."

Dando continuidade ao raciocínio, a licitação é sempre inexigível quando exista impossibilidade de competição entre os eventuais licitantes. Desse modo, a inexigibilidade de licitação não pressupõe necessariamente a existência de apenas uma pessoa ou empresa apta a contratar.

Assim a licitação é sempre inexigível quando exista a inviabilidade da competição.

Nesse sentido, explica Marçal Justen Filho, que a inviabilidade de competição é uma consequência que tem diferentes causas que, por sua vez, consistem nas diversas hipóteses de ausência de pressupostos necessários à licitação.

Com efeito, entendemos que a situação posta, contempla hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos dos artigos 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133/21, desde que o preço apresentado seja inferior ao do mercado ou mesmo já praticado no contrato vigente.

Neste sentido entendemos que a conjuntura do caso em tela permite a inexigibilidade de licitação, nos moldes do que aqui foi exposto, tendo por certo que o gestor faz uso de seu poder discricionário, analisando a conveniência e oportunidade

Nadia

151

do ato.

IV – DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Traz o referido mandamento a **obrigatoriedade de abordagem das seguintes cláusulas nos contratos administrativos**, podendo estas serem suprimidas ou acrescidas, conforme o caso:

> "Art. 92. **São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam**:
> I - o objeto e seus elementos característicos;
> II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
> III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
> IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
> V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
> VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
> VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
> VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
> IX - a matriz de risco, quando for o caso;
> X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
> XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
> XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
> XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
> XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades

cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção."

Da análise da minuta do contrato, constatamos que esta observa os **requisitos mínimos exigidos pelo Art. 92** da Lei de Licitações.

V- CONCLUSÃO:

Por fim, OPINA-SE pela possibilidade jurídica da presente contratação.

Recomenda-se ao Controle Interno que proceda o acompanhamento da execução contratual em sua plenitude, sob o fundamento da legalidade, economicidade, eficiência e probidade administrativa.

Recomenda-se a nomeação de fiscal de contrato, para quando da formalização deste, nos termos do art. 117, para emitir relatório sobre o efetivo cumprimento do serviço/entrega dos produtos.

Recomenda-se também, que o estudo técnico preliminar esteja em perfeita conformidade com o art. 18, §1° da Lei n° 14.133/2021, bem como a adequação do Termo de Referência de modo a conter todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6° da Lei n° 14.133/2021;

Este parecer **está adstrito a análise formal** do processo, **sem, contudo, adentrar na oportunidade e conveniência, analisar ou acompanhar a execução do referido objeto,** o qual estará sob a responsabilidade do ordenador de

Nadia

despesas e Fiscal do contrato.

Ressaltamos que esta Assessoria **não possui competência para opinar sobre estimativa de preço, natureza ou qualificação técnica, quantidade e qualidade do objeto da contratação, ou ainda, possíveis dados contidos em planilhas ou índices econômicos ou contábeis contidos no processo.**

Ademais, a veracidade das informações e documentos anexados nos autos é de inteira responsabilidade da administração pública.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas **sem caráter vinculativo,** mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

À consideração superior.

S.M.J, é o parecer meramente opinativo de consultoria sob o prisma estritamente jurídico.

Pium/TO, 30 maio de 2025.

PUBLIO BORGES ALVES

Assinado de forma digital por PUBLIO BORGES ALVES
Dados: 2025.05.30 09:19:03 -03'00'

PÚBLIO BORGES ALVES
OAB/TO 2.365

Nádja Jussara P. Araújo

NÁDJA JUSSARA PONTE ARAJO
OAB/TO 13.259

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

Fl. 154

Exmo. Sr.
Antonio Edilson dos Santos Sousa
Secretário de Finanças

Assunto: Indicação de existência de dotação orçamentária

Senhor Secretário,

Em atenção ao ofício expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, cujo pagamento será efetuado através da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	ÓRGÃO	FONTE	DC
03.0002.04.122.0003.2006	3.3.90.39	Secretaria de administração	1.500.0000	39

Pium- TO, 30 de maio de 2025

Atenciosamente,

.....
ANTONIO EDILSON DOS SANTOS SOUSA
Secretário Municipal de Finanças

CPL
Fls. 155

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 1221/2025

Inexigibilidade de Licitação nº 012/2025

Considerando o teor do parecer da procuradoria Jurídica deste município de Pium- TO, que opinou pela **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL,** bem como o teor do anexo I do ofício da Secretária de Administração;

Considerando a configuração de situação prevista no art. 74, III, da Lei 14.133/21 e a necessidade da realização da contratação em questão;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Decido Homologar e Adjudicar o presente processo administrativo de inexigibilidade de licitação com vistas à contratação **DA EMPRESA MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ 42.909.792/0001-61** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.**

Cumpra-se.

Pium- TO, 30 de maio de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

CPL
Fls. 156

DECRETO MUNICIPAL Nº.092/2025.

"Dispõe sobre Inexigibilidade de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL"**

O Prefeito Municipal de Pium- TO, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no art. 74, III da Lei Orgânica do Município c/c com os Artigos 6º Inciso II, Artigo 74 Inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/21.

CONSIDERANDO a **correta aplicação das normas trabalhistas, previdenciárias e tributárias**;

CONSIDERANDO a Garantia da **legalidade, integridade e conformidade das informações** perante a Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO que A escolha da empresa se fundamenta em sua **notória especialização**, reconhecida por sua atuação técnica e experiência comprovada na **prestação de serviços consultivos e operacionais** nas áreas citadas, com ênfase no cumprimento das obrigações fiscais digitais acessórias do setor público.

CONSIDERANDO que é importante evitar autuações, penalidades e inconsistências na prestação de contas públicas;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a inexigibilidade de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Fls. 157

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pium- TO, aos 30 dias do mês de maio de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

CONTRATO Nº 052/2025 PMP

Termo de Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICIPIO DE PIUM-TO e do outro lado a empresa **MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** *na forma que especifica e dá outra providencias".*

O MUNICIPIO DE PIUM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Cristalândia Estado do Tocantins, à Avenida Diógenes de Brito, nº01,setor Alto da Boa Vista,Pium-TO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.189.497/0001-09, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo gestor Sr. , **FERNANDO BELARMINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.865.451-94, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado;
MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 42.909.792/0001-61, com sede na QD ACNO 1, Rua NO 1, Nº S/N, CONJ 01, LOTE 03-A, LOJA 35, Plano Diretor Norte, Palmas, neste ato representada por seu representante legal o Sr. **GLAYSER ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, brasileiro, casado, , devidamente inscrito na OAB/GO 28.315 e CPF sob o nº 804.653.071-91, residente e domiciliado em Goiânia - GO, conforme procuração em anexo, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, atentando-se aos princípios básicos que regem a Administração Pública entendida o da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, instituindo-se pelo Processo Administrativo - Inexigibilidade nº012/2025, Lei 14.133, de 1ºde Abril de 2021 e suas alterações, bem como, pelas cláusulas a seguir transcritas:

I – DO OBJETO CLÁUSULA PRIMEIRA:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL .

II – DO VALOR CLÁUSULA SEGUNDA: O valor global deste contrato é de **R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) sendo pago 09 (nove) parcelas no valor de R$ 7.000,00 (sete Mil reais).**

159

III – DOS RECURSOS: CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas correntes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	ÓRGÃO	FONTE	DC
03.0002.04.122.0003.2006	3.3.90.39	Secretaria de administração	1.500.0000	39

IV – DO PAGAMENTO CLÁUSULA QUARTA: Pela prestação de Serviço conforme descrito na CLAUSULA 1, DO OBJETO e na proposta comercial apresentada a CONTRATANTE, pagará mensalmente a CONTRATADA, o valor de **R$ 7.000,00 (sete mil reais).**

V – DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O prazo de vigência será de 09 (nove) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogáveis nos termos da Lei até o prazo de 60 (sessenta) meses.

VI – DA FISCALIZAÇÃO CLÁUSULA SEXTA: A fiscalização será exercida pela Secretaria de Administração e demais secretarias.

VII – DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITO CLÁUSULA SÉTIMA:

Das atribuições do Contratante:

a) Fiscalizar a execução dos serviços;

b) Determinar o cumprimento das normas legais e contratuais, quando as circunstancias exigirem;

c) Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo contratado;

d) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;

e) Efetuar o pagamento devido pela exceção dos serviços desde que cumpridas todas as exigências deste contrato;

f) Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

g) Exigir que a Contratada cumpra às disposições contratuais.

h) comunicar a contratada a chamada extraordinária, inclusive que envolva o esclarecimento do serviço, por telefone, e-mail, ofício ou congêneres.

VIII – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO CLÁUSULA OITAVA: Pela execução do contrato, a Contratada assume as seguintes responsabilidades:

a) Executar os serviços com a diligência e a técnica esperadas, conforme as melhores práticas do mercado;
b) Prestar as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
c) Apresentar relatórios técnicos mensais com o detalhamento das atividades realizadas;

d) Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução deste contrato.

e) Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com a lei 14.133/21 Atender prontamente quando solicitado a prestar os serviços e assessoramento.

IX – DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE CLÁUSULA NONA: A CONTRATADA E A CONTRATANTE: a). Obrigam – se a respeitar todas as cláusulas e condições.

X – DAS PENALIDADES CLÁUSULA DÉCIMA

10.1 O atraso injustificado na prestação do (s) serviços (s) sujeitará a PARTE que der causa ao mesmo a multa de 2% (dois inteiros percentuais) sobre o valor total do CONTRATO, após apuração administrativa do fato ocorrido respeitada o direito contraditório e a ampla defesa.

10.2 Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial do (s) serviço (s) deverá apresentar justificativa por escrito devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das PARTES, que altere fundamentalmente as condições do contrato, e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

10.3 A solicitação de prorrogação contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminha ao GESTOR da CONTRATADA até o vencimento

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

do prazo de prestação inicialmente estipulado ficando a critério da CONTRATADA a sua aceitação.

10.4. Pela inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos pelas PARTES este CONTRATO poderá ser rescindido, conforme explicitado na legislação a ele referente, aplicado se a parte que der causa a rescisão, multa de 1% (um por cento) sob o valor total do CONTRATO.

10.5 as multas devidas, bem como os prejuízos porventura causados pelas PARTES serão cobrados na forma da Lei.

10.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos da Federal Lei nº 14.133/21:

a) Advertência.

b) Multa compensatória de 1% (um por cento) incidente sobre o valor global.

Pium, 31 de maio de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161

Assinado de forma digital por MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E:42909792000161
Dados: 2025.05.31 12:56:43 -03'00'

MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

CNPJ: 42.909.792/0001-61

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 010/2025-FMAS

Processo Administrativo: Nº 837/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS.
Partes: FRANK ELSON RIBEIRO MACENO inscrito no CNPJ sob o nº 33.392.950/0001-68 e ASSISTENCIA SOCIAL, CNPJ 14.483.828/0001-52
Data da assinatura do contrato: 13 de MAIO de 2025.
Recursos: 06.0021.08.122.0003.2099 / 3.3.90.39 / 1.500.000000 - DC -39
Valor total: R$ 6.440,00 (seis mil quatrocentos e quarenta reais)
Vigência: a partir da data de assinatura.
Data da homologação: ate 31 de dezembro
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

LIZZIANE CAVALCANTE TELLES
Gestora do fundo municipal de assistência social

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 052/2025 PMP
Contratante: Município de Pium- TO
Contratada: MALAQUIAS GOMES E SANTANA ASSESSORIA MUNICIPAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ 42.909.792/0001-61
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANETE INTELECTUAL DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA EM ASSUNTOS LIGADOS AO DEPARTAMENTO PESSOAL, RECURSOS HUMANOS E FISCO FEDERAL, COM FOCO NA ORIENTAÇÃO, NA COMPOSIÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO ENVIADAS AOS SISTEMAS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSORIAS (eSOCIAL, EFD-REINF, ,SICAP-AP), A FIM DE GARANTIR A LEGALIDADE, A INTEGRIDADE E A CONFORMIDADE DE TAIS INFORMAÇÕES PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Valor: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).
Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	ÓRGÃO	FONTE	DC
03.0002.04.122.0003.2004	3.3.90.39	Secretaria de Administração	1.500.0000	39

Vigência: 12 (doze) meses
Data de Assinatura: 31 de maio de 2025

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041/2024 PMP

Objeto:
Contrato de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX, SELF SERVICE, COFFEE BREAK NA CIDADEDE PIUM-TO, proveniente do Contrato Nº 041/2024 Processo Licitatório: 918/2024 PREGÃO ELETRONICO N.º 002/2024. Partes: CONTRATANTE: PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. CONTRATADA: ALBINA MARIA DOS SANTOS, INSCRITA NO C.N.P.J/M.F. nº53.848.440/0001-60
Prazo de Vigência: 12 MESES.
Data de Assinatura: 11 de junho de 2025

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 044/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 837/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS.
Partes: FRANK ELSON RIBEIRO MACENO inscrito no CNPJ sob o nº 33.392.950/0001-68 e MUNICIPIO DE PIUM, CNPJ 01.189.497/0001-09
Data da assinatura do contrato: 13 de MAIO de 2025.
Recursos: 03.001.04.122.0003.2003 / 3.3.90.39 / 1.500.000000 - DC -39
Valor total: R$ 20.930,00 (vinte mil e novecentos e trinta reais)
Vigência: a partir da data de assinatura.
Data da homologação: ate 31 de dezembro
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O FUNDO DE SAÚDE DE PIUM - TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.

PROCESSO Nº 921/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E

5500824363043931